

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS – CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS – PMGPP**

**REDE DE CATADORES E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
RECICLÁVEIS: EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA NO MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ – SC**

MONIQUE CARINA CALIRI SCHMIDT

ITAJAÍ (SC), 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS – CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS – PMGPP**

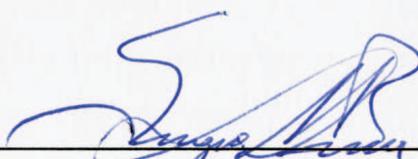
**REDE DE CATADORES E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
RECICLÁVEIS: EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA NO MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ – SC**

Monique Carina Caliri Schmidt

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora no
Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas
Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, sob
a orientação do Prof. Dr. Sérgio Luís Boeira, como
exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em
Gestão de Políticas Públicas/ Profissionalizante.**

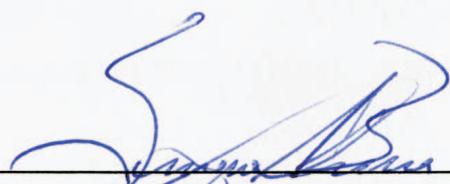
ITAJAI (SC), 2007

Esta Dissertação foi julgada APTA para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas / Profissionalizante e aprovada, em sua forma final, pela Coordenação do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/UNIVALI.

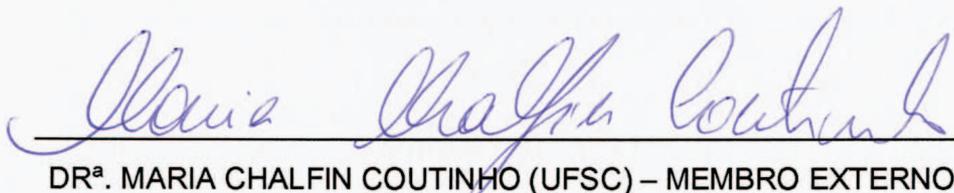


DR. SÉRGIO LUIS BOEIRA
ORIENTADOR

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores



DR. SÉRGIO LUIS BOEIRA (UNIVALI)
PRESIDENTE E ORIENTADOR



DRª. MARIA CHALFIN COUTINHO (UFSC) – MEMBRO EXTERNO



DRª. ADRIANA MARQUES ROSSETTO (UNIVALI) – MEMBRO

Itajaí (SC), 31 de agosto de 2007.

Dedico esta dissertação a todos que, de alguma forma, contribuíram para a sua realização. Em especial, para minha mãe, Miriam Caliri.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder a vida e a capacidade de realização deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Sérgio Luís Boeira, pelo incentivo, pela competência e por compartilhar de sua sabedoria durante esta caminhada.

A todos os entrevistados, que, gentilmente se dispuseram a participar desta pesquisa, tornando sua realização possível.

A todos os professores e funcionários do PMGPP.

À professora Rosa de Lourdes Vieira e Silva, que gentilmente se dispôs a revisar a primeira versão deste trabalho.

Ao meu irmão Flávio, pelas contribuições na primeira versão deste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Histórico de Itajaí, pela gentileza.

Aos familiares, aos amigos, e aos colegas do curso de mestrado.

*O **grande homem** não é o que se impõe aos outros de cima para baixo ou através da história; é o homem que estende a mão aos semelhantes e engole a própria amargura para compartilhar a sua condição humana com os outros, dando-se a si próprio.*

Florestan Fernandes

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
RESUMO	13
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO	15
O interesse pelo universo da pesquisa	16
Contextualizando a problemática	17
Objetivos	21
Justificativa e relevância do tema	22
Aspectos metodológicos	23
Estruturação dos capítulos	26
CAPÍTULO I - PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E MUDANÇA DE PARADIGMAS: UMA BREVE CONSIDERAÇÃO	28
1.1 CIÊNCIA SOCIAL, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: CRISE DE PARADIGMAS	28
CAPÍTULO II - MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: REVISÃO DA LITERATURA	36
2.1 DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	36
2.2 A PROBLEMÁTICA URBANA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.....	41
2.3 ATUAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL.....	52
2.4 COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	62
2.4 ROMPIMENTO DO DISCURSO EXCLUSIVAMENTE TÉCNICO.....	67
CAPÍTULO III - ITAJAÍ: GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONTEXTO DOS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS	70
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO E PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL LOCAL	70
3.1.1 Aspectos Históricos	70
3.1.2 Aspectos Geográficos	71
3.1.3 Aspectos Econômicos	77
3.1.4 Aspectos Político-Institucionais	79
3.1.5 Problemática Socioambiental Local: um breve apontamento	81
3.2 PESQUISA DOCUMENTAL	83
3.2.1 Contexto histórico da gestão dos resíduos sólidos urbanos.....	83
3.2.2 COOPERFOZ: passado e presente.....	93

CAPÍTULO IV - DEBATE PÚBLICO SOBRE ALTERNATIVAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ITAJAÍ	98
4.1 ENTREVISTAS	98
4.1.1 Gestores Públicos	103
4.1.2 Catadores Cooperados	112
4.1.3 Breve perfil dos Cooperados	112
4.1.4 Ponto de vista da presidente da COOPERFOZ	113
CONCLUSÕES.....	119
CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE PÚBLICO.....	122
REFLEXÕES E SUGESTÕES	122
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES.....	137
ANEXOS	168

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Ocupação populacional em Itajaí.....	73
TABELA 2 - Ocupação populacional por Zonas Distritais/bairros em Itajaí.....	73

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Situação do lixo no mundo.....	43
QUADRO 2 - Diferenças entre o Associativismo e o Cooperativismo	63
QUADRO 3 - Atual estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Itajaí.....	80
QUADRO 4 - Entrevistados selecionados para a pesquisa	101
QUADRO 5 - Comparação entre modelos de administração pública: gerencial e societal	106
QUADRO 6 - Resultado dos questionários aplicados aos cooperados da COOPERFOZ.....	115

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Número de municípios brasileiros com serviços de coleta seletiva desde 1994	51
FIGURA 2 - Composição em peso da coleta seletiva	51
FIGURA 3 - Incidência de catadores nas ruas dos municípios brasileiros	53
FIGURA 4 - Mapa político de Santa Catarina com destaque para o Município de Itajaí	72
FIGURA 5 - Mapa da evolução urbana do Município de Itajaí no decorrer de 55 anos.....	75
FIGURA 6 - Estado de Santa Catarina. Mapa político destacando a Região da Amfri	76
FIGURA 7 - Municípios que compõe a Região da Amfri. Divisão político-administrativa.....	77
FIGURA 8 - Primeiro aterro sem estrutura adequada para o tratamento dos resíduos sólidos.....	85
FIGURA 9 - Primeiro aterro sem estrutura adequada para o tratamento dos resíduos sólidos.....	85
FIGURA 10 - As condições do aterro não se adequavam ao tratamento adequado de resíduos sólidos.....	86
FIGURA 11 - Presença de catadores no aterro.....	86
FIGURA 12 - Primeiro Aterro Sanitário da Canhaduba	86
FIGURA 13 - Novo Aterro Sanitário da Canhanduba, inaugurado em 2006.....	91
FIGURA 14 - Novo Aterro Sanitário da Canhanduba, inaugurado em 2006.....	92
FIGURA 15 - Estrutura interna da COOPERFOZ com destaque para a esteira.....	97
FIGURA 16 - Estrutura interna da COOPERFOZ com destaque para os resíduos prensados prontos para revenda.....	97
FIGURA 17 - Grupo de atores sociais selecionados para esta pesquisa	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABES** - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.
- ABIHPEC** - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.
- AMFRI** - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu.
- ANTEAG** - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária.
- ARENA** - Partido da Aliança Renovadora Nacional.
- CEMPRE** - Compromisso Empresarial para a Reciclagem.
- CDHI** - Centro de Direitos Humanos de Itajaí.
- CIEE** - Centro de Integração Empresa-Escola.
- CONAMA** - Comissão Nacional de Meio Ambiente.
- COOPERFOZ** - Cooperativa de Coletores de Material Reciclável da Foz do Rio Itajaí.
- CNM** - Confederação Nacional dos Municípios.
- CVI** - Câmara de Vereadores de Itajaí.
- DEM** - Partido dos Democratas.
- DIEF** - Declaração de Informação Econômica Fiscal.
- ENGEPASA** – Engenharia do Pavimento S/A.
- FATMA** - Fundação Estadual do Meio ambiente de Santa Catarina.
- FECAM** - Federação Catarinense de Municípios.
- FELC** - Fórum Estadual do Lixo e Cidadania.
- FAT** - Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- FMI** - Fundo Monetário Internacional.
- GSC** - Governo do Estado de Santa Catarina.
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano.
- IDH M** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
- INSS** - Instituto Nacional de Seguridade Social.
- IPEA** - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
- IPT** - Instituto de Pesquisas Tecnológicas.
- LAP** - Licença Ambiental Prévia.
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente.
- MNCR** - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.
- MPE** - Ministério Público Estadual.
- MPF** - Ministério Público Federal.
- MTE** - Ministério do Trabalho e do Emprego.
- OCESC** - Organização das Cooperativas de Santa Catarina.
- OGU** - Orçamento Geral da União.
- ONG** - Organização não-governamental.
- ONU** - Organização das Nações Unidas.
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho.

PDT - Partido Democrático Trabalhista.
PFL - Partido da Frente Liberal.
PIB - Produto Interno Bruto.
PIPG - Programa Integrado de Pós-Graduação e Graduação.
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PMGPP - Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas.
PMI - Prefeitura Municipal de Itajaí.
PP - Partido Progressista.
PR - Partido da República.
PT - Partido dos Trabalhadores.
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
RARUS - Recuperação Ambiental, Rural, Urbana e Social.
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos.
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional.
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas.
SEBRAE/SC - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas de Santa Catarina.
SEDEER - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda.
SEF - Secretaria de Estado da Fazenda.
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária.
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SESC - Serviço Social do Comércio de Santa Catarina.
SESI - Serviço Social da Indústria.
TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação.
UNFPA - Fundo para a População da Organização das Nações Unidas.
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.
UNISOL - Projeto Universidade Solidária.
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí.
VAF - Valor Adicionado Fiscal.

RESUMO

As questões relativas ao descarte de resíduos sólidos urbanos (RSU) constituem uma problemática crescentemente complexa para as administrações públicas municipais no Brasil, à medida em que ocorre a concentração demográfica e os intercâmbios entre as cidades. Esta problemática ocorre no contexto de um debate global sobre meio ambiente nas sociedades contemporâneas, constituindo-se o chamado desenvolvimento urbano como dimensão fundamental no que se refere à busca de sustentabilidade do desenvolvimento ambiental, democrático e socioeconômico das nações, com responsabilidade diante das presentes e futuras gerações. Com efeito, a destinação dos RSU não envolve apenas aspectos operacionais de descarte – ao contrário, engloba preocupações de cunho social, ambiental e econômico. Uma abordagem multidimensional desta temática torna-se, portanto, fundamental para a elaboração das agendas públicas municipais na atualidade. Dentre os inúmeros problemas que cercam essa questão, destaca-se a falta de condições salubres de vida e trabalho para os inúmeros catadores de resíduos recicláveis em atividade no país. Neste contexto, busca-se, nessa dissertação, compreender e analisar a configuração do contexto institucional de políticas públicas no município de Itajaí. Na experiência contemporânea da administração pública municipal dos RSU, destaca-se a iniciativa de reestruturação de uma Cooperativa de catadores. Dentro deste quadro, busca-se identificar se o tratamento da temática dos RSU está relacionada a uma visão político-institucional fragmentada, e fundamentalmente insustentável, ou se condiz com uma experiência de gestão voltada para um modelo de administração pública socioambiental, que se diferencia das formas dominantes de administração nas instituições públicas brasileiras. Cabe ressaltar que as diretrizes do modelo de administração pública vigente caracterizam-se como o principal condicionante das iniciativas por parte da Prefeitura Municipal para as questões que envolvem a problemática da destinação dos resíduos em Itajaí. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados diferentes instrumentos de coleta de dados: revisão bibliográfica do enfoque teórico-epistemológico norteador e da literatura especializada sobre esta temática – centrada em estudos de caso já realizados em outros municípios brasileiros, assim como no que já foi pesquisado sobre este tema em Itajaí; também foi realizada uma pesquisa documental, além de uma série de entrevistas com funcionários da prefeitura e com outros atores sociais inseridos nessa temática no município. Nesse sentido, com a obtenção desses dados, conclui-se que o modelo de administração pública vigente em Itajaí contrapõe-se, historicamente, à participação democrática dos atores sociais envolvidos na gestão de RSU no município, especialmente dos catadores autônomos. Embora haja sinais positivos de mudanças com a introdução da temática da Economia Solidária na atual gestão, a interlocução entre os diversos representantes institucionais, e destes com a sociedade civil e com os catadores, esbarra em fragmentação político-institucional que têm longa tradição no país, além de apoiar-se na fragmentação monodisciplinar predominante nas universidades. Nesse contexto, este estudo aponta alternativas, ainda que de forma apenas introdutória, com o objetivo de contribuir para um debate público democrático visando a sustentabilidade no município a partir da política sobre RSU.

Palavras-chave: 1: Resíduos sólidos urbanos; 2: Catadores de resíduos recicláveis; 3: Gestão Pública Municipal.

ABSTRACT

The disposal of solid urban waste (SUW) is a complex and growing problem for some public municipal administrations in Brazil, as demographic concentration and exchanges between towns and cities increase. This problem occurs within a context of a global environmental debate in contemporary societies, with urban development constituting a fundamental dimension in what is referred to as the search for sustainability of environmental, democratic and socioeconomic development of the nations, with responsibility for current and future generations. In reality, the destination of SUW involves not only operational aspects of disposal, but also includes social, economic and environmental concerns. A multidimensional approach to this subject therefore becomes essential for the planning of public municipal agendas today. Among several problems involving this issue, it is important to mention the lack of salubrious conditions for living and working, particularly for the numerous waste collectors working in Brazil. Within this context, this paper seeks to understand and analyze the configuration of the institutional context of public policies related to this subject, in the town of Itajaí. In the contemporary experience of municipal public administration of SUW, it is important to mention the restructuring initiative of a waste collectors Cooperative. Within this scenario, this work seeks to identify whether the theme of SUW is related to a fragmented and fundamentally unsustainable political-institutional view, or whether it involves a management experience that is geared towards a social-environmental model of public administrative model, which is different from the dominant forms of administration in the Brazilian public institutions. It should also be mentioned that the guidelines of the current public administrative model are the main reason for the initiatives on the part of the City Hall, for issues involving the problem of waste disposal in Itajaí. Different data collection tools were used in the development of the research: bibliographic review of the guiding theoretical-epistemological approach and the specialized literature on the subject, with emphasis on studies carried out in other Brazilian municipal districts besides Itajaí. Having obtained these data, it is concluded that the public administration that currently exists in Itajaí is historically opposed to the democratic participation of the social players involved in the management of SUW in the town, particularly the independent waste collectors. Although there positive signs of change, with the introduction of the theme of the social economy in the current management, communication among the various institutional representatives, and between these and civil society and the waste collectors, is faing political and institutional fragmentation which has a long tradition the country, added to which it is supported by the mono-disciplinary fragmentation that is prevalent in the universities. Within this context, this study indicates some alternatives, albeit introductory, with the aim of contributing to a public and democratic debate that will lead to sustainability of the town, based on its policy on SUW politics.

Key words: 1: Solid urban waste; 2: Recyclable waste collectors; 3: Municipal Public Management.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo universo da pesquisa:

A investigação científica sobre a discussão em torno da crise ambiental, em específico no que tange à temática dos catadores de resíduos sólidos urbanos, despertou nosso particular interesse quando entramos em contato com os estudos sobre meio ambiente e sustentabilidade ambiental, no decorrer da disciplina Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, ministrada pelos professores Adriana Marques Rossetto e Sérgio Luís Boeira, do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

O tema da iniciativa das prefeituras municipais para a formulação de políticas públicas geradoras de emprego e renda, em particular sobre o papel desempenhado pela Prefeitura Municipal de Itajaí (SC), já era de nosso interesse quando ingressamos no programa de mestrado. No decorrer do curso, a possibilidade de aliar esta temática a uma perspectiva ambiental que envolvesse o assunto acerca da reciclagem e, conseqüentemente, a atuação dos catadores de resíduos sólidos urbanos recicláveis, foi motivada, ainda mais, pelo conteúdo da referida disciplina, e, especialmente, pelo incentivo do nosso orientador, o professor Sérgio Luís Boeira.

Nesse sentido, durante a realização do curso de mestrado, o estudo de caso¹ foi tomando um direcionamento mais preciso, em virtude das orientações e de nossos primeiros contatos – informais – com os principais atores sociais envolvidos na ação da gestão pública municipal responsável pela iniciativa da reestruturação da Cooperativa, assim como pela gestão de resíduos sólidos urbanos de Itajaí. Assim, decidimos estudar o caso específico da Cooperativa de Coletadores de Material Reciclável da Foz do Rio Itajaí (COOPERFOZ).

¹ De acordo com a metodologia proposta por Yin (2005). Segundo o autor, o estudo de caso é uma ferramenta de pesquisa que visa à compreensão de fenômenos sociais complexos, de modo que “... o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a manutenção de setores econômicos” (YIN, 2005, p. 20).

O interesse pelo tema justifica-se pela compreensão de um aspecto fundamental pouco considerado pelas administrações públicas, e ainda incipiente na literatura (especialmente nas Ciências Sociais).

Os estudos sobre os resíduos sólidos, de um modo geral, foram deixados ao longo de décadas, na sua maior parte, no âmbito da competência dos engenheiros sanitaristas, sem a parceria dos cientistas sociais, o que retardou a possibilidade do desenvolvimento de pesquisas referentes à realidade dos catadores e outros atores sociais vinculados ao tema dos resíduos sólidos.

Por este fato, o tema de nossa pesquisa, carece de sedimentação em face da sobrevalorização de aspectos técnico-operacionais de coleta, tratamento e descarte (na implementação de programas municipais de coleta seletiva), sobre a atuação dos diversos catadores de resíduos sólidos recicláveis espalhados pelo país.

Assim, no ano de 2006, qualificamos o projeto de dissertação intitulado *Rede de catadores e gestão socioambiental de resíduos sólidos recicláveis: experiência contemporânea no Município de Itajaí (SC)*. O tema do projeto permitiu que, junto a nosso orientador, fosse desenvolvido um outro plano de pesquisa paralelo àquele da dissertação – uma oportunidade ofertada pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), através do Programa Integrado de Pós-Graduação e Graduação (PIPG)². O projeto *Contribuição às políticas públicas de reciclagem de resíduos no Brasil: estudo exploratório com base no acervo de uma ONG empresarial especializada* foi um trabalho de iniciação científica, que serviu de auxílio à dissertação, pois tratava de um estudo de caso (YIN, 2005), objetivando analisar a contribuição da Organização não-governamental (ONG) denominada Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), na promoção da ideologia empresarial³, voltada para a temática da reciclagem e da gestão socioambiental dos resíduos sólidos urbanos⁴.

² O Programa PIPG é uma oportunidade de iniciação científica, que integra alunos de pós-graduação e graduação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

³ O termo “ideologia empresarial” representa um novo padrão comportamental adotado pelas grandes corporações. Está ancorado nos conceitos de sustentabilidade ou responsabilidade social das empresas, que englobam compromissos que ultrapassam o setor de produção. Trata-se de uma iniciativa que vem tomando força na medida em que, se propaga à importância da representação do ramo empresarial em aspectos socioambientais (ETHOS, 2007; GRAYSON; HODGES, 2002).

⁴ Quando tratamos de *gestão socioambiental*, aliamos a dimensão social a uma perspectiva ambiental. No caso específico da reciclagem, nos referimos à possibilidade de reinserção social dos catadores de resíduos sólidos urbanos recicláveis, por meio da formação de cooperativas.

A participação no projeto PIPG possibilitou maior abrangência de análise no plano geral de dissertação. Apesar de não abordarmos, na dissertação, as iniciativas do empresariado em nível local, as contribuições do CEMPRE – que apresentam propostas de soluções técnicas e políticas tanto para o setor privado quanto para o setor público⁵ - instigaram-nos a tentar compreender o contexto institucional das políticas públicas, assim como as múltiplas perspectivas representadas pela ideologia que direciona os diversos atores sociais envolvidos na gestão dos resíduos sólidos urbanos no Município de Itajaí (SC), além de outras pessoas envolvidas.

Contextualizando a problemática:

Nos últimos anos, as questões relativas ao descarte dos resíduos sólidos urbanos constituem uma grande preocupação para as administrações públicas municipais no Brasil. A falta de programas municipais de coleta seletiva, de formação de cooperativas de catadores e de condições salubres de trabalho para estes, afora a ausência de estrutura adequada aos aterros sanitários⁶, apresentam-se como algumas das variadas influências que resultam na indevida destinação dos resíduos, elevando os índices de degradação ambiental no meio urbano.

Isso corresponde a um problema integrado, no qual se deve “considerar a magnitude, a complexidade, a multiplicidade de atores, os processos envolvidos e a intersectorialidade das ações necessárias para o seu equacionamento”, pois está relacionado “ao interesse coletivo, influências e interesses econômicos, manifestações da sociedade, aspectos culturais e conflitos políticos” (AGUIAR, 2005, citado por BESEN, 2006, p. 2).

O avanço acentuado dessa problemática, evidenciada pelo crescimento da população e, conseqüentemente, do consumo, assim como pelo volume de lixo produzido, fez emergir, no país, mais precisamente a partir da década de 1990, uma preocupação que impulsiona a formulação de um quadro de políticas públicas em nível local, com a finalidade de minimizar os impactos ambientais e sociais que a questão tem levantado.

⁵ Representadas pelo incentivo à formulação de políticas públicas de reciclagem nos municípios brasileiros, que visem amenizar a problemática que envolve os resíduos sólidos (CEMPRE, 2006, p. 5).

⁶ Vale lembrar que os aterros sanitários, inexitem em muitos municípios brasileiros. Este fato ocorre em função da concorrência de inúmeros problemas: existência dos chamados lixões; ausência de legislação municipal referente a salubridade ambiental; conscientização dos representantes do poder público e da comunidade (que inclui o incentivo à redução do consumo e a separação do material para a reciclagem) etc.

Nos últimos anos, verificamos o alto valor econômico agregado a esta questão. Com efeito, em primeiro lugar figuram os custos envolvidos nos processos de gerenciamento dos resíduos, os quais consomem boa parte do orçamento municipal (fazendo com que muitas cidades terceirizem os serviços de coleta e disposição). Aliadas a esta constatação, temos as despesas relativas aos resíduos reaproveitáveis com a expansão do mercado da reciclagem.

A partir do ano de 1988, com a promulgação da atual Constituição da República – o texto constitucional, no seu art. 225, consagrou o direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado –, foram estabelecidas as questões voltadas ao gerenciamento e tratamento dos resíduos sólidos, assim como muitas outras de interesse local, as quais seriam descentralizadas e de inteira responsabilidade dos municípios⁷.

Vale lembrar que o repasse de responsabilidades, não foi acompanhado do controle dos recursos financeiros para estes fins, os quais permaneceriam em poder da União, ou seja, “o resultado foi a transferência de responsabilidades não ser acompanhada por uma preparação e fortalecimento dos municípios, para que estes tivessem condições reais de assumir seus novos compromissos” (PFEIFFER, 2000, p. 5).

A grande redução do incentivo financeiro dar-se-ia, também, em função de sucessivos acordos do Governo Federal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), significando que o investimento em saneamento para este setor governamental teve “o pior desempenho em relação às [vinte e seis] funções básicas do governo” (BESEN *et al.*, 2004, p. 3).

A escassez de recursos foi o maior desafio em nível municipal, o que obrigou muitos municípios a dar início à cobrança referente à taxa de recolhimento do lixo, pois se, considerado o progressivo volume de resíduos a cada dia, tornou-se necessário maior investimento para a gestão destas substâncias. Cabe ressaltar que a carência de recursos também tem sido utilizada como justificativa para a ausência de implementação de programas de coleta seletiva (devido ao custo operacional empregado).

Em virtude da freqüente falta de iniciativa do Poder Público Municipal para a oferta de serviços de coleta seletiva⁸, ou da descontinuidade dessas atividades em decorrência de aspectos políticos ou administrativos (CEMPRE, 2000), tem-se observado que, na maioria dos municípios

⁷ Segundo o art. 30, que especifica também aos municípios “seu papel na organização e prestação desses serviços” (CEMPRE, 1997, p. 7). No caso da limpeza urbana, as prefeituras são as responsáveis por “promover a coleta, o tratamento e a destinação ambiental e sanitária de forma correta e segura” (CEMPRE, 2000, p. 10).

⁸ Que incluem dificuldades de ordem econômica, operacional e organizacional (BESEN, 2006).

brasileiros, a separação do material reciclável para revenda vem sendo feita pelos inúmeros catadores distribuídos pelas cidades⁹. Desta forma, constituem uma rede que atende à recente demanda voltada para a emergente indústria da reciclagem no país (RODRIGUES; CAVINATTO, 2003).

Esses catadores, mesmo atuando em um meio alternativo de sobrevivência (em razão da crise do desemprego que tomou conta do país nos últimos anos), podem ser considerados os primeiros agentes na cadeia da reciclagem¹⁰ que, devido à atual expansão, vem, a cada dia, recebendo novos adeptos.

Nesse sentido, considera-se que a atividade do catador seja benéfica em três dimensões: ambiental, social e econômica. A dimensão ambiental é destacada pela reciclagem que, através de seus processos, reduz o descarte indevido de resíduos que levam muito tempo para se decompor e, conseqüentemente, acabam se tornando grandes poluidores. A dimensão social é destacada em virtude da reinserção no mercado de trabalho (mesmo que informal) destes atores sociais que, por falta de escolaridade, oportunidade ou qualificação, não conseguem se estabelecer no mercado formal de emprego. A dimensão econômica é ressaltada pela cadeia da reciclagem que resulta do trabalho dos catadores, de forma a abastecer pequenas e médias empresas que têm, no ápice, a indústria da reciclagem em franco crescimento.

Por outro lado, ainda persiste uma grande discriminação em relação aos catadores, enquanto sujeitos sociais. Na maioria das vezes, os catadores são estigmatizados como “vagabundos”, e vivem à margem da sociedade, evidenciando a desvalorização e a falta de reconhecimento acerca da importância do trabalho exercido por eles, assim como da contribuição que prestam à construção de uma sociedade estruturada a partir de padrões de vida sustentáveis.

Ultimamente, no Brasil, todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) vêm sendo impulsionados para o atendimento de questões anteriormente relegadas. Após a reforma do Estado, o conceito de democracia ultrapassou a esfera institucional e passou a ater-se também às práticas cotidianas de todos os agentes políticos, representados pela *Participação Cidadã* - na qual se incluem direitos e deveres -, “articulando a idéia de civilidade, a concepção republicana de cidadão” (GOHN, 2003, p. 18).

⁹ Que exercem o ofício de forma autônoma, ou organizada através de cooperativas.

¹⁰ A atividade da catação é “o processo de reaproveitamento do lixo mais antigo que se tem notícia no país” (RODRIGUES; CAVINATTO, 2003, p. 65).

Nesse contexto, Gohn (2003), destaca o papel fundamental da sociedade civil organizada na chamada *Participação Cidadã*, salientando que “a participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada ao longo de todo um circuito de formulação e implementação de uma política pública” (GOHN, 2003, p. 19).

Desse modo, essa nova dinâmica possibilita um avanço no tratamento de questões que aliem os aspectos ambiental e social, as quais foram costumeiramente ignoradas. Entretanto, na atualidade, passaram a exercer papel central no palco da discussão pública sobre o tema.

No caso dos resíduos sólidos, observa-se o impacto dessa mudança na medida em que vemos emergir um movimento organizado pelos próprios catadores, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Um considerado avanço da legislação, por meio da qual se busca regulamentar, de forma adequada, o setor de saneamento, vem, atribuindo também, a devida importância à implantação de serviços de coleta seletiva e de reciclagem de lixo, além da valorização da atividade do catador¹¹.

Considerando o que foi exposto, tem-se observado, ultimamente, um moderado incentivo das prefeituras municipais no ensaio de encontrar alternativas para a problemática dos resíduos. Tal feito, atenta os princípios básicos dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), muito difundidos pela Agenda 21, que, vem propagando a necessidade de diminuição da geração do lixo (ABREU, 2001).

É a partir desse ponto que buscamos identificar se realmente existe uma distinção entre o que vem sendo feito e o que realmente deve ser feito na tentativa de minimização da problemática socioambiental em torno dos resíduos sólidos urbanos, pois, além do atendimento à demanda ambiental, há também a responsabilidade das prefeituras em relação aos aspectos sociais desencadeados pela questão.

Propusemo-nos a investigar, nessa dissertação (através do estudo de caso específico sobre os dilemas contemporâneos que envolvem a gestão dos resíduos sólidos em âmbito local), qual tem sido o papel desempenhado pelo Poder Público Municipal para a valorização de programas de gestão de resíduos e para as políticas públicas de reciclagem que se sobreponham ao discurso político e atendam ao consenso democrático.

¹¹ Vale lembrar que ainda se estende em nível nacional o debate em torno da aprovação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. No contexto catarinense, observa-se que existe uma legislação específica para o atendimento destas questões: a Política Estadual de Saneamento [Lei Estadual n. 13.517/2005] e a Política Estadual de Resíduos Sólidos [Lei Estadual n. 13.557/2005], que não foram regulamentadas até o presente momento.

Para tal, buscamos compreender se o modelo de administração pública vigente contempla um gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos e, portanto, se condiz com os padrões de vida desejáveis pregados pelas premissas da sustentabilidade ou, por outro lado, se é conduzido pela oscilação entre os modelos gerencial, societal (PAULA, 2005a; 2005b) ou socioambiental.

Além disso, comprometemo-nos a averiguar se tais fatores condizem, sobretudo, com as diretrizes impostas pela experiência de gestão pública vigente, atendendo a um contexto institucional específico, e se também atendem às especificidades da legislação em vigor para a preservação de regras e princípios que estabeleçam qualidade de vida para a população. Tudo isso, aliado à valorização da atividade dos catadores de resíduos sólidos urbanos recicláveis, por meio do incentivo à formação de uma Cooperativa.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Compreender e analisar a configuração do contexto institucional de políticas públicas em Itajaí (SC), relacionado à experiência contemporânea de Gestão Pública Municipal dos resíduos sólidos urbanos, considerando a iniciativa do governo municipal para a reestruturação de uma Cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos recicláveis.

Objetivos Específicos:

- Identificar e analisar aspectos históricos e documentais da experiência de gestão de resíduos em nível municipal.
- Identificar e avaliar as versões em confronto, além das ações convergentes entre os principais atores sociais no contexto institucional das políticas públicas quanto à experiência de gestão dos resíduos em Itajaí.
- Contribuir com a revisão da bibliografia sobre Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo – vinculada ao processo de reciclagem de resíduos sólidos.

Justificativa e Relevância do Tema:

A emergente discussão que envolve a preocupação com o meio ambiente na sociedade contemporânea é fundamental para a consolidação de padrões de sustentabilidade necessários à sobrevivência das gerações futuras.

Dentro desse contexto, o acentuado aumento do contingente populacional mundial nas últimas décadas apresenta-se como pressuposto para o aumento da demanda do consumo – fator significativo para o acúmulo maior de resíduos, enquanto uma variabilidade de estudos tem comprovado (FONSECA, 2001; LIMA, 2001 etc.) que grande parte desse material é poluente e de longo período de tempo para a decomposição. Além disso, é disposto de forma indevida e irregular, tornando-se um dos responsáveis – juntamente com outros fatores – pela destruição do solo, contaminação de lençóis freáticos etc. São estes fatores que intensificam a necessidade de regulação em relação ao destino final deste material.

Nesse sentido, a reciclagem – enquanto alternativa de reaproveitamento do que já foi produzido – pode contribuir para a diminuição do volume de resíduos a ser depositado em aterros sanitários ou lixões espalhados pelo país, assim como, para a redução dos índices de poluição. Da mesma forma, também se apresenta como alternativa de emprego e renda para os mais diferentes níveis da escala social, além de beneficiar o meio ambiente, em virtude da minoração do consumo de energia no setor produtivo. Constitui, ainda, uma alternativa frente à exploração maciça dos recursos naturais, os quais já estão em escassez.

Como base de grandes empreendimentos, a reciclagem pode contribuir para o fortalecimento da economia dos municípios, no que se refere às empresas recicladoras e para a diminuição da desigualdade social, porquanto representa meio alternativo de geração de renda para as camadas sociais com menor acesso à educação e qualificação profissional, fatores estes que, seguramente, contribuem para o lamentável quadro de desemprego mostrado no país.

É importante observar que o ofício da *catação* surge como um emprego alternativo, que é uma atividade característica dos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, que se caracteriza por apresentar um contexto histórico de fragilidade institucional do Estado, o que

conseqüentemente leva à ruptura dos princípios democráticos. Estes fatores contribuem com a consolidação da distribuição desigual e injusta da renda¹².

Esta pesquisa é relevante em Itajaí, pois, ao contrário de outros estudos já realizados em relação ao tema, como os de Intini (1997) e Colombi (2003), propusemo-nos a discutir como a influência dos modelos de gestão pública, historicamente conhecidos e apontados na literatura – especialmente de acordo com os estudos de Ana Paula Paes de Paula (2005a; 2005b) – podem ser identificados no modelo de administração pública local, em formação, assim como suas influências na gestão municipal de resíduos sólidos.

Aspectos metodológicos:

Para esta dissertação, optamos por uma metodologia baseada na orientação metodológica proposta por Pedro Demo (2000). Segundo este autor, existem quatro tipos de pesquisa (resumidas a seguir):

a) Pesquisa teórica: utilizada para a construção de um referencial com base em teorias, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos e, em termos mediatos, aprimorar práticas;

b) Pesquisa metodológica: baseada na aplicação de métodos e procedimentos científicos, polêmicas e paradigmas metodológicos, tanto em âmbito mais epistemológico, quanto de controle empírico;

c) Pesquisa empírica: utilizada no tratamento empírico e factual da realidade, produzindo e analisando dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e factual;

d) Pesquisa prática: relacionada à *praxis*, ou seja, à prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção. Nesse sentido, não esconde sua ideologia, ao contrário, reconstrói conhecimento a serviço de certa ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico; alguns métodos ditos qualitativos advogam essa direção, em particular a pesquisa participante e, em certa medida, a pesquisa-ação.

Para o autor, nenhum tipo de pesquisa é auto-suficiente. O que acontece de fato é que, na prática, os pesquisadores tendem a mesclar os quatro tipos, acentuando-se mais um ou outro. Para

¹² Nesse caso, a maioria dos catadores, pela falta de acesso às necessidades mais básicas como a educação e a saúde, sujeitam-se ao trabalho que não oferece boas condições: falta informação sobre a importância do trabalho, faltam condições de higiene e de recursos.

os objetivos da presente dissertação, buscamos, fundamentalmente, os tipos de pesquisa teórica e empírica, embora este trabalho também contenha aspectos dos tipos metodológico e prático.

Recorremos também à proposta metodológica sugerida por Robert Yin (2005) e por Augusto Triviños (1987). Dentro da perspectiva apontada por Yin (2005), optamos pela realização de um estudo de caso, como estratégia de pesquisa.

Segundo este autor, os procedimentos adotados nessa estratégia de pesquisa implicam em buscar várias fontes distintas de coleta de evidências. Resume-se abaixo o que foi utilizado como recurso de coleta:

a) Documentos: caracteriza a informação documental como objeto explícito da coleta de dados;

b) Registros em arquivo: são registros que podem ser utilizados em conjunto com outras fontes de informação;

c) Entrevistas: constituem uma fonte essencial de evidências, pois, a maioria delas trata de questões humanas;

d) Observação direta: é importante durante a realização do trabalho de campo no local escolhido para a investigação do estudo de caso;

e) Observação participante: permite a participação do pesquisador nos eventos que estão sendo estudados, rompendo com a observação passiva.

Já a proposta metodológica de Triviños (1987) orientou a fase de realização das entrevistas. Segundo o autor, “para alguns tipos de pesquisa qualitativa, a entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados” [...] na qual é possível “utilizar a entrevista estruturada, ou fechada, a semi-estruturada e a entrevista aberta” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Ainda de acordo com Triviños (1987), é relevante privilegiar este tipo de entrevista porque “ao mesmo tempo valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

Assim, vale ressaltar que, a entrevista semi-estruturada é aquela:

[...] que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto das hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do

foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

De acordo com o que se apresentou, buscamos estabelecer o seguinte método de trabalho:

Pesquisa bibliográfica:

Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica da literatura relacionada ao tema em questão, considerando, especialmente, publicações recentes, ou seja, atualizadas e consistentes. Foram pesquisados livros, artigos, periódicos especializados, monografias, dissertações e teses. Este tipo de pesquisa foi útil para o cumprimento do terceiro objetivo específico.

Pesquisa documental e histórica:

Paralelamente, também foi feita uma coleta de informações relacionadas ao tema da gestão de resíduos em Itajaí, recorrendo-se a pesquisa documental – do contexto histórico do tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos. Este tipo de pesquisa foi útil para o cumprimento do primeiro objetivo específico e, parcialmente, para o segundo objetivo específico.

Entrevistas:

Como instrumento de pesquisa de campo, realizou-se uma série de entrevistas que, atendiam a roteiros elaborados com questões dos tipos: aberta, estruturada e semi-estruturada (ver apêndices A, B, C, D, E, G, H, I, J, L). As entrevistas, foram direcionadas aos funcionários do governo municipal que atuam na gestão de resíduos; aos representantes do Ministério Público Federal (MPF); do Ministério Público Estadual (MPE); da Engepasa Ambiental; do SENAC Social; aos catadores cooperados/formais e aos sucateiros no município. É importante ressaltar que, foram feitas, sem êxito, tentativas de aproximação junto aos catadores autônomos/informais - para a realização de entrevistas (ver Apêndice F). Devido à dificuldade de aproximação e à resistência de participação destes entrevistados, optamos por não incluir esses dados nesta pesquisa.

Todos os roteiros de entrevista visaram o cumprimento dos objetivos específicos, e,

portanto, diferenciaram-se atendendo a especificidade dos entrevistados.

Interpretação dos Dados e Redação da Dissertação:

Todas as informações foram processadas e analisadas com base em considerações teóricas avaliadas como mais adequadas. A pesquisa foi qualitativa, interpretativa, com base num pluralismo teórico, no paradigma da complexidade, ainda que sem a pretensão de fazer uma contribuição teórico-paradigmática.

Como o objetivo principal da pesquisa foi analisar um modelo de gestão pública em transição e suas preocupações – referindo-se, especificamente, à gestão de resíduos e à atuação de uma rede de catadores em nível municipal (organizados e autônomos), buscou-se, através de um enfoque multidisciplinar, contribuir com o debate público sobre um processo de gerenciamento de resíduos social, ambiental e economicamente sustentável em Itajaí.

Estruturação dos capítulos:

A dissertação está estruturada em quatro capítulos: o primeiro capítulo é basicamente teórico, buscando, sucintamente, um posicionamento em relação à crise dos paradigmas científicos (disjuntor-redutor *versus* paradigma da complexidade) apontados na obra de Edgar Morin. Não há nenhuma pretensão de fazer alguma contribuição teórico-epistemológica.

No segundo capítulo, buscamos apresentar, com base na pesquisa do referencial bibliográfico especializado, como surgiu a preocupação quanto à problemática em torno das questões ambientais, e como ela converge para problemas socioambientais de natureza urbana, como a questão dos resíduos sólidos. Este capítulo trata, também, de como este problema e seus múltiplos enfoques vêm sendo abordados no contexto nacional por estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento.

O terceiro capítulo, apoiado em parte nas pesquisas bibliográfico-documental e de campo - por meio da realização de entrevistas (que atendem a roteiros abertos, estruturados e semi-estruturados), busca situar o leitor na cidade de Itajaí, apresentando aspectos históricos, geográficos, econômicos e político-institucionais. Entender as principais características de Itajaí,

desde a ocupação do seu território, até os dias atuais, auxilia-nos a compreender os aspectos mais relevantes diretamente relacionados à produção e ao tratamento do lixo nessa cidade.

No quarto capítulo, buscamos por meio dos resultados obtidos na nossa pesquisa de campo, identificar e analisar as ações em confronto e as ações convergentes entre os principais atores sociais inseridos no arranjo institucional das políticas públicas. Para tal, procuramos relacionar à experiência contemporânea da gestão pública municipal de resíduos em Itajaí, as observações mais relevantes feitas pelos outros sujeitos sociais inseridos neste contexto.

Na parte final, são apresentadas as conclusões acerca do modelo de administração pública em construção em Itajaí, assim como o papel exercido por todos os atores sociais envolvidos na gestão de RSU no município. Por fim, buscamos também, com base na análise dos dados da pesquisa, contribuir (através de sugestões e reflexões), para o debate público relativo às alternativas de gestão de resíduos sólidos em Itajaí.

CAPÍTULO I

PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E MUDANÇA DE PARADIGMAS: UMA BREVE CONSIDERAÇÃO

Este primeiro capítulo busca, sucintamente, um posicionamento quanto à crise de paradigmas científicos – disjuntor-redutor *versus* paradigma da complexidade –, apontados na obra de Edgar Morin, sem a pretensão de uma análise propriamente epistemológica.

Nosso intuito é refletir sobre como o modelo moderno ou clássico de ciência – consolidado pelo paradigma disjuntor-redutor, resulta na organização dos saberes e das idéias que, costumeiramente, constituem o eixo organizacional das formas convencionais de administração pública, desestimulando a perspectiva de um trabalho multidisciplinar, interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar. Na perspectiva do paradigma da complexidade, a ciência moderna, desde o século XVII, ao romper com o senso comum e com a filosofia, e fragmentando-se em disciplinas especializadas, gerou tanto conhecimento racionalizado quanto cegueira diante da realidade complexa, socioambiental. Ao disjuntar ou separar sujeito e objeto, qualidade e quantidade, privilegiando uma perspectiva pretensamente objetivista, neutra (do ponto de vista dos valores éticos) e matematizada, a ciência favoreceu o surgimento de políticas públicas tecnocráticas, unilaterais e unidimensionais, em crescente burocratização. O tema da gestão de resíduos sólidos urbanos e dos catadores insere-se neste contexto de indiferença ou mesmo desprezo da ciência convencional quanto à complexidade socioambiental e ao que não se encaixa nos sistemas formalizados.

1.1. CIÊNCIA SOCIAL, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: CRISE DE PARADIGMAS

A discussão sobre a crise ambiental em torno dos resíduos sólidos urbanos apresenta, tradicionalmente, na academia, um histórico de enfoque mais específico e tendenciosamente direcionado aos engenheiros sanitaristas. Tudo isso ocorre, em virtude do tratamento unilateralmente técnico-operacional que, geralmente, tem sido empregado no equacionamento da referida problemática.

Não caberia, aqui, fazer-se uma investigação histórica sobre o que se afirmou antes, se foi o departamentalismo acadêmico e a monodisciplinaridade, ou se foi a diretriz técnico-operacional dos órgãos públicos, mesmo porque esta questão depende de fatores culturais de longo prazo em cada região. O que se pretende, apenas, é sugerir que há uma correlação ou correspondência entre o enfoque predominante na academia e o enfoque predominante nas políticas públicas brasileiras nas últimas décadas. Com a crescente influência da formação de funcionários públicos nas universidades, o viés predominante no meio acadêmico institucionalizado (BURSZTYN, 1999), tornou-se também a diretriz do *modus operandi* da esfera político-estatal. Este enfoque instrumental impõe a forma como são administrados pelo poder público os resíduos que a sociedade produz no meio urbano.

Segundo Morin (1998, p. 135), “sabemos cada vez mais que as disciplinas se fecham e não se comunicam umas com as outras”, e, desse modo, fomentam uma tradição no campo da ciência, essencialmente disciplinar. A temática dos resíduos sólidos insere-se nesse contexto, na medida em que se caracteriza por tradicionalmente excluir uma perspectiva que englobe a dimensão humana¹³. Pelo menos esta tem sido a forma dominante de abordagem que tem origem na Engenharia Sanitária e na Biologia. A aproximação destas com as ciências humanas não tem ocorrido sem atrito, inclusive porque as ciências humanas também têm suas próprias formas de fechamento disciplinar, contrárias ao diálogo com a Engenharia e a Biologia, por exemplo¹⁴.

Essa carência de entendimento da relação entre a sociedade e o meio ambiente foi consolidada na ciência moderna a partir da tradicional ordenação disciplinar que atribuía à Biologia a exclusividade ou preponderância no conhecimento do ambiente natural.

Segundo Edgar Morin, essa ordenação disciplinar é guiada pelo paradigma disjuntor-redutor, que se caracterizou por separar as categorias e as disciplinas e, portanto, por fazer da distinção um processo de fragmentação, de disjunção, sem interação entre as partes separadas, enquanto, por outro lado, reduzia o complexo ao simples (o humano ao nível biológico, este ao nível físico e químico, etc). Esse tipo de conhecimento científico, baseado em métodos simplificadores, disjuntivos e reducionistas, é para o epistemólogo e sociólogo francês uma tendência que produz mais cegueira do que elucidação (MORIN, 1998; 2005), ou seja, “mutila as

¹³ Referimo-nos ao trabalho exercido pelos catadores de resíduos sólidos recicláveis.

¹⁴ Pode-se citar como exemplo, o caso específico da Sociologia e a conseqüente fundamentação teórica que a incumbia de analisar exclusivamente os fenômenos sociais (ESPINAS; KROPOTKIN, citados por FERNANDES, 1991).

realidades e os fenômenos explicados na tentativa de controle e dominação” (MORIN, 2005 citado por JANUÁRIO, 2007, p. 6; BOEIRA, 2002).

A referida desarticulação, que “separa o físico do biológico, separa as categorias, as disciplinas” (BOEIRA, 2002, p. 114) perpetuou-se por um longo período da história da ciência e ainda persiste como prática da atividade científica contemporânea, impactando negativamente na busca por soluções para a problemática socioambiental que envolve, dentre outros temas, o dos resíduos sólidos urbanos.

Em virtude dessa tendência que direcionou os problemas ambientais às Ciências Naturais (dissociando-os do campo das Ciências Sociais), é possível considerar que o tardio tratamento da temática ambiental pela Sociologia tem um fundamento histórico. Desde o seu surgimento, a Ciência Social – que surgiu muito próxima ao advento industrialista do século XVIII –, esteve centrada na discussão em torno do progresso e/ou da racionalidade humana na modernidade¹⁵.

Este tipo de abordagem foi evidenciada na obra dos três pais fundadores da Sociologia: Durkheim, Marx e Weber. Apesar da vasta contribuição desses teóricos na constituição do arcabouço científico e acadêmico das Ciências Sociais, é possível observar que em suas respectivas obras não houve questionamentos sobre alguns possíveis aspectos negativos da modernidade, como no caso dos problemas ambientais (FERREIRA, 2001).

A carência investigativa sobre esse tema foi caracterizada no período clássico da Sociologia pelo “modo tangencial” como foi investigada. Segundo Ferreira (2004), “raramente surgiam trabalhos que isolados não promoviam uma acumulação considerável de conhecimento que permitisse a criação de um campo teórico” (FERREIRA, 2004, p. 78). Por outro lado, Goldman e Schurman (2000 citados por ALONSO; COSTA, 2002) salientam que, na teoria clássica, essa separação foi concebida para uma melhor demarcação do campo de estudos da Sociologia em relação à Biologia.

Em meio às opiniões controversas que tentam justificar a tardia abordagem da Sociologia no campo ambiental, sobressai a evidência de que as mudanças no campo das Ciências Sociais tardaram a ocorrer. Somente a partir de 1945, no período pós 2^a Guerra Mundial, é que ocorreu

¹⁵ Segundo Ferreira (2001), esse paradigma social dominante foi firmado pela crença de que as condições sociais benéficas criadas seriam capazes de superar quaisquer características negativas advindas da industrialização. Ainda segundo a autora, “o que atualmente é identificado como preocupação ambiental seria visto como atraso e obstáculo ao desenvolvimento, ao progresso”. Por outro lado a autora salienta que “certamente havia críticos ao paradigma desenvolvimentista, como os sociólogos marxistas; mas estes tendiam a ver a problemática ambiental como um desvio das questões cruciais do humanismo” (FERREIRA, 2004, p. 80).

uma efetiva alteração na prática da arena social investigativa, consolidada a partir da constituição dos subcampos desta disciplina, permitindo que:

Todos os cientistas sociais [alargassem] suas preocupações para além dos temas já tradicionalmente aceitos [assistindo-se] nos anos do pós-guerra a uma redefinição do objeto, de maneira a integrar todos os processos sociais com implicações ou intenções políticas: grupos de pressão, movimentos de protesto, organizações comunitárias, dentre outros (FERREIRA, 2001, p. 40).

Assim, a expansão do foco investigativo da Sociologia pôde romper com a tradição simplista imposta pelo determinismo geográfico e biológico¹⁶ e concentrar-se no entendimento do debate ambientalista surgido no início dos anos de 1960. Tal debate, foi impulsionado mediante a constatação de uma situação de degradação ambiental advinda da exploração maciça dos recursos naturais e das práticas e técnicas provenientes do desenvolvimento do industrialismo (FERREIRA, 2004, p. 80). De uma ameaça aos seres humanos que viviam na Antiguidade e na Idade Média, a natureza passou a ser ameaçada, nas sociedades industriais, a ser usada como uma colação sem fim de partes de ecossistemas e como um sumidouro de detritos.

Este novo foco culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (realizada no ano de 1972, em Estocolmo), estimulando uma discussão no âmbito da tradição metodológica da Sociologia e, de certa forma, abrindo espaço para a consolidação e institucionalização da “Sociologia Ambiental”¹⁷. A Sociologia Ambiental é uma abordagem que, privilegiando aspectos sociais, toma como centrais os problemas ambientais, mais especificamente as formas pelas quais os problemas ambientais são reconhecidos e construídos socialmente (HANNIGAN, 1995; BUTTEL, 1992 citados por FERREIRA, 2004).

Em meados da década de 1970, também tem início uma abordagem inter e transdisciplinar, definida como paradigma da complexidade (MORIN, 1998)¹⁸.

Vale primeiramente lembrar que:

¹⁶ Cabe lembrar que a visão determinista, seja em Geografia, seja em Biologia, integra o paradigma disjuntor-redutor, muito centrado nas especificidades monodisciplinares.

¹⁷ Para um melhor detalhamento histórico da formação e institucionalização da Sociologia Ambiental ver Ferreira (2001; 2004).

¹⁸ Não é nossa intenção fazer um aprofundamento da obra de Morin. Enquanto o paradigma disjuntor-redutor apresenta-se vinculado à primeira revolução científica moderna, o paradigma da complexidade relaciona-se à chamada segunda revolução científica, “ocorrida com a emergência da física quântica e subatômica na primeira metade do século XX e, por outro, na terceira revolução científica, que se expressa pelos diálogos inter e transdisciplinares, na busca de compreensão problemas complexos e interligados pela própria dinâmica histórica” (BOEIRA *et al.*, 2006, p. 8).

Um paradigma contém, para todos os discursos que se efetuam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias mestras da inteligibilidade, e também o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre estes conceitos ou categorias. Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo os paradigmas inscritos culturalmente neles. Os sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas (MORIN, 1991, p.188).

Como a abordagem da complexidade é propositiva em termos de “novas formações teórico-metodológicas para a construção do conhecimento científico, reflexão filosófica e da prática das pesquisas” (JANUÁRIO, 2007, p. 7), constitui-se num paradigma que, por meio da articulação do conhecimento multidisciplinar, “associa sem fundir e distingue sem separar”. E, desse modo, desperta “uma percepção crítica, emancipadora e prudente da ciência” (BOEIRA *et al.*, 2006, p. 8).

A desarticulação de saberes no campo da ciência contribui também (como foi dito anteriormente), com uma visão político-institucional fragmentada, tecnocrática, mantendo um impasse no equacionamento do problema que envolve a gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Salvo alguns casos recentes (como as iniciativas em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Londrina e na Região do Alto Rio Negro Catarinense)¹⁹, a experiência em relação a um gerenciamento participativo com a inclusão de catadores tem se configurado aquém do esperado, na maioria das administrações públicas brasileiras.

Mesmo após a constatação de que a problemática ambiental dos resíduos supera a especificidade das ciências ditas *naturais*, exigindo uma abordagem socioambiental, é possível observar que persiste a fragilidade institucional pública para o atendimento dessa nova demanda.

A falta de comprometimento das autoridades públicas diante dos tratados internacionais e da Agenda 21 global, nacional, estadual e local, expressa também, uma crise dos modos monodisciplinares e fragmentados de se fazer e aplicar o conhecimento científico.

A ineficiência ou mesmo a indiferença político-institucional no que se refere ao tratamento socioinstitucional e socioambiental para a relação catador-resíduos sólidos pode ser compreendida a partir da política ambiental brasileira.

Quanto a esta, caberia fazer, aqui, uma abordagem introdutória. No histórico da política ambiental brasileira, são identificados três tipos de políticas ambientais: as regulatórias, as estruturadoras e as indutoras de comportamento. Segundo Cunha e Coelho (2003, p. 45), as

¹⁹ Romani (2004); Jacobi (2006).

políticas regulatórias estão direcionadas “à elaboração específica para estabelecer ou regulamentar normas e regras de uso e acesso ao ambiente natural”; já as estruturadoras tratam “da intervenção direta do poder público ou de organismos não-governamentais na proteção ao meio ambiente”; e por fim, apontamos as políticas indutoras que “referem-se a ações que objetivam influenciar o comportamento de indivíduos ou grupos sociais”.

Cabe destacar que as políticas indutoras “são normalmente identificadas com a noção de desenvolvimento sustentável e são implementadas por meio de linhas especiais de financiamento ou de políticas fiscais e tributárias” (CUNHA; COELHO, 2003, p. 45), e, portanto, almejam também, aperfeiçoar a alocação de recursos. Partindo dessa perspectiva, é possível considerar que esse tipo de política é operacionalizado por meio de instrumentos econômicos, que desse modo, visam alcançar ações ambientalmente desejáveis, ao mesmo tempo em que tornam exequíveis as práticas que resultam em degradação ambiental.

Ainda segundo Cunha e Coelho (2003, p. 45), “as certificações ambientais também podem ser incluídas entre as políticas indutoras, pois são formuladas com o objetivo de influir no comportamento dos consumidores”.

A obra de Cunha e Coelho (2003) apresenta, também, uma contextualização histórica do processo de implementação e formulação de políticas públicas ambientais no Brasil, que teve início a partir da década de 1930. Esse processo, que se divide em três momentos distintos (1930-1971; 1972-1987; 1988 até os dias atuais), foi constantemente influenciado pelo contexto político vigente em cada época. Nesse sentido, cabe aqui fazer uma breve descrição:

O primeiro momento, que vai até 1971, foi marcado pela ação de um Estado centralizador na definição de códigos regulatórios do uso dos recursos naturais e de um incipiente aparato institucional para tratar das questões relacionadas com a proteção à natureza. A partir de 1972, as políticas ambientais serão influenciadas, de um lado, pela consciência global de uma crescente crise ecológica e, de outro, por políticas estruturadoras, modernizantes e integradoras articuladas numa estratégia, no mais das vezes contraditória do desenvolvimento econômico.

Em 1988, a promulgação de uma nova Constituição indicou alguns dos principais fundamentos do terceiro momento das políticas ambientais no país, que chega até os dias atuais. Os conceitos de desenvolvimento sustentável, manejo dos recursos naturais e democratização e descentralização das decisões tornam-se influentes. Organismos internacionais, ONGs e corporações passam a integrar tanto a elaboração quanto a implementação de políticas ambientais

(CUNHA; GUERRA, 2003, p. 75).

Atualmente, é possível observar (com base na contextualização histórica apresentada), que, mesmo sofrendo constantes alterações e adaptações (que são o resultado de uma diversidade de fatores), a política ambiental brasileira tem sido direcionada – mesmo que cercada em parte pelo insucesso – para o atendimento de uma demanda de proteção ambiental.

A abertura democrática e a inclusão de diversos atores sociais no campo da política ambiental são alguns dos fatores que, considerados em conjunto, contribuem para tornar mais complexa uma ação eficaz do Estado. Desse modo, a organização de parte da sociedade civil tem gerado demandas às quais o Estado não consegue responder satisfatoriamente.

A existência e a multiplicação de catadores de resíduos sobrevivendo com a revenda de material reciclável, circulando com seus carrinhos de madeira, latão e arame entre automóveis, em cidades cada dia mais congestionadas, ou percorrendo longos percursos, em áreas consideradas urbanas na legislação, mas sem efetiva infra-estrutura urbana, *exemplificam* as contradições brasileiras. As políticas reguladoras, estruturadoras e indutoras, no que se refere a resíduos, são historicamente frágeis no Brasil.

Nesse sentido, o ano de 2007 apresenta a novidade da Lei Federal n.11.455, que estabelece o chamado marco regulatório do saneamento ambiental, mas destacando abastecimento de água e esgotamento sanitário sobre os problemas advindos dos resíduos sólidos (como é comum acontecer). O setor de saneamento passou vinte anos “sem regulamentação”, diz Sérgio Gonçalves (citado por MOURIM, 2007, p. 30), atual secretário nacional (substituto) de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e também diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).

O ano de 2007 também prevê o início do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que reservou, pelo menos no papel, recursos muito expressivos para o setor de Saneamento Ambiental. De acordo com Gonçalves (citado por MOURIM, 2007, p. 34) dos R\$ 40 bilhões previstos para saneamento entre 2007 e 2010, R\$ 20 bilhões terão origem no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), R\$ 12 bilhões no Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 8 bilhões em contrapartidas de estados, municípios e prestadores de serviço. Gonçalves aponta (segundo a reportagem de MOURIM, 2007, p. 34) o principal desafio e as metas de investimento:

Nosso desafio principal é reduzir o déficit de saneamento, cuja concentração (52%) está em regiões metropolitanas e municípios com mais de 1 milhão de habitantes. A meta é ampliar o atendimento domiciliar em 7,3 milhões com rede coletora e tratamento de esgoto, em 7 milhões com abastecimento de água e em 8,9 milhões com coleta e destinação adequada de lixo.

Tradicionalmente, as questões de saneamento básico têm sido tratadas em setor específico da burocracia estatal, distante das questões ditas *ambientais*, que são associadas predominantemente a florestas e áreas verdes em geral. Ao longo dos últimos anos, no entanto, especialmente após a Rio-92, começou-se a perceber a incoerência do isolamento burocrático entre saneamento básico e áreas verdes, e o termo *saneamento ambiental* passou a ser defendido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e outras entidades do setor, como parte das preocupações ambientais. Entretanto, ainda predomina no Estado brasileiro uma preocupação econômico-financeira e técnico-operacional que deixa as questões socioambientais, como as vividas pelos catadores, em plano secundário ou mesmo sem qualquer visibilidade. No que se refere a *coleta e destinação adequada* de resíduos, ao longo de décadas o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sequer mencionou a possibilidade da *coleta seletiva*. E é somente com esta noção – *coleta seletiva* – que emerge o problema dos catadores e da sustentabilidade socioambiental, como aspectos fundamentais de um ecodesenvolvimento ou desenvolvimento endógeno e democrático.

CAPÍTULO II

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: REVISÃO DA LITERATURA

Neste segundo capítulo, buscamos apresentar, com base na pesquisa do referencial bibliográfico especializado, como começou a preocupação histórica da sociedade com as questões ambientais de natureza urbana (apresentando de forma introdutória, uma parte da literatura que trata do desenvolvimento sustentável), como a problemática dos resíduos sólidos e a atuação dos catadores de resíduos sólidos recicláveis. Buscamos, também, apresentar, de forma sucinta, uma contextualização do sistema cooperativista de produção e sua relação com a experiência da Economia Solidária. No último item, tratamos de mostrar como este problema e seus múltiplos enfoques vêm sendo abordados no contexto nacional por estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento.

2.1 DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A luta contra a preponderância de padrões de vida insustentáveis (nos níveis nacional e global) foi consolidada a partir da conscientização sobre a necessidade de reordenação do ideário desenvolvimentista, fomentado pelo paradigma econômico neoclássico, ou seja, o modelo econômico neoliberal. A evidência de que este modelo de crescimento estaria negligenciando o patrimônio ambiental e, conseqüentemente, o bem-estar humano, assumiu notoriedade a partir da constatação dos alarmantes agravos ambientais sofridos pela natureza, relegados pela imposição da cultura urbano-industrial que molda os modos de produção e consumo da sociedade.

A emergência desta discussão, a partir da década de sessenta do último século, ultrapassou a barreira do movimento ambientalista²⁰ e despertou o interesse público²¹, impulsionando um moderado reposicionamento dos estados nacionais para o atendimento desta

²⁰ A menção que fazemos ao movimento ambientalista restringe-se há um “movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente” (VIOLA; LEIS, 1995, p.76).

²¹ Que consiste na emergência da mobilização de parte da sociedade civil, políticos, empresariado, comunidade científica etc., intensificando gradativamente os esforços de diferenciados atores sociais na incursão desta discussão em escala global.

nova demanda; que constitui um dos eixos norteadores do debate centrado essencialmente na reorganização da agenda política internacional.

A notoriedade alcançada pela crise ecológica deve-se, em grande parte, ao surgimento de duas correntes ideológicas que sustentaram esse processo e que contribuíram para a composição do conceito de desenvolvimento sustentável. O discurso pregado pelo Clube de Roma²², através da publicação do relatório intitulado *Limites do Crescimento*²³, caracteriza a primeira delas, pois apresenta a “relação com aquelas correntes que desde a economia influenciaram mudanças nas abordagens do desenvolvimento econômico” (JACOBI, 1999, p. 175).

Já a constatação dos problemas socioambientais globais, intensificados pelo discurso crítico ambientalista relativo aos padrões de desenvolvimento e de vida contemporâneos, formam a segunda corrente, caracterizada pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo em 1972, evento que aferiu visibilidade pública à questão ambiental (JACOBI, 1999).

Desde então emergiu a percepção pública, ainda que restrita, sobre a urgência da revisão do crescimento econômico desenfreado, assim como seus métodos ambientalmente degradantes, através da busca de novas alternativas de desenvolvimento, que fugissem do radicalismo imposto pelo Clube de Roma²⁴.

²² Vertente um tanto radical em relação à problemática ambiental. “O Clube de Roma é uma Organização não-governamental (ONG) que reúne cientistas, economistas, empresários, funcionários de organismos internacionais e de governos, dirigentes e ex-dirigentes governamentais de todos os continentes, que estejam convencidos que o futuro da humanidade não está irreversivelmente determinado e que cada ser humano pode contribuir para a melhoria das sociedades” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2006, p. 56).

²³ Cabe ressaltar, que no relatório *Limites do Crescimento* (também conhecido como Meadows), foi proposto um método de ação emergencial que visava à estagnação da produção industrial - na tentativa de impedir o estrangulamento de matérias-primas, “o congelamento do crescimento da população global” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2006; JACOBI, 1999, p. 175). Por outro lado, o relatório ocupou-se demasiadamente no que diz respeito a ênfase massiva na degradação ambiental, relegando o fato de que, a estagnação total da produção industrial, impediria o desenvolvimento das nações em desenvolvimento e não afetaria do mesmo modo as nações industrializadas; o que conseqüentemente, seria o aspecto propulsor para uma crescente desigualdade social, ou seja, “[...] o problema principal do Clube de Roma foi a defesa do crescimento zero, na medida em que se fechava o caminho para o crescimento dos países mais pobres” (BRÛSEKE, 1995 citado por BERNARDES *et al.*, 2003, p. 35).

²⁴ O Clube de Roma considerou que o impedimento aos processos geradores de impactos econômicos, sociais e ambientais - tanto positivos quanto negativos; garantiria a qualidade de vida para a população dos países ricos e pobres. Por outro lado, essa premissa apontada, não considerou que poderia condenar os países pobres a uma condição imutável de subdesenvolvimento, condenando-os a eterna dependência e até possivelmente a um índice extremo de pobreza e desigualdade perante as nações ricas. Nesse sentido, Guiddens (2004), argumenta que a salvação do meio ambiente global através de mudanças sociais e tecnológicas, representaria a atrofia do desenvolvimento dos países “pobres”, por meio do sacrifício de seu crescimento econômico, nos quais, a desigualdade é uma marca, e permitiria uma conveniente redenção para os países “ricos”, os maiores responsáveis pela degradação ambiental.

Estes indícios intensificaram uma acalorada discussão, na qual assumiu notoriedade a teoria do ecodesenvolvimento²⁵ que, segundo Bursztyn e Bursztyn (2006), partiu de uma idéia que “já havia sido apresentada na reunião preparatória ao evento de Estocolmo, realizada na cidade suíça de Founex, em 1971” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2006, p. 57).

A versão mais conceituada desta teoria foi apresentada por Ignacy Sachs em 1974. Sua reelaboração preconizava que o ecodesenvolvimento - estruturado a partir do reconhecimento de cinco dimensões: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e cultural (SACHS, 1993 citado por JACOBI, 1999, p. 176); privilegiava um modelo de desenvolvimento nos contextos rural e urbano, assim como a ruptura da dependência, através da busca por autonomia (*self reliance*) que visasse a “satisfação prioritária das necessidades básicas das populações envolvidas” – em suma, a população carente; assim como a sincronia dos mesmos com a dimensão ambiental e sua vasta gama de recursos, desde que, prudentemente utilizados e em respeito “à solidariedade sincrônica e diacrônica entre as gerações” (VIEIRA, 1995, p. 108-109).

Todas essas considerações acerca das relações entre meio ambiente e sociedade culminaram com a divulgação do *Nosso Futuro Comum* – mais conhecido como *Relatório Brundtland*²⁶, no ano de 1987, ou seja, o primeiro documento oficial que utilizou o conceito de desenvolvimento sustentável, na busca da equidade social, ambiental e econômica, como se vê a seguir:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: 1 – o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2 – a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras [...].

Em seu sentido mais amplo, a estratégia do desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos, a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas

²⁵ O conceito de Ecodesenvolvimento surgiu em 1973, formulado por Maurice Strong. Essa teoria propôs “uma concepção alternativa, potencialmente fértil para direcionar ações em zonas rurais dos países em desenvolvimento e sensível a preocupação ambiental. Esta concepção antitecnocrática preconizava a gestão mais racional dos ecossistemas locais aliada à valorização do *know-how* e da criatividade das pessoas envolvidas no processo” (VIEIRA, 1995, p. 108. O grifo é do autor).

²⁶ Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborado pela *World Commission on Environment and Development* no ano de 1987, é também chamado de Brundtland, pois “o comitê organizador foi presidido por G. H. Brundtland, na época Primeira Ministra da Noruega” (GIDDENS, 2004, p.613).

nos anos 80 – que as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram e talvez não consigam superar –, a busca do desenvolvimento sustentável requer: a) um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; b) um sistema econômico capaz de gerar excedente e *know-how* técnico em bases confiáveis e constantes; c) um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado; d) um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; e) um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; f) um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; g) um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se. (BRUNDTLAND, 1988, citado por VIOLA; LEIS, 1995, p. 78).

O referido conceito obteve maior reconhecimento que a teoria do ecodesenvolvimento, pois priorizou a discussão que envolve o Meio Ambiente e o Desenvolvimento²⁷, visando o fomento de um modelo de crescimento econômico balizado pela prerrogativa da qualidade ambiental (VIOLA; LEIS, 1995; BURSZTYN; BURSZTYN, 2006).

Vale lembrar que o caos ambiental e a necessidade de desenvolvimento, assim como a busca por equidade social (especificamente nos países pobres), foram temas debatidos pelos movimentos ambientalistas e ecologistas bem antes do discurso sobre desenvolvimento sustentável ter assumido um *status* oficial.

Apesar de atingir grande notoriedade, o conteúdo do *Relatório Brundtlandt* recebeu muitas críticas, como esta²⁸:

[...] a noção de desenvolvimento sustentável é demasiado vaga e que ela negligencia as necessidades específicas dos países mais pobres [ou seja,] a idéia de desenvolvimento sustentável tende a concentrar atenção apenas nas necessidades dos países mais ricos, não considerando o modo como os níveis de consumo nos países ricos são satisfeitos à custa de outros (GUIDDENS 2004, p. 615).

Mesmo apresentado aspectos negativos, o conceito de desenvolvimento sustentável (enunciado pela Comissão Brundtlandt), alcançou grande repercussão pela massiva divulgação na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Brasil em 1992²⁹, o que o

²⁷ Diferenciando-se do primeiro relatório apresentado em 1972, em Estocolmo, que enfatizava o Meio Ambiente Humano (BURSZTYN; BURSZTYN, 2006).

²⁸ Uma das primeiras revisões críticas do conceito, em publicações brasileiras, foi a de Margaret Baroni (1992), em seu artigo intitulado: *Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável*.

²⁹ Cabe salientar que essa conferência foi um marco histórico no campo de discussão ambiental, devido a grande concentração e participação de dirigentes políticos, a mobilização de variadas organizações não-governamentais, movimento ambientalista, e da sociedade civil em geral; além da inserção de acadêmicos e do empresariado nesse

tornou “uma panacéia, como se, ao ser evocado, todos os males do mundo se resolvessem” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2006, p. 59).

Segundo Binswanger (1999), é notória a improbabilidade de efetivação de uma sustentabilidade perfeita – que pressuponha uma causalidade mecânica entre o crescimento (material) e desenvolvimento (social e ambiental) –, em virtude das perdas consideráveis sofridas pelo meio ambiente natural, mas por outro lado, o autor defende que, a aplicação do conceito de sustentabilidade pode contribuir para a amenização da destruição acelerada dos recursos naturais (BINSWANGER, 1999).

Partindo das opiniões apontadas, torna-se relevante destacar que o emprego deste conceito, e a expectativa de reversão que agrega, não se traduz em solução simplista e imediatista para a problemática ambiental e social, mas sim, teve o “mérito de reacuar a discussão em escala internacional sobre a caracterização precisa do critério de sustentabilidade” (VIEIRA, 2005, p. 113).

Outro aspecto considerável reside no fato que, mesmo com a vasta mobilização em torno da referida questão, observa-se que as bases consensuais relativas às iniciativas balizadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável, vêm sendo relegadas, ou seja, caem tendenciosamente no abstracionismo da efetiva promessa de recomposição do cenário institucional público e privado das principais economias mundiais, assim como, das economias que buscam uma posição representativa em termos de desenvolvimento (FREY, 2001).

Este fato decorre em parte, da falta de comprometimento das nações para o atendimento da demanda pregada pela sustentabilidade, que se traduz pela incipiência desta discussão na organização da maioria das agendas públicas, significando que, o simples reconhecimento da problemática não está necessariamente relacionado à efetivação de um plano de ações, principalmente se consideramos que existem “fatores inerentes aos sistemas políticos e econômicos, impedindo que, a orientação para o bem comum possa se impor no momento da negociação de acordos, como também na fase de implementação de políticas públicas” (FREY, 2001, p. 2).

campo de debates. A Rio-92 (ou ECO 92) também foi significativa em virtude do lançamento da Agenda 21, ou seja, um instrumento de planejamento participativo que tem como eixo central a sustentabilidade, na medida em que visa compatibilizar a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico.

2.2 PROBLEMÁTICA URBANA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Em meio à discussão sobre a necessidade de manutenção e preservação dos recursos da natureza, emergiu o debate sobre resíduos sólidos urbanos e saneamento. Transpondo essa questão para o contexto urbano brasileiro (e de muitas outras cidades do globo), torna-se possível observar que, estamos muito distantes de atingir os preceitos da sustentabilidade que enunciam “uma necessária **inter-relação** entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte” (JACOBI, 1999, p. 180. O grifo é do autor).

A ausência de políticas, representa o descaso que vigora nesse setor, intensificado pela concepção de que o lixo é inexistente após o seu descarte³⁰. Assim, Romani (2004) aponta que:

Um dos grandes desafios com que se defrontam as municipalidades do mundo é a definição de diretrizes e a concepção de políticas que garantam o desenvolvimento urbano e o gerenciamento sustentável dos resíduos sólidos, a partir de parâmetros ambientais, sociais e econômicos (ROMANI, 2004, p. 9).

A consonância entre esses aspectos reside no fato que, a maioria das administrações públicas locais, ainda não apresentam características organizacionais interligadas, o que dificulta a estruturação e a efetivação de um plano operacional que atenda aos requisitos da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões (social, econômica, ambiental, cultural e política).

Para Jacobi (1999), o tema dos resíduos sólidos, ou seja, “a forma com que a sociedade administra os rejeitos que produz”, torna-se um dos aspectos que mais intensificam os fenômenos sedimentados pela confluência entre as “atividades humanas e o sistema ecológico” (JACOBI, 1999, p. 181), e, portanto, materializam as tentativas de equacionamento para os problemas ambientais de origem urbana.

Enquanto reflexo dos padrões de vida não sustentáveis moldados pelo industrialismo e pelo processo de produção derivado dele, a geração excessiva de resíduos tem consolidado uma ideologia, que foi unicamente direcionada para o atendimento de uma demanda focada na relação produção-consumo, sem considerar o destino final das sobras do que é produzido (KUHLEN, 1995).

³⁰ Vale lembrar que, o equacionamento dos problemas relacionados ao lixo começou, efetivamente, a ser objeto de preocupação na maioria dos continentes há, aproximadamente um século (ROCHA, s.d, p.21).

Primeiramente, cabe salientar que grande parte do que é produzido pela indústria não é orgânico e biodegradável, portanto, dispõe de um período muito lento de decomposição no meio ambiente natural. Segundo, porque a produção industrial é intensa e falta espaço suficiente para a deposição regular de tudo que é produzido e consumido. E terceiro, porque essa questão foi tardiamente alvo de preocupação para empresários, gestores públicos e população.

O destrinchar desta problemática ao longo da história da humanidade representa um grande desafio que se confronta com a produção de produtos descartáveis³¹. Tal produção ganhou impulso em meados do século XX, no qual o mundo vislumbrou o apogeu da cultura Norteamericana – fortemente influente na constituição e consolidação dos hábitos que fomentam a prática consumista. Esse novo padrão de comportamento alimentava o ideário de que: “a quantidade de produtos comercializados por uma nação demonstrava seu avanço e saneamento econômico” – fator gerador de uma enorme demanda de mercado que impôs a caça aos produtos de baixa durabilidade, e que propiciavam um retorno econômico mais rápido (KUHLEN, 1995, p. 17).

Esses novos produtos, “muito mais frágeis” e com “*novo design*”, aguçaram novas potencialidades na escala de produção industrial e, desse modo, representaram “o declínio dos produtos duradouros e reaproveitáveis”. Desse modo, os fabricantes limitaram “deliberadamente a vida útil” dos produtos (KUHLEN, 1995, p. 17).

Nesse sentido, Juncá (2004) ressalta que

[...] em nome de um estilo de vida e de um tipo de desenvolvimento, diversas mudanças foram introduzidas na relação homem-natureza, em âmbito mundial. Com o surgimento e desenvolvimento das cidades, além de um acelerado crescimento populacional, novos produtos e matérias foram gerados sem que houvesse uma maior preocupação com sua reintegração ao meio ambiente. Lado a lado caminharam o crescimento da oferta de bens de consumo descartáveis e a ausência de uma política de gestão de tais produtos por parte do poder público (JUNCÁ, 2004, p.31).

O desdobramento desta problemática é assim destacado pela autora:

³¹ Os descartáveis enquanto sinônimo de evolução nos últimos tempos, são ao mesmo tempo aliados e vilões do nosso cotidiano, pelo simples fato de simplificarem o ritmo frenético de vida atual: alimentos prontos embalados, sacolas, talheres, copos, garrafas e uma infinidade de artefatos em geral, ou seja, um amontoado de papéis, de plásticos, de metais e de vidros; que dispõem de um tempo ínfimo de vida útil, e conseqüentemente avolumam os diversos lixões e aterros sanitários existentes.

Na trajetória que vai da extração da matéria-prima ao processo de geração de diferentes produtos, bem como seu lançamento no mercado consumidor ao posterior descarte, instala-se uma cadeia geradora de lixo, cadeia diretamente relacionada aos modelos de desenvolvimento e organização social que caracterizam as sociedades contemporâneas. Isto significa que falar de lixo remete à própria dinâmica da sociedade, aos valores que nela imperam, devendo entrelaçar abordagens técnicas e sociais, bem como processos educativos e participativos direcionados para a definição de políticas públicas que tratem a questão de modo mais efetivo (JUNCÁ, 2004, p. 32).

Conforme já apresentado, o desabrochar da questão ambiental no mundo todo, a partir da década de 1970, abriu espaço para que alguns temas emergentes, como, por exemplo, a geração excessiva de lixo, atingisse um nível transnacional no debate público.

A evidência de impactos ambientais provocados pela deposição irregular do lixo, independentemente de sua forma de classificação³², tem tornado essa discussão mais acalorada atualmente.

De acordo com os dados informados pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) (ver Quadro 1), esse debate tem direcionado algumas nações a disponibilizar um tratamento mais adequado para os rejeitos que produz, mas por outro lado, não impede que a questão represente um retrocesso em virtude do grau de desenvolvimento de cada nação, especificamente tratando-se de um contexto local. Segundo Besen (2006, p. 12), “a excessiva geração de resíduos sólidos constitui um problema de natureza global. No entanto, é no âmbito municipal que seus impactos são vivenciados”, transferindo a responsabilidade para o tratamento de tais questões as administrações públicas locais.

Veja-se quadro abaixo sobre a situação do lixo no mundo:

DENSIDADE DEMOGRÁFICA: ALTA NÍVEL DE RENDA: ALTO EXEMPLOS: JAPÃO, ALEMANHA, BÉLGICA, COSTA LESTE DOS EUA	DENSIDADE DEMOGRÁFICA: BAIXA NÍVEL DE RENDA: ALTO EXEMPLOS: CANADÁ, PAÍSES NÓRDICOS, INTERIOR DOS EUA
Características do lixo: Alta Geração <i>per capita</i> . Alto teor de embalagens	Características do lixo: Alta Geração <i>per capita</i> . Alto teor de embalagens e com grande parcela de resíduos de jardinagem
Gestão do lixo: Coleta total do lixo, com o foco em programas de coleta seletiva.	Gestão do lixo: Coleta total do lixo. Aterro sanitário como principal forma de

³² Segundo o IPT/CEMPRE (2000, p. 29), é possível classificar o lixo de acordo com as seguintes características: 1) pela periculosidade: a) por sua natureza física: seco e molhado; b) por sua composição química: matéria orgânica e matéria inorgânica; c) pelos riscos potenciais ao meio ambiente: perigosos, não inertes etc., e 2) pela origem: a) domiciliar; b) comercial; c) público; d) serviços de saúde e hospitalar; e) portos, aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários; f) industrial; g) agrícola e h) entulho. Para um maior detalhamento ver IPT/CEMPRE (2000).

Incineração usada para gerar energia. Aterro Sanitário, com controles ambientais, como forma de destinação final.	destinação. Algumas iniciativas de reciclagem, dependendo da região. Compostagem de resíduos orgânicos.
DENSIDADE DEMOGRÁFICA: ALTA NÍVEL DE RENDA: BAIXO EXEMPLOS: CIDADES DA ÍNDIA, CHINA, EGITO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA: BAIXA NÍVEL DE RENDA: BAIXO EXEMPLOS: ÁREAS RURAIS DA ÁFRICA E DE ALGUMAS REGIÕES DA AMÉRICA LATINA
Características do lixo: Média Geração <i>per capita</i> . Teor médio de embalagens e alto de restos de alimentos	Características do lixo: Baixa Geração <i>per capita</i> . Alto teor de restos de alimentos
Gestão do lixo: Coleta inadequada do lixo. Crescente preocupação em fechar lixões e criar aterros sanitários com controles ambientais. Indústrias de reciclagem abastecidas por catadores trabalhando nas ruas e nos lixões	Gestão do lixo: coleta inadequada do lixo. Lixão como principal forma de destinação

Quadro 1 – Situação do lixo no mundo³³
Fonte: Adaptado do IPT/CEMPRE (2000).

Segundo Calderoni (2003), dentre o total de municípios brasileiros que disponibilizam serviços de coleta, “76% utilizam-se de ‘lixões’ e somente 10% contam com aterros sanitários. Outros 13% possuem aterros controlados e 1% dos municípios empregam formas de tratamento como a compostagem, a reciclagem e a incineração” (CALDERONI, 2003, p.117).

As áreas de destinação final dos resíduos utilizadas pelas administrações municipais são comumente identificadas como “aterros”, e, portanto, caracterizadas conforme o tipo de tratamento que o lixo depositado recebe. São elas:

- a) Aterro sanitário: é um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo, particularmente lixo domiciliar que, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permite a confinação segura em termos de controle de poluição ambiental, proteção à saúde pública; ou forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, através de confinamento em camadas cobertas com material inerte, geralmente solo, de acordo com normas operacionais específicas, e de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais;
- b) Aterro controlado: é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de

³³Dentro do quadro abaixo não existem especificações para o Brasil, isto porque no país existe uma “grande disparidade regional”, o que torna o quadro acima apenas parcialmente válido para o caso brasileiro (IPT/CEMPRE, 2000).

engenharia para confinar os resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte na conclusão de cada jornada de trabalho;

c) Lixão: é um local onde há uma inadequada disposição final de resíduos sólidos que se caracteriza pela simples descarga sobre o solo sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. É o mesmo que descarga de resíduos a céu aberto sem levar em consideração:

- a área em que está sendo feita a descarga;
- que o escoamento de líquidos formados, que percolados, podem contaminar as águas superficiais e subterrâneas;
- a liberação de gases, principalmente o gás metano, que é combustível;
- o espalhamento do lixo, como papéis e plásticos, pela redondeza, por ação do vento;
- a possibilidade de criação de animais, como porcos e galinhas etc., nas proximidades ou no local (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Além destas alternativas de despejo, existem também a compostagem e a incineração:

A compostagem é o processo de reciclagem da matéria orgânica formando um composto. A compostagem propicia um destino útil para os resíduos orgânicos, evitando sua acumulação em aterros e melhorando a estrutura dos solos. Esse processo permite dar um destino aos resíduos orgânicos domésticos, como restos de comidas e resíduos do jardim; já a incineração³⁴ é um processo de decomposição térmica, onde há redução de peso, do volume e das características de periculosidade dos resíduos, com a conseqüente eliminação da matéria orgânica e características de patogenicidade (capacidade de transmissão de doenças) através da combustão controlada. A redução de volume é geralmente superior a 90% e em peso, superior a 75% (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Apesar de a legislação brasileira estabelecer que “o lixo doméstico é propriedade da Prefeitura, cumprindo-lhe a missão de assegurar sua coleta e disposição final” (CALDERONI, 2003, p. 50), muitas vezes os serviços públicos de coleta são ineficientes e a população toma iniciativas próprias para a destinação, depositando os resíduos sólidos que produz em terrenos, ruas e cursos de água próximos aos locais onde reside.

Esse tipo de iniciativa, é um dos aspectos que contribui para a deterioração do meio ambiente natural, pois considera-se que grande parte do lixo é composta “por vários produtos contendo substâncias que conferem características de inflamabilidade, corrosividade, oxirredução

³⁴ Cabe ressaltar que, apesar do benefício na redução dos resíduos produzidos, a incineração é uma prática altamente impactante para o meio ambiente, devido à “produção de componentes tóxicos nas cinzas depositadas e suspensas no ar; nas emissões gasosas de partículas – incluindo dioxinas e furanos – substâncias consideradas altamente tóxicas; na eventual poluição das águas; e em problemas ligados à insatisfação das comunidades circundantes com o odor, a circulação de veículos e a poluição visual” (ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, citado por CALDERONI, 2003, p. 133).

ou toxidade” que são consideradas “um grande problema ambiental a ser enfrentado pelas municipalidades no curto e médio prazos” (IPT/CEMPRE, 2000, p. 36-40).

Nesse sentido, Miranda (1995, citado por Juncá (2002, p. 40) afirma que o lixo

Pode se configurar como uma importante via de transmissão de doenças como peste bubônica, tifo, leptospirose, salmonelose, febre amarela, malária, dengue, leishmaniose. Isto quer dizer que ao ser depositado de modo indiscriminado em qualquer lugar e de qualquer forma, a relação lixo-doença pode se acentuar. Ao contrário, quando o lixo é destinado para locais adequados e recebe devido tratamento, tal relação pode ser minimizada.

A intensificação desta problemática vem assumindo níveis relativamente preocupantes como aponta a Agenda 21 (ONU, 1992, citado por CALDERONI, 2003, p. 32):

Aproximadamente 5,2 milhões – incluindo 4 milhões de crianças – morrem por ano de doenças relacionadas com o lixo. Metade da população urbana nos países em desenvolvimento não tem serviços de despejo do lixo sólido. Globalmente, o volume do lixo municipal produzido deve dobrar até o final do século e dobrar novamente antes do ano de 2025.

Além dos problemas apontados relacionados à saúde pública, a falta de administração eficaz para a disposição do lixo ocasiona uma série de problemas ambientais, como pontua Rocha (1983, citado por INTINI, 1997, p. 6):

- a) poluição e contaminação do aquífero e lençol freático, conferindo patogenicidade e toxidade às águas subterrâneas;
- b) redução da fauna e flora do solo e das águas superficiais;
- c) poluição e contaminação das bacias hidrográficas;
- d) permanência de produtos não biodegradáveis no ambiente;
- e) eutrofização do solo e das águas;
- f) aumento do número de vetores de transmissão de doenças (roedores, artrópodes) para a população e animais domésticos;
- g) prejuízo de aspectos estético-visuais do meio ambiente.

A combinação destes fatores, aliados ao aumento do quadro populacional – enquanto fenômeno decorrente do processo de urbanização –, é um aspecto que influi muito no panorama atual dos resíduos. De acordo com os indicadores apresentados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a população mundial encontra-se em torno de 6,5 bilhões de habitantes

nos dias atuais (UNFPA, 2007), sendo que 49,2 % deste total vivem em regiões urbanizadas³⁵. No caso do Brasil, a estimativa populacional está na casa dos 180 milhões de habitantes, dos quais 84% vivem em áreas urbanas (UNFPA, 2007)³⁶.

Já em termos globais, é possível estimar que, em virtude do contingente populacional apontado, a produção diária de resíduos atinja cerca de 30 bilhões de toneladas por ano (SÃO PAULO, 1998 citado por IPT/CEMPRE, 2000); um número preocupante, pois o mesmo é proporcionalmente superior às condições de manejo disponibilizadas na maioria das cidades do mundo.

Sendo assim, é possível considerar que a relação entre a produção-destinação é desencadeada pela seqüência: 1) crescimento populacional, 2) aumento do consumo, 3) aumento do volume de resíduos; que contribui para a evolução de um dos mais agravantes problemas socioambientais globais.

A internalização desta discussão para o contexto brasileiro também apresenta números preocupantes. Estima-se que cada brasileiro produza cerca de 500 gramas de lixo por dia, o que resulta em, aproximadamente, 100.000 toneladas de lixo, produzidas diariamente no país (GRIPPI, 2006, p. 5).

Apesar de dispor de um território abundante³⁷, o país tem sido vitimado pelo aumento progressivo da população e, conseqüentemente, pelo aumento da exclusão³⁸, fazendo surgir vários problemas socioambientais que se desencadeiam nesta seqüência.

³⁵ Esses indicadores são números extraídos do ano base 2005, sendo que existem perspectivas até o ano 2050. Para mais informações, consultar o endereço eletrônico do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA – sigla original na língua inglesa): www.unfpa.org.br

³⁶ Por outro lado, esse referencial, que é originado de uma classificação elaborada pelo IBGE em 1981, foi substancialmente criticado por José Eli da Veiga, no livro *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula* (2002). Segundo Boeira e Miguel (2004), Veiga aponta em sua obra que a delimitação entre o rural e o urbano no território brasileiro “resulta na combinação de tamanho, densidade da população e da localização”, pois “identifica como sedes urbanas as sedes dos municípios e dos distritos, e como ‘cidades’, as sedes municipais” (BOEIRA; MIGUEL, 2004, p. 35. O grifo é dos autores). Assim, esse tipo de classificação permite que a arbitrariedade prevaleça na diferenciação das populações rural e urbana no contexto nacional, o que implica “profundas distorções na visão da realidade socioeconômica, com inadequação de políticas públicas” (BOEIRA; MIGUEL, 2004, p. 35).

³⁷ O Brasil apresenta a maior extensão territorial da América do Sul com, aproximadamente, 8.547.403,5km², cobrindo 47,3% da área continental.

³⁸ Por ser marcada por diferenças regionais, a exclusão social no Brasil apresenta várias peculiaridades que, para Pochmann *et al.* (2004), só podem ser equacionadas à medida que, velhas práticas políticas forem superadas, e novas ações sociais sejam implementadas para o resgate da população excluída, “dando-lhes condições para sua emancipação econômica” (POCHMANN *et al.*, 2004, p. 75). Para maiores detalhes ver Pochmann *et al.* (2004).

Mesmo sendo um fator comum na sociedade contemporânea, o crescimento populacional desenfreado e, conseqüentemente, o aumento da geração de resíduos, podem trazer conseqüências ambientais sérias se forem relegadas a segundo plano. No caso do lixo, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) estima que 40% do volume de lixo urbano produzido no Brasil seja indevidamente descartado nas ruas, o que representa uma grande ameaça à qualidade de vida da população.

Nesse sentido, Machado (1995, p. 5), aponta que:

Estudos realizados em 1990 (CEPAL) revelam que três de cada quatro latino-americanos vivem em zonas urbanas. Um número crescente de habitantes dessas áreas vem se confrontando com serviços básicos e habitacionais insuficientes e condições sanitárias insatisfatórias em casa e no trabalho. As cidades padecem de problemas graves: expansão desordenada, eliminação de dejetos sólidos e contaminação do ar, o que as torna vulneráveis a inúmeros riscos ambientais.

Ainda segundo a autora, esse parecer evidencia que:

Os desafios ambientais que os países do mundo todo, de modo geral, e a América Latina, de modo especial, enfrentam hoje estão vinculados à vida humana e ao bem-estar. A deterioração ambiental, as condições de saúde e o desenvolvimento estão inextricavelmente entrelaçados. Os riscos ambientais afetarão, em última análise, a saúde das pessoas. O custo humano expresso em pobreza, enfermidade dolorosa e evitável, mortalidade é o preço verdadeiro da deterioração ambiental, bem como a justificativa real para a persistente busca da conservação ambiental em todas as escalas (MACHADO, 1995, p. 6).

Sendo assim, a problemática dos resíduos sólidos, especificamente no Brasil, tem gerado uma grande preocupação que não está unicamente relacionada a aspectos operacionais de descarte. Cabe considerar também que a produção do lixo e seu conseqüente descarte apresentam uma dimensão cultural.

Para Juncá (2002, p. 45), “o lixo é um invento social, configurando-se, essencialmente, como um objeto simbólico, repleto de mensagens cifradas” que designa “duas dimensões em particular: o lixo como ‘fim de linha’ (o que não presta mais) e o sinal de recomeço (o que pode se tornar matéria-prima)”. Apesar de constituir um aspecto negativo, a produção excessiva de resíduos pode significar “algo produtivo” que gera “trabalho”, mesmo que não se pré-disponha a tal finalidade.

Partindo deste ponto de vista, é possível observar que, nos últimos anos, em meio ao debate focado no tema dos resíduos e saneamento, surgiu a iniciativa de reutilização de produtos manufaturados, através dos processos de reciclagem - como proposta à substituição da matéria-prima virgem na produção. O surgimento desta nova concepção, que agrega ao resíduo sólido valor econômico, impulsionou novos empreendimentos e a criação de um mercado de reciclagem no país, como a atividade de *catação* que propiciam a:

[...] implementação de políticas públicas que possibilitam o aumento da quantidade de iniciativas de gestão compartilhada, contemplando iniciativas entre governos municipais e cooperativas de catadores [pois] expandiu-se significativamente o número de catadores de rua, sucateiros, empresas recicladoras e outros empreendimentos privados interessados na coleta e comercialização de resíduos sólidos recicláveis (BESEN *et al.*, 2004, p. 1).

Esta nova relação, que envolve a produção do lixo, seus significados, atores sociais e utilização do espaço pode ser compreendida como uma reinvenção cotidiana do espaço urbano. Segundo Magera (2003), “a reciclagem do lixo todo propiciaria às prefeituras brasileiras uma economia na ordem de 5% a 12% do seu orçamento anual, dinheiro que poderia ser mais bem aproveitado em políticas públicas direcionadas a escolas, merenda escolar, transporte, saúde etc.” (MAGERA, 2003, p. 29).

A discussão sobre a reciclagem do lixo e, conseqüentemente, a condição dos indivíduos que exercem a atividade de *catação* tem despertado um acalorado debate nos órgãos do governo, mercado e sociedade civil (de diferentes orientações, interesses e filiações), visando posteriormente a elaboração de um plano de ações baseado em fatores como:

- a) exaustão de matérias-primas;
- b) custos crescentes de obtenção de matérias-primas;
- c) economia de energia;
- d) indisponibilidade e custo crescente de aterros sanitários;
- e) custos de transporte de coleta crescentes;
- f) poluição e prejuízos à saúde pública;
- g) geração de emprego e renda;
- h) redução de custos de produção (CALDERONI, 2003, p. 35-38).

Nesse sentido, estudos contemporâneos (como os de ABREU, 2001; BOEIRA; SILVA, 2004; CALDERONI, 2003; JACOBI; TEIXEIRA, 1997; JUNCÁ, 2001; 2004; MAGERA, 2003 etc.) apontam muitos questionamentos que mostram os benefícios sociais, econômicos e

ambientais que a atividade da reciclagem proporciona, evidenciados pelo fato de que “a indústria da reciclagem no mundo todo agora processa mais do que 600 milhões de toneladas de matérias anualmente” o que representa “um balanço anual de US\$ 160 bilhões e emprega mais do que 1,5 milhões de pessoas” (HOOPER, 2001, p. 16). A criação de uma economia ambientalmente sustentável cria novas oportunidades de trabalho e ganhos nos âmbitos social e da preservação ambiental. Apesar dos ganhos representados pelos processos de reciclagem, o gerenciamento integrado de resíduos e a conscientização ambiental no Brasil ainda estão longe dos índices desejados, levando-se em consideração o grande número de municípios brasileiros que ainda não dispõem de serviços de coleta seletiva.

Segundo dados do CEMPRE, em 2006, dentre os 5.560 municípios, somente 327 municípios operam programas de coleta seletiva, fazendo com que 25 milhões de brasileiros tenham acesso a esses programas. Ainda segundo a pesquisa Ciclosoft do CEMPRE, “43.5% dos programas têm relação direta com cooperativas de catadores” (CEMPRE, 2006).

A maior parte destes municípios pertence às regiões Sul e Sudeste, sendo necessário lembrar que os custos deste processo são cinco vezes maiores que os custos da coleta convencional³⁹, ou seja, estão avaliados em US\$ 151 por tonelada (CEMPRE, 2006).

Assim, Viveiros (2006, p. 57) aponta que:

Embora sejam defendidas no discurso, a coleta seletiva e a reciclagem de lixo não avançam por razões que são também econômicas. Nenhum setor ligado à limpeza urbana parece querer ou poder arcar com os custos de implantação de um novo sistema. Há questões de incertezas no mercado de recicláveis, de restrição orçamentária nos órgãos municipais, de a indústria de reciclagem não ser vista pelo setor privado como lucrativa.

³⁹ Segundo a Pesquisa Ciclosoft do Cempre (2006), os custos da Coleta Seletiva (comparados à coleta convencional) diminuíram 50 % desde 1994: “ Em 1994 -10 vezes; em 1999 – 8 vezes; em 2002 – 5 vezes; 2004 – 6 vezes; 2006 – 5 vezes”.

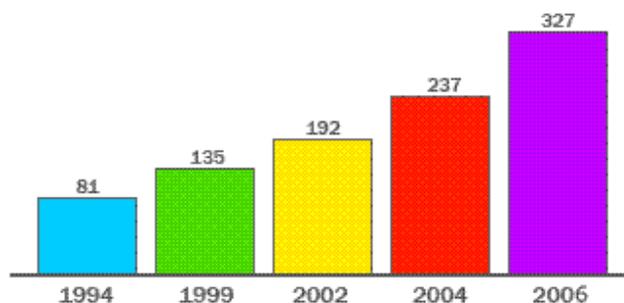


Figura 1 - Número de municípios brasileiros com serviços de coleta seletiva desde 1994.
Fonte: Pesquisa Ciclosoft/CEMPRE (2006).

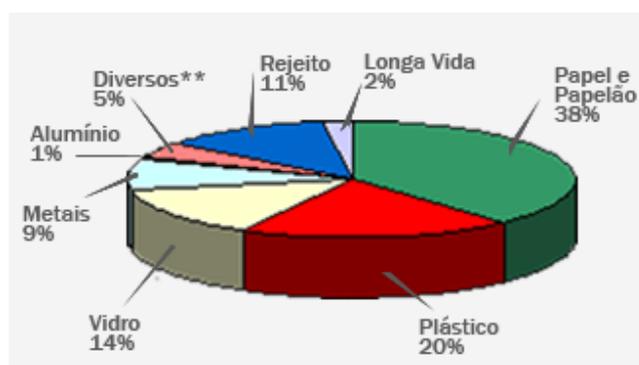


Figura 2 – Composição em peso da coleta seletiva⁴⁰
Fonte: Pesquisa Ciclosoft/CEMPRE (2006).

Mesmo com a difusão da importância da reciclagem (que parte do princípio dos 3R: Reduzir, Reutilizar, Reciclar), o tema *ainda emblemático* do lixo continua, de maneira incipiente, a direcionar “os olhares” de gestores, empresariado⁴¹ e comunidade para a necessidade de implantação de programas de coleta seletiva (CALDERONI, 2003), assim como para a atuação dos milhares de catadores distribuídos pelas cidades brasileiras.

Para Milton Santos (1997, p. 98), esses acontecimentos representam que:

⁴⁰ (**Inclui outros tipos de materiais recicláveis: baterias, pilhas, borracha, madeira, livros, entre outros).

⁴¹ Quanto ao empresariado, usamos dados obtidos na pesquisa PIPG (SCHMIDT *et al.*, 2007).

[...] o arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural [...] aonde o novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. Para esta, há o novo que convém e o que não convém. O novo pode ser recusado se traz uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém.

2.3 ATUAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

A expansão do mercado da reciclagem tem favorecido inúmeros segmentos de atividades, dentre os quais o dos catadores de resíduos sólidos urbanos recicláveis. Apesar de configurar uma atividade fundamental no ciclo produtivo da reciclagem, a coleta ou catação, encontra-se distante de receber o devido reconhecimento.

Para um melhor entendimento desta questão, recorremos aos escritos de Hannah Arendt (que buscou suporte nas obras de Jean-Pierre Vernant). Segundo a autora, existia, na Antiguidade, a concepção de que a realização do trabalho para a satisfação das necessidades vitais não passava de uma ocupação servil “que excluía da cidadania (isto é, a participação na cidade) aquelas e aqueles que o realizavam” (GORZ, 2003, p. 22).

Atualmente, a concepção de trabalho transformou-se, e passou da condição de simples serventia a outro significado: o da socialização, ou seja, parte-se da premissa que é através da profissão e da remuneração que o indivíduo adentra a esfera pública e conseqüentemente adquire identidade social (GORZ, 2003).

No entanto, a realidade da catação nos parece remeter à Antiguidade. Distribuídos em meio ao cenário urbano contemporâneo brasileiro, os catadores de material reciclável, ainda não são merecidamente reconhecidos como agentes ambientais, ao contrário, têm sido notoriamente desprezados desde os primeiros registros de início de suas atividades, a partir da década de 1950, com o surgimento da imagem do “velho garrafeiro”⁴² (JUNCA, 2004).

Com o passar dos anos, o aceleração histórica da sociedade industrial, o surgimento da produção em escala global, o aumento de produtos manufaturados e, conseqüentemente, do consumo, foram alguns dos aspectos que permitiram o aprimoramento desta atividade, tornando possível que muitos produtos, além do vidro, fossem incluídos na coleta, originando novas

⁴² De acordo com Juncá (2001), a atividade da catação não é exclusividade do Brasil nas últimas décadas. Já em 1857, o escritor Charles Baudelaire escreveu um poema chamado “O Vinho dos Trapeiros”, no qual é feita referência à atividade do catador.

formas de atuação no mercado informal de trabalho – além do sucateiro e do papeleiro (JUNCÁ, 2004).

Segundo uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), existiam, em 2000, aproximadamente 3.800 catadores em atuação nas ruas e nos lixões do Brasil (ROMANI, 2004), ou seja, estavam presentes em aproximadamente 68% dos municípios que responderam ao questionário (UNICEF, 2000).



Figura 3 - Incidência de catadores nas ruas dos municípios brasileiros.
Adaptado dos dados apresentados pela pesquisa realizada pelo UNICEF em 2000
Fonte: www.lixoecidadania.org.br (2007)

Apesar da indisponibilidade de dados atualizados, estima-se que, atualmente, este número tenha alcançado 300 mil catadores, “estando 2/3 deles no Estado de São Paulo” (CEMPRE, 1999, citado por MAGERA, 2003, p. 32); isso, sem considerar os chamados “catadores” que atuam em cooperativas ou centrais de triagem, e os que pertencem ao mercado formal de trabalho e se inserem nesse mercado, visando uma “segunda renda”.

No contexto brasileiro, a atividade da catação desenvolveu-se como um meio alternativo à crise econômica nacional. O Brasil é um país mundialmente conhecido por apresentar um dos maiores índices de desigualdade social no mundo⁴³, no qual a falta de emprego e de oportunidades relega uma grande parte dos cidadãos à marginalização.

⁴³ Segundo o IPEA (2006, p. 56), em 2003, apenas “1% dos brasileiros mais ricos se apropriavam da parcela da renda total semelhante àquela detida por 50% dos mais pobres”.

Segundo dados disponibilizados pelo Radar Social do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a taxa de desemprego no Brasil atingia 9,3% em 2004, com uma incidência de pobreza, atingindo 52,5 milhões de pessoas, “que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo, atingindo 30,1% da população”; além dos “19,8 milhões de muito pobres e indigentes que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a 1/4 salário mínimo, atingindo 11,3% da população.” (IPEA, 2006, p. 39).

Os números apresentados evidenciam que, mesmo vivendo no período de transição da sociedade do capital para uma sociedade global⁴⁴, ainda persiste, na atualidade, uma cultura imposta pela competitividade do mercado, ou seja, cada vez mais centrada no foco da realização individual⁴⁵, fazendo com que aspectos imprescindíveis como emprego, saúde, educação e habitação, que não sejam igualmente compartilhados entre os indivíduos, gerando um alarmante quadro de exclusão e desigualdade (SINGER, 2003).

Como via alternativa de enfrentamento ao modelo político e econômico que não privilegia todos, se estabelece a atividade informal de trabalho. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), somente na América Latina existe um déficit no mercado formal de emprego que afeta 126 milhões de pessoas (OIT, 2006). O avanço da informalidade não é identificado como aspecto positivo, pois agrega, na maioria das vezes, falta de condições dignas de trabalho, exploração e incerteza quanto ao futuro, relegando muitos ao chamado subemprego.

Nesse sentido, é equivocado pensar que o problema relacionado à oferta de empregos depende unicamente do crescimento econômico, promovido via desenvolvimento do mercado. Apesar de representar um ponto positivo no setor da economia, este aspecto deixa uma imensa lacuna no quesito que trata das questões sociais (e até mesmo as ambientais, se levarmos em consideração que a pobreza está muitas vezes também associada à degradação ambiental); ou

⁴⁴ Segundo Ianni (2003) a sociedade do capital está estruturada por meio do modo capitalista de produção que “institui a produção de mercadorias, valores de troca, compreendendo a dissociação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção, o mercado, a mercantilização crescente das forças produtivas e relações de produção” (IANNI, 2003, p. 37). Já a sociedade global estrutura-se de modo que: tanto indivíduo quanto sociedade passam a enfrentar dilemas que partem da esfera de sua nação e história para um universo de amplas dimensões em que as realidades generalizam-se em escala crescente (IANNI, 2003).

⁴⁵ Essa ideologia é característica do modelo de produção capitalista, no qual, os meios de produção, de trabalho e de distribuição “se tornam mercadorias apropriadas privadamente”, ou seja, “os meios de produção e distribuição tornam-se *capital* à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho” (SINGER, 2003, p. 11. O grifo é do autor).

seja, na medida em que aumenta a concentração de capital para uma minoria, a pobreza torna-se o fator constante que assola uma maioria.

Convém salientar que, nesse contexto, está inserida a recente trajetória política e econômica do Brasil⁴⁶. Se por um lado a nação brasileira é beneficiada por uma rica biodiversidade, por outro é vitimada pelo subdesenvolvimento, aspecto que preenche considerável espaço na agenda dos governantes, na tentativa de inserir o país no quadro das nações desenvolvidas.

De acordo com as normas que regem a conjuntura mundial atual, o rumo ao desenvolvimento deve ser traçado de acordo com as preocupações relativas ao tema da sustentabilidade ambiental, ou seja, esta é uma estratégia que deve ser ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente, proporcionando condições dignas de trabalho e remuneração, na direção do pleno emprego e autoemprego (SACHS, 2002).

O trabalho relacionado com lixo, especificamente no que tange à atuação dos catadores de resíduos sólidos recicláveis, representa muito bem o contexto apresentado. Apesar de serem os responsáveis por “90% dos materiais que chegam as indústrias recicladoras, desviando materiais que seriam dispostos em lixões ou aterros das cidades como irreversíveis e re-inserindo-os na cadeia produtiva como matéria-prima secundária”, esses trabalhadores, acabam por englobar “um segmento cuja cidadania se perdeu nas ruas, nos rejeitos dos lixões e na pressa da sobrevivência”⁴⁷ (ROMANI, 2004, p. 14-15)

Segundo Carmo (2005), o ofício exercido pelo catador é que dá início ao “processo de reaproveitamento ou revalorização da mercadoria que implica uma longa trajetória, desde a coleta até seu retorno ao ciclo de produção e consumo” (CARMO, 2005, p. 1). Entretanto, diferencia-se por ser um ofício dos *desqualificados*, que vivem das sobras que não utilizamos mais, portanto, igualados na mesma categoria do trabalho que exercem.

⁴⁶O país foi fortemente influenciado por um ideário de modernização - que vigorou entre 1950 e 1960 - via endividamento externo da nação. Assim, o país passou a ocupar uma posição representativa no cenário econômico mundial. Por outro lado, a partir da década de 1970, viria a sofrer com o acúmulo de uma dívida externa assumida irresponsavelmente que direcionou o país a uma estagnação e derrocada evidenciada “por uma piora na distribuição de renda e no aumento do desemprego. Em suma, esse tipo de política passou a significar crise, exclusão social e falta de investimentos no setor produtivo” (UGÁ, 2003).

⁴⁷A maioria dos catadores é muito pobre, marginalizada e oprimida. São constantemente explorados por sucateiros e, muitas vezes, relegados pelo poder público e pela sociedade. Segundo Carmo (2005, p. 2), “a catação do lixo ou material reciclável apresenta-se como atividade economicamente rentável, no entanto não é usufruída de forma plena por parte dos primeiros integrantes da cadeia desse ciclo, que, afora estigmatizada, se aproximariam mais de uma população vitimada por uma cultura de exploração por parte de alguns setores que atuam mais adiante nesse processo”.

Por outro lado, Juncá (2001), nos alerta que este ofício não representa propriamente uma escolha, mas nasce da necessidade da sobrevivência “face a inexistência de alternativas de trabalho, o que obriga os (as) trabalhadores (as) a se mobilizarem na busca de alguma atividade que garanta a sobrevivência pessoal e familiar”(JUNCÁ, 2001, p.64).

Por ser visto como um trabalho informal, sem regras, não necessariamente relacionado à formação educacional e profissional, e que fora principalmente exercido (no passado) pelos que viviam na rua⁴⁸, foi e ainda é visto como um trabalho desqualificante que, portanto, não rotula de *trabalhador* quem o exerce, sendo, inclusive, alvo do desprezo por vários segmentos da sociedade, inclusive do poder público⁴⁹.

Nesse sentido, Juncá (2001), nos alerta que:

[...] junto à sobrevivência física evidencia-se, também, a sobrevivência da identidade do trabalhador (a). Mesmo exercendo uma atividade que foge aos padrões predominantes, o fato de disporem de uma ocupação os (as) faz se sentirem autorizados (as) a recusarem o estigma de malandro (a), preguiçoso (a) ou marginal. Isto, sim, parece ser inaceitável em seu cotidiano, enquanto que, como trabalhadores (as) do lixo, provavelmente tentam garantir um lugar na sociedade do trabalho, mantendo viva sua capacidade de reação ao desemprego que, historicamente, vêm enfrentando (JUNCÁ, 2001, p. 65).

Por outro lado, mesmo que se sintam suficientemente trabalhadores, esses catadores não fogem à regra que rotula a *semântica negativa do lixo*⁵⁰, ou seja, por trabalharem com objetos sem valor, e, portanto, empregados de uma conotação negativa, acabam por ser também, desconsiderados pela sociedade, sofrendo essa desvalorização também no âmbito desse comércio, pelo fato de serem o “primeiro elo da cadeia da reciclagem” e de “trabalharem diretamente no seu

⁴⁸ Com referência a este aspecto, Jacobi e Teixeira (1997), desenvolveram um estudo sobre a re-inserção social da população de rua que trabalhava com o lixo em Belo Horizonte. Para maiores detalhes, consultar a obra dos autores.

⁴⁹ Nesse sentido, os governos (seja em âmbito federal, estadual ou municipal), rompem com o compromisso de estabelecer boas condições de vida aos cidadãos, independente de raça, condição social, gênero, idade etc. Para Januzzi: “O conceito de ‘Condições de vida’ poderia ser operacionalmente traduzido com o nível de atendimento das necessidades materiais básicas para sobrevivência e reprodução social da comunidade. Com tal definição, as dimensões operacionais de interesse poderiam ser as condições de saúde, habitação, trabalho e educação dos indivíduos da comunidade, dimensões para as quais haveria estatísticas públicas disponíveis (como volume de atendimento médico oferecido, óbitos registrados, matrículas realizadas, quantidade de domicílios com acesso à infra-estrutura de serviços urbanos, volume de empregados e desempregados etc.)” (JANUZZI, 2003, p. 19).

⁵⁰ Expressão utilizada por Carmo (2005), a partir de uma idéia sustentada por Portilho (1997), “que aponta os constrangimentos pelos quais passam os trabalhadores ligados às atividades que têm alguma relação com o lixo”. Ainda segundo a autora, “a história do lixo, ou de pessoas cujo trabalho estão a ele remetidos, estão associados a estigmas e conotações pejorativas (os significantes podem ir desde morte, decomposição, coisa amorfa, até termos relacionados a pessoas sem classe, ralé)” (CARMO, 2005, p. 15).

manuseio” (CARMO, 2005, p. 2).

Mesmo exercendo um papel representativo na sociedade⁵¹, é notório que a maioria dos catadores continua a sofrer as mazelas que atual modelo econômico impõe, ou seja, são excluídos do acesso ao básico para o exercício de sua cidadania. É importante ressaltar que, o conceito de exclusão que fazemos uso ao longo do texto, pode ser interpretado por meio da denominação: *dialética da exclusão/inclusão*⁵², apresentada por Sawaia (1999):

A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão, como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário ele é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 1999, citado por COUTINHO, 2006).

A condição de exclusão não permite que os catadores ultrapassem a barreira da atividade diária, em troca da sobrevivência, restringindo-os a capacidade de organização e de busca por melhores condições de trabalho⁵³.

Atualmente, em virtude do elevado número de catadores em atuação nos municípios brasileiros, podemos considerar que muitos deles constituem uma *rede*. Para tentarmos compreender o que vem a ser essa *rede*, recorreremos aos estudos de Martinho (2003). Segundo o autor:

A figura da rede é a imagem mais usada para designar ou qualificar sistemas, estruturas ou desenhos organizacionais caracterizados por uma grande quantidade de elementos (pessoas, pontos-de-venda, entidades, equipamentos etc.) dispersos espacialmente e que mantêm alguma ligação entre si (MARTINHO, 2003, p. 8).

⁵¹ Como muitas das prefeituras ainda não dispõem de serviços de coleta seletiva (por representar um custo maior no orçamento), a atuação dos catadores passa a ser a única representação em termos de sustentabilidade, para a questão do descarte do lixo.

⁵² De acordo com Coutinho (2006), podemos compreender a dialética como “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente contradição” (KONDER, 2000, citado por COUTINHO, 2006).

⁵³ As condições de trabalho acabam ferindo o artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que: “toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego...”. No caso dos catadores, registre-se que a maioria, não dispõe de nenhum benefício trabalhista, e de instrumental adequado (luvas, calçados etc.) para o exercício da profissão.

Partilhando de uma concepção não tão favorável ao desenvolvimento de redes, Emanuel Castells define a sociedade em rede como uma característica da sociedade moderna, que é “caracterizada pela predominância da forma organizacional da rede em todos os campos da vida social” (CASTELLS *et al.*, citado por FREY, 2003). Para o autor, deve-se considerar as características atuais da sociedade da informação que favorecem as camadas sociais mais privilegiadas que,

[...] adaptam-se de maneira cada vez melhor as novas condições da sociedade da informação, utilizando as novas potencialidades abertas pela globalização e pelo acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) em prol da consolidação de suas identidades grupais e do fortalecimento de sua capacidade de agir em um mundo cada vez mais interdependente. Essa situação, no entanto, contrasta fortemente com os processos de fragmentação e segmentação que se observa entre os setores sociais mais fragilizados da sociedade, particularmente no nível comunitário dos países em desenvolvimento (FREY, 2003, p. 166).

Por outro lado, a formação dessas *redes* pode constituir possíveis agentes de transformação do cenário atual, através do desenvolvimento do *capital social* que se constitui através de “elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco” (PUTNAM, citado por FREY, 2003, p. 166).

Estruturado a partir de formas de associativismo entre atores e grupos sociais que partilham dos mesmos interesses, o *capital social* pode desempenhar importante papel para a intensificação da ordem democrática em nível local, e também para a consolidação da chamada *governança*⁵⁴, que vem “salientando novas tendências de administração pública e de gestão de políticas públicas, no que se refere, particularmente, à necessidade de mobilizar todo conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da *performance* administrativa e da democratização dos processos locais” (FREY, 2004, p. 1.).

A constituição de redes tem sido foco constante de abordagem em uma área de estudos interdisciplinares, nos quais “as abordagens – e efetivamente o conceito de rede empregado – variam conforme o instrumental analítico e as bases teóricas de cada área” em que transitam várias correntes do pensamento complexo (MARTINHO, 2003, p. 8).

⁵⁴ Termo baseado “no princípio da autoridade estatal focada nas novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo, o crescente setor voluntário ou terceiro setor” (FREY, 2004, p. 3).

Tendo em vista esses desdobramentos, emergiu no contexto nacional a idéia de vinculação entre o lixo e a cidadania⁵⁵, na qual despontou o tema do gerenciamento eficiente do lixo, ou seja, uma ação propositiva para a superação dos modelos tradicionais de limpeza urbana – tradicionalmente restritos a aspectos técnico-operacionais. Essa nova iniciativa balizava-se pela reorganização da gestão dos resíduos que passaria a ser participativa e integrada (ROMANI, 2004).

Ainda segundo Romani (2004), essas medidas impulsionaram, em 2001, o primeiro *Encontro Nacional de Catadores*, que apresentava como principais reivindicações:

- a) reconhecimento da profissão;
- b) disponibilidade de linhas de financiamento para a categoria;
- c) aplicação em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que privilegie as associações e cooperativas de catadores (ROMANI, 2004, p.16-17).

O surgimento desse movimento propiciou o despertar da valorização do trabalho dos catadores, que, desse modo, passaram a “se reconhecer e a ser reconhecidos como cidadãos e como agentes econômicos importantes da cadeia produtiva da reciclagem de materiais” (ABREU, 2001, p. 31).

Esse movimento também foi responsável pela origem de “uma identidade coletiva” que ajudou a constituir “o Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, hoje com núcleos espalhados por todo país” (ROMANI, 2004, p. 17).

O Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), tem atuado na busca de direitos do catador enquanto trabalhador. Além de incentivar “a prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade” (MNCR, 2006).

⁵⁵ Idéia fortalecida a partir da criação do *Fórum Nacional do Lixo e Cidadania* (que mais tarde deu origem ao *Programa Nacional do Lixo e Cidadania* – que se expandiu consideravelmente no contexto nacional), criado em 1998, a partir de uma iniciativa da UNICEF, tem como principais objetivos: “retirar as crianças do trabalho no lixo, oferecendo alternativas à renda da catação e vaga nas escolas; ampliar a renda das famílias que vivem da catação por meio de capacitações e da priorização dos mesmos em programas de coleta seletiva; erradicar os lixões e recuperar as áreas degradadas” (ROMANI, 2004, p. 16). Para maiores detalhes dos desdobramentos destas questões ver Romani (2004).

O movimento busca, também, estabelecer os catadores como profissionais e agentes ambientais, e luta por autonomia, na medida em que busca garantir o “protagonismo da classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social”, dispensando “a fala de partidos políticos, governos e empresários em seu nome”, incentivando os catadores ao trabalho conjunto em associações e cooperativas (MNCR, 2006).

A evolução que marca o panorama dos resíduos sólidos urbanos tem-nos mostrado a incapacidade da esfera institucional pública⁵⁶ para a resolução de tais questões. Nesse sentido (como já vimos nesta pesquisa), novos segmentos da sociedade têm atuado na contrapartida à ausência da exclusiva iniciativa governamental.

Dentre essas iniciativas, destaca-se a Agenda 21, que busca, através de “uma mudança de perspectiva, a superação do atual modelo reducionista, incluindo a precaução, a participação social e a cooperação”, elaborar “um novo modelo decisório, um novo modelo de sociedade” (AGENDA 21 CATARINENSE, 2004, p. 56).

Seguindo esse direcionamento, a Agenda 21 procura (no caso dos resíduos sólidos), incentivar a implementação de

[...] uma política pública municipal de gerenciamento de resíduos sólidos, incentivando a coleta seletiva, a reciclagem [...] com a disposição final em aterros sanitários regionalizados, fiscalização eficiente, criação de consórcios intermunicipais e dando destino adequado aos resíduos tóxicos e ao lixo hospitalar de clínicas médicas e de laboratórios (AGENDA 21 CATARINENSE, 2004, p.116).

Cabe salientar que, no contexto nacional, a questão socioambiental e, conseqüentemente, o tema dos resíduos sólidos também tem influenciado o segundo setor, representado pelo empresariado através da iniciativa do CEMPRE, ou seja,

[...] uma associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Fundado em 1992, o CEMPRE é mantido por empresas privadas de diversos setores. Trabalha para conscientizar a sociedade sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem de lixo através de publicações, pesquisas técnicas, seminários e bancos de dados. Os programas de conscientização são dirigidos principalmente para formadores de opinião, tais como prefeitos, diretores de empresas, acadêmicos e organizações não-governamentais (ONG's). A missão do

⁵⁶ Principalmente a partir da Constituição de 1988, que atribuiu total responsabilidade às municipalidades em relação aos inúmeros problemas no âmbito local.

CEMPRE é: promover o conceito de Gerenciamento Integrado do Resíduo Sólido Municipal, promover a reciclagem pós-consumo e difundir a educação ambiental com foco na teoria dos três R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005, p. 21-22).

Os preceitos de sustentabilidade que regem a entidade seguem uma dinâmica que visa à promoção do equilíbrio social e ambiental, com a iniciativa da reciclagem. Nesse sentido, o CEMPRE demonstra uma “cadeia de benefícios” disseminada pela atividade de reciclar⁵⁷ (CEMPRE, 2006, p. 7). Esta ONG acredita que:

- a) a reciclagem é uma alternativa consistente para aliviar o problema global do acúmulo e destinação do lixo urbano;
- b) reciclar ajuda a diminuir a extração de produtos naturais, o consumo de energia e poluição;
- c) a reciclagem é um nicho de mercado a ser explorado, que oferece oportunidades de negócio aliadas à geração de renda para populações carentes (CEMPRE, 2006, p.7).

Em virtude do que foi descrito, é possível considerar que a reorganização da gestão dos resíduos sólidos urbanos, em consonância com a atividade dos catadores, traz benefícios no âmbito econômico, social e ambiental, pois o planejamento para a redução da degradação ambiental pode ser consonante a estratégias geradoras de renda. Enquanto alternativa para os excluídos, as referidas iniciativas proporcionam o incentivo aos processos de reciclagem, que podem ser fortalecidos através de políticas eficazes para os resíduos sólidos.

Por outro lado, a maioria dos catadores prefere manter o ofício de forma autônoma, autodisciplinando-se, pois, devido ao baixo nível de institucionalização e de capital social, não despertam interesse para associação, aceitando a posição de subordinados ao mínimo que a sociedade pode oferecer, autodiscriminando-se. Segundo Viveiros (2006),

⁵⁷ Dentre as propostas sobre a problemática dos resíduos sólidos urbanos, merece destaque o incentivo ofertado pela entidade para a consolidação de um modelo de coleta seletiva no país, formulado a partir do equilíbrio entre os aspectos social, ambiental e econômico. Para a efetivação de tal modelo, a entidade propõe e incentiva a utilização do sistema cooperativista no ofício dos milhares de catadores existentes no Brasil. Nesse sentido, cabe ressaltar, o importante papel de agente catalisador e de forte incentivador representado pelo CEMPRE, para o crescimento e aperfeiçoamento desse sistema na melhoria das condições de trabalho dos catadores. Informação verbal obtida através de entrevista realizada por esta pesquisadora na sede da entidade em São Paulo (SP), em agosto de 2006. Ressalte-se que esses dados, foram extraídos do relatório final do Projeto de Pesquisa Programa de Integração entre Pós-Graduação e Graduação (PIPG) ofertado pela UNIVALI, do qual participamos no período entre 2006 e 2007.

[...] a situação de informalidade, ilegalidade e discriminação em relação aos catadores permaneceu praticamente a mesma, em São Paulo e no Brasil, até o fim dos anos 80, quando, aos poucos, esses trabalhadores passaram a deixar de ser considerados meros garimpeiros dos restos alheios e começaram a ser vistos, inclusive por eles próprios, como verdadeiros alquimistas, que transformam lixo em “ouro”. Esse processo de transformação, (auto) reconhecimento e inclusão está longe de completo e encontra ainda inúmeros obstáculos para se consolidar, mesmo nas cidades que foram pioneiras do chamado Movimento dos Catadores. É possível, porém, divisar alguns fatores que contribuíram de forma decisiva para que a mudança se iniciasse; apontar indícios claros de que ela está em marcha; e verificar alguns de seus resultados (VIVEIROS, 2006, p.68-69).

Isso representa que ainda há muito ser feito para que essas minorias possam re-descobrir o potencial de uso do tempo, de organização e de expectativas, partindo, assim, para o reconhecimento e a conquista de direitos enquanto trabalhadores e cidadãos.

2.4 COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Conforme já apresentado, o crescente quadro de desigualdade social, enquanto fruto do sistema econômico e político vigente nos últimos anos, configura-se pela intensificação do desemprego e pela divergência da distribuição de renda. Nesse sentido, têm surgido, nas últimas décadas, “um forte processo de expansão de novas formas de trabalho e da produção” (CUNHA; MELCHIOR, 2005, p. 90).

Dentro desse quadro, fugindo à alternativa da economia informal, muitos indivíduos, têm recorrido ao sistema cooperativista de produção. Com quase dois séculos de existência, o cooperativismo constitui-se em:

Uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho de outras mulheres e homens. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões – social, econômica e cultural -, preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais eqüitativa, democrática e sustentável (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 17).

Diferente do associativismo, que “representa uma associação da sociedade civil, formada por pessoas que têm objetivos comuns, [ou] pessoas que se juntam para buscar o bem comum e conseguir assim, maior autonomia de ação” (GONÇALVES *et al.*, 2002, p. 32); o cooperativismo baseia-se no benefício mútuo pela busca do aspecto sócio-econômico (CEMPRE, 2002), ou seja, trata-se “de uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída por prestar serviços aos associados” (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 39).

Nesse sentido, é possível observar as diferenças entre ambos no quadro que segue:

ASPECTOS	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Conceito básico	Sociedade de pessoas físicas ou jurídicas, sem fins lucrativos.	Sociedade de pessoas com fins econômicos, porém, sem fins lucrativos.
Patrimônio e capital	Seu patrimônio é formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social, o que dificulta a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, assim, a obtenção de financiamentos nas instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes, podendo a cooperativa receber doações, empréstimos e outras formas de capitalização.
Finalidades	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, econômica, social e profissional dos associados. Organizar as atividades, de diversas naturezas, de seus associados.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses de seus sócios. Atuar no mercado. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Legislação	Constituição Federal (art.5º, incisos XVII a XXI e art. 174º, §2). Código Civil.	Lei nº 5.764/71 da Constituição Federal (art. 5º, incisos XVII a XXI e art. 174º, §2). Código Civil.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de 20 pessoas físicas.
Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. São representadas por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. São representadas pela OCB em nível nacional e pelas OCEs nos estados.
Operações	Auxilia no processo de comercialização dos produtos de seus associados. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a aquisições do Governo Federal.
Remuneração	Os dirigentes não são remunerados, mas recebem reembolso das despesas realizadas no desempenho dos cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados através de pró-labore, sendo o valor definido em assembléia geral.
Recursos financeiros	As sobras das operações entre os associados são aplicadas na própria associação.	Após a decisão em assembléia geral, as sobras podem ser divididas entre os associados, de acordo com o volume de

		negócios de cada um. Destinam-se os mínimos de 10% para o Fundo de Reserva e de 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.
Dissolução	Definida em assembléia geral ou mediante intervenção judicial realizada pelo Ministério Público.	Definida em assembléia geral ou mediante processo judicial. A assembléia geral deve nomear um liquidante e um conselho fiscal.

Quadro 2 – Diferenças entre o Associativismo e o Cooperativismo
Fonte: Adaptado de Martins (2003, p. 66-67).

Conforme a Lei n. 5764/71 (art. 6º), que define a Política Nacional de Cooperativismo, existem diferentes tipos de cooperativas, divididas quanto à forma: a) abertas: admitem quaisquer pessoas que queiram se associar; b) fechadas: admitem somente pessoas ligadas a uma mesma empresa, profissão, sindicato, ou objetivo comum (MAGERA, 2003).

Ainda segundo Magera (2003), as cooperativas dividem-se quanto ao ramo ou tipo: a) produção e serviço; b) cooperativas de mão-de-obra; c) organizações comunitárias de produção; d) cooperativas de trabalho mistas. A fim de atender aos objetivos desta pesquisa, vamos nos restringir apenas às cooperativas de produção e serviço⁵⁸, especificamente as que tratam da organização de catadores de resíduos sólidos recicláveis⁵⁹.

Apesar de ter sido desenvolvido na Inglaterra há mais de um século, o cooperativismo, ainda mantém os mesmos princípios e valores que vigoraram universalmente desde sua origem; com a ressalva de que os mesmos “vêm sendo constantemente ajustados de acordo com a diversidade cultural da sociedade e as transformações socioeconômicas” (MAGERA, 2003, p. 53).

Segundo Magera (2003), esses princípios básicos são: a) adesão livre e voluntária; b) controle democrático pelos sócios; c) participação econômica dos sócios; d) autonomia e independência; d) educação, treinamento e informação; e) cooperação entre cooperativas; f) preocupação com a comunidade.

⁵⁸ Nesse tipo de cooperativa, “os associados têm a posse dos meios de produção ou serviços. Estas associações negociam produto e/ou serviços gerados pela cooperativa e não a força de trabalho; dividem o resultado de acordo com a contribuição (de trabalho) de cada um e assumem os riscos empresariais pertinentes ao ramo de atividade econômica. São pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho de forma autônoma. Este é um segmento complexo, visto que os integrantes de qualquer profissão podem organizar-se em cooperativas de trabalho” (MAGERA, 2003).

⁵⁹ Para um melhor detalhamento sobre o funcionamento e estrutura de uma cooperativa (amparado na legislação nacional) ver a publicação específica do CEMPRE (2002).

No Brasil, o cooperativismo chegou, no início do século passado, junto com os imigrantes europeus. Cabe ressaltar que, nesse período, o referido sistema de produção foi sumariamente direcionado para a consolidação de inúmeras cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo (SINGER, 2002).

Essas primeiras cooperativas caracterizavam-se mais como empreendimentos, portanto não seguiam os princípios de autogestão - que poderia caracterizá-las como experiências de Economia Solidária, ou seja, não representavam uma perspectiva de mudança para o modelo econômico em vigência na época, mas, eram meras representações da economia competitiva (SINGER, 2003).

Nos dias atuais, o cooperativismo e o associativismo, configuram-se como as duas principais formas de representação do sistema de autogestão e participação total dos indivíduos envolvidos, constituindo assim, a chamada Economia Solidária (MARTINS, 2003).

A Economia Solidária teve sua origem no Brasil a partir do início da década de 1980, mas somente foi intensificada a partir da metade da década de 1990, segundo Singer (2003),

Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com essa origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG) (SINGER, 2003, p. 25).

Ou seja, tem sido utilizada,

[...] para a identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas (FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004, p. 149).

Uma característica peculiar da Economia Solidária está baseada numa proposta empreendedora que a diferencia do cooperativismo tradicional, “através de uma dupla

característica: a preocupação em inscrever sua dinâmica numa perspectiva de desenvolvimento local e solidário, e sua organização em rede” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 153).

Por outro lado, é importante considerar que a rede solidária, assim como os empreendimentos gerados, não são, como afirma Coraggio (2000, citado por PINTO, 2006, p. 54), “um mundo de valores solidários, até porque ela se encontra em parte subordinada ao sistema capitalista”, mas, de todo modo, “constituem um subsistema da economia popular [que] passa pelo fortalecimento dos vínculos sociais e de integração entre as diferentes capacidades e formas de trabalho aí presentes, potencializando seus recursos e atividades por meio da cooperação”.

A experiência de empreendimentos solidários é uma iniciativa que vem colhendo bons frutos, principalmente para indivíduos culturalmente estigmatizados como pobres e vítimas da discriminação racial e de gênero que encontram via a experiência da cooperativa, a possibilidade de reafirmar ou reconstruir sua cidadania (SINGER, 2003).

Partindo dessa perspectiva, que alia o combate à precarização do trabalho, e fundamentalmente o combate à pobreza é que se fazem necessárias iniciativas de organização da tessitura social em seus mais diferentes níveis, e que segundo França Filho e Laville (2004, p. 160), mobilizem “o surgimento de um número expressivo de iniciativas bastante distintas, que partem dos diferentes âmbitos institucionais”.

Assim, podemos citar como exemplo a iniciativa governamental brasileira que deu origem a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, sob o comando do professor Paul Singer (um dos grandes idealizadores da Economia Solidária no Brasil) (PINTO, 2006).

A referida Secretaria está relacionada ao Ministério do Trabalho e do Emprego, e foi criada a partir “da mobilização que antecedeu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, estando também relacionada à Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária que reúne dezenas de prefeituras brasileiras que já desenvolvem programas nesse campo” (PINTO, 2006, p. 35).

Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, editado em 2005 pela SENAES, existem, aproximadamente, 14.954 empreendimentos solidários vigentes em 2.274 municípios brasileiros, ou seja, já existe, em 41% dos municípios do país, sendo que muitos desses empreendimentos estão distribuídos em cooperativas, associações, grupos informais e outros. No que tange as organizações cooperativas, o percentual já atinge 11% (SENAES, 2005).

Convém destacar que, em relação às cooperativas de catadores (e principalmente ao contexto de opressão ao qual estão inseridos), essa iniciativa representa muitos desafios. Primeiramente, é preciso gerar informação, considerando que muitos dos trabalhadores/catadores, inseridos em cooperativas, desconhecem o sistema e sua finalidade. Segundo, porque, mediante o imediatismo da sobrevivência, falta o preparo necessário para o efetivo gerenciamento de uma empresa solidária, assim como as diretrizes a serem tomadas no empreendimento.

Ou seja, por se tratar de um “posicionamento consciente e contrário aos valores dominantes da competição individual e da primazia do capital” (VIVEIROS, 2006, p.81), é necessário que os empreendedores solidários sejam incentivados e treinados para o entendimento da dinâmica e da prática democrática que viabiliza o empreendimento autogestionário (MARTINS, 2003; VIVEIROS, 2006).

Somente com esse sentido a cooperativa cumpre a sua finalidade enquanto entidade econômica e política, pois representa “uma oportunidade de dignidade humana do catador e de desenvolvimento da auto-ajuda e da ajuda mútua”, que permite aos mesmos a constituição de uma comunidade, tendo em vista que a cooperativa é “a união que faz a força” (SINGER, 2002, p. 89).

2.4 ROMPIMENTO DO DISCURSO EXCLUSIVAMENTE TÉCNICO

A literatura específica que trata da problemática ambiental voltada para o tema dos resíduos sólidos urbanos tem crescido nos últimos anos. Essa evolução tem sido marcada pela inserção dos aspectos econômicos, políticos e sociais a uma temática que, constantemente, fora privilégio da produção científica por parte das Engenharias Sanitária e Ambiental.

Inicialmente, o tratamento sobre o tema, meramente privilegiava os aspectos voltados aos processos, ou seja, problemas operacionais de descarte, de poluição oriunda do descarte indevido, de aspectos relacionados a tecnologias empregadas nos processos de reciclagem, de formas de reaproveitamento de matéria-prima reciclada etc.

No contexto atual, a amplitude do alcance que a questão ambiental atingiu, motivada desde sua origem pelo surgimento de movimentos ambientais em prol dos problemas ambientais, impulsionou a fragmentação do movimento ambientalista nacional na constituição de uma nova vertente: a socioambientalista. Esta vertente caracterizou-se por conseguir “conjugas as

reivindicações políticas e sociais com as de ordem territorial e ambiental” (VIOLA, 1992 citado por LITTLE, 2003, p. 15); e assim também, ampliar o foco de pesquisa sobre um tema até então, exclusivamente tratado do ponto de vista técnico.

A produção acadêmica que privilegia a tessitura política e social relacionada à problemática ambiental e, no caso, especificamente a dos resíduos sólidos urbanos, não busca, sobretudo, sobrevalorizar os seus princípios norteadores mediante a produção técnica conhecida (FONSECA, 2001; LIMA, 2001 etc.), mas sim, propor a inclusão de aspectos consideráveis para um tratamento mais pontual desta questão, sem desconsiderar alguns aspectos inerentes e voltados ao tema, e que são costumeiramente relegados no avanço do tratamento desta problemática.

Nesse sentido, buscamos pontuar alguns aspectos apresentados em quatro obras (dentre as várias que encontramos), que buscaram romper a barreira do discurso técnico para apresentar sob múltiplos enfoques, as mais diversas formas de tratamento deste tema.

Em 2003, com a publicação de *Os Bilhões Perdidos no Lixo*, o economista Sabetai Calderoni procurou, com a apresentação de dados quantitativos (através de um estudo na cidade de São Paulo-SP), despertar os olhares da sociedade em geral para os possíveis ganhos que o lixo pode proporcionar.

Através deste trabalho, Calderoni procurou mostrar que a sociedade, tradicionalmente centrada numa cultura de desperdício, não sabe como aproveitar e lucrar com as sobras do que produz.

O autor sustenta sua argumentação, com base na defesa da viabilidade econômica da reciclagem e da coleta seletiva de resíduos, apresentando, ao mesmo tempo, indicadores quantitativos que demonstram “os protagonistas e beneficiários deste processo”, assim como os múltiplos benefícios que as atividades da reciclagem proporcionam: geram empregos; contribuem para a redução da utilização da matéria-prima virgem na produção industrial; diminuem os gastos públicos com os sistemas de coleta e tratamento dos resíduos, diminuem os custos operacionais com aterros sanitários; contribuem para a diminuição do descarte indevido gerador da degradação ambiental etc. (CALDERONI, 2003).

Uma outra obra que despertou nosso interesse foi o trabalho de Márcio Magera, publicado em 2003. Com o título *Os Empresários do Lixo: Um Paradoxo da Modernidade*, o autor buscou investigar o “funcionamento” de cooperativas de reciclagem de lixo em cidades do interior do

estado de São Paulo, a fim de analisar como se estabelecem suas condições e relações de trabalho, a partir de aspectos econômicos, sociais e culturais na busca pelo entendimento do impacto socioeconômico gerado pelos operários que trabalham com o lixo (MAGERA, 2003).

No ano 2004, Denise Juncá defendeu sua tese de doutorado intitulada *Mais que Sobras e Sobrantes: Trajetórias de Sujeitos no Lixo*. O trabalho de Juncá se diferencia do apresentado por Calderoni, pois apresenta uma ênfase maior (através da utilização de indicadores qualitativos) na descrição e interpretação das mudanças na auto-imagem dos catadores que atuavam em um lixão localizado na cidade de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro.

Juncá procura compreender como é a realidade dos que se sentem abandonados pela sociedade, mas reinventando a vida a partir das sobras da sociedade. Para tal, a autora centrou-se no eixo “trabalho, saúde e vida”, para descrever e analisar a vida cotidiana na catação, buscando mostrar alternativas de resgate à cidadania dos catadores, assim como apresentar um caminho de aproximação para a aceitação social em relação aos mesmos (JUNCÁ, 2004).

Por fim, selecionamos uma dissertação de mestrado, defendida em 2003, de autoria de Daiani Barboza. A pesquisa trata de um estudo de caso em uma cooperativa de catadores no território catarinense, especificamente na cidade de Criciúma. Nesse estudo, a autora buscou identificar e investigar como se configura o complexo e multifacetado movimento de impotência e/ou capacidade de ação dos catadores de material reciclável, em relação à construção de sua cidadania, partindo do pressuposto que “os processos de exclusão são constituídos historicamente, sendo de ordem ética, política e relacional”, e como os mesmos se refletem nas significações do modelo de produção cooperativista no qual estão inseridos (BARBOZA, 2003).

CAPÍTULO III

ITAJAÍ: GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONTEXTO DOS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

Este terceiro capítulo, apoiado, em parte, por pesquisa bibliográfica e documental, bem como pela realização do trabalho de campo – que compreende a realização de entrevistas – busca situar o leitor na cidade de Itajaí, apresentando aspectos históricos, geográficos, econômicos e político-institucionais. Além disso, revela problemas socioambientais apontados em dois trabalhos acadêmicos, afora uma breve apresentação do contexto histórico do tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos. Entender as principais características de Itajaí, desde a ocupação do seu território até os dias atuais auxilia-nos a compreender os aspectos de maior relevância que estão diretamente relacionados à produção e ao tratamento do lixo na cidade.

3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO E PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL LOCAL

3.1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Itajaí é um dos 45 municípios que compõem os 500 km da costa litorânea catarinense. O contexto histórico de ocupação de suas terras nos remete inicialmente ao século XVI. Os primeiros habitantes foram os índios carijós e caigangues, que acabaram, praticamente, extintos em face do processo de colonização⁶⁰ (D'ÁVILA, 2001). Somente em meados do século XVII teve início o processo de colonização, quando, por iniciativa particular, o vicentista João Dias de Arzão veio em busca da exploração de metais preciosos (D'ÁVILA, 2001; SEBRAE/SC, 2005). Já no decorrer do século XVIII o desembarque de imigrantes portugueses vindos da Ilha da

⁶⁰ Segundo D'Ávila (2001) a única lembrança deixada pelos índios no período contemporâneo está na nomenclatura de “alguns locais do município como: Canhanduba, Itaipava, Ariribá, Guaraponga e Itajaí, bem como no nome de alguns clubes: Sociedade Guarani e Grupo Bolão da Tapuia”.

Madeira e dos Açores – atraídos pelas atividades de extração de madeiras – trouxe os traços da cultura açoriana para Itajaí.

A partir desse período, a cidade começa a ser reconhecida por suas riquezas: madeira disponível, potencial de pesca e terras férteis. Assim, desperta, no início do século XIX, a atenção do português Agostinho Alves Ramos que, ao fixar residência na cidade, deu origem à criação do Curato do Santíssimo Sacramento⁶¹, o que significou a fundação de Itajaí (D'ÁVILA, 2001).

A emancipação política de Itajaí ocorreu somente em 15 de junho de 1860, quando foi “instaurada a Vila do Santíssimo Sacramento de Itajaí” (SEVERINO, 2006), o que só ocorreu mediante uma grande disputa pela independência da cidade, em relação à Câmara Municipal de Porto Belo (D'ÁVILA, 2001). Disto resultou a criação da “Câmara Municipal e a implantação do Pelourinho – símbolo de aplicação da justiça e do poder local” (SEVERINO, 2005).

Ao longo de seus 147 anos de existência, a cidade que, na atualidade, é denominada Itajaí, evoluiu, consideravelmente, em grande parte, devido à sua atrativa localização geográfica, o que a torna um dos expoentes da economia catarinense.

3.1.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

De clima temperado, temperatura oscilante entre 18°C e 30°C, a cidade está situada no Litoral Norte de Santa Catarina, mais especificamente na Mesorregião do Vale do Itajaí⁶², e ocupa uma área de 289 km² (IBGE, 2000), representando 0,3034 % do território catarinense; 0,0513 % da Mesorregião; e 0,0034 % de todo o território brasileiro (CNM, 2007). Localiza-se a 99 km ao norte da Capital de Santa Catarina, Florianópolis, e tem como municípios vizinhos Balneário Camboriú, Navegantes, Barra Velha, Ilhota, Gaspar, Brusque e Camboriú (SEBRAE, 2005).

⁶¹ Em meados do século XIX, o Curato compreendia o “estabelecimento de um padre no povoado, sendo que o religioso era o encarregado da cura, ou seja, contar o número de almas convertidas ao catolicismo, além de registrar os nascimentos, os batismos, os falecimentos e visitar famílias” (SEVERINO, 2005). Fonte: www.itajai.sc.gov.br

⁶² Composta por 45 municípios que estão subdivididos em quatro microrregiões, são elas: Microrregião de Blumenau; Microrregião de Itajaí; Microrregião de Ituporanga; e a Microrregião de Rio do Sul (Fonte: www.sc.gov.br).



Figura 4 – Estado de Santa Catarina. Mapa político com destaque para o Município de Itajaí
Fonte: www.sc.gov.br

Segundo o último censo demográfico realizado no ano 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o quadro populacional do município divide-se entre uma pequena fatia da população que habita o perímetro rural, ou seja, 3,73%, enquanto o restante, 96,24%, habita o perímetro urbano, totalizando 147.494 mil habitantes⁶³, distribuídos em 16 zonas distritais/bairros (ver Tabela 1).

Ressalte-se que, no ano de 2005, este número avançou para 164.950 mil habitantes, persistindo a característica de ocupação urbana – de acordo com a estimativa apresentada pelo IBGE, que também concluiu que a taxa anual de crescimento da população no município foi de 2,38% para o período de 1991 a 2000. Nas últimas cinco décadas, o contingente populacional evoluiu consideravelmente, como se pode observar na Tabela 1 a seguir:

⁶³ Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD, a população urbana era de 141.950 mil habitantes, e a população rural de 5.544 mil habitantes, o que representava uma taxa de ocupação de 96,24% no município. No contexto estadual e federal este número era representado respectivamente por 2,75% e 0,09% da população. Cabe ressaltar que dentro do total de habitantes, 106.121 mil são eleitores.

Censo Populacional	Itajaí	
	Urbana	Rural
1970	85,6%	14,4%
1980	91,1%	8,9%
1991	95,8%	4,2%
1996	95,8%	4,2%
2000	96,2%	3,8%

Tabela 1 - Ocupação populacional em Itajaí
Fonte: IBGE. Adaptado do modelo apresentado pelo SEBRAE/SC (2005).

Bairro	População total (mil/hab)	Percentual (%)
Total	147.494	100
Barra do Rio/Imaruí	5.402	3,66
Cabeçudas	985	0,67
Canhaduba	558	0,38
Centro	10.558	7,16
Cidade Nova	14.592	9,89
Cordeiros	28.737	19,48
Dom Bosco	5.735	3,89
Espinheiros	3.731	2,53
Fazenda	13.718	9,30
Itaipava	4.027	2,73
Praia Brava	2.737	1,86
Ressacada	3.697	2,51
Salseiros	1.525	1,03
São João	12.510	8,48
São Vicente	25.401	17,22
Vila Operária	8.037	5,45
Zona Urbana	141.950	96,24
Zona Rural	5.554	3,76

Tabela 2 - Ocupação populacional por Zonas Distritais/bairros em Itajaí
Fonte: IBGE (2000).

Nesse sentido, conclui-se, através da observação da Tabela 2, que Itajaí é, na atualidade, um município essencialmente urbano, pois 95,6% da população ocupa este perímetro⁶⁴. Afora isso, registra 440 hab/km² de densidade demográfica (IBGE, 2000). A característica percentual apresentada foi também analisada em um relatório apresentado no ano de 2005 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC), que

⁶⁴ Um comparativo elaborado pelo IBGE no senso populacional de 2000 demonstra que o município de Itajaí apresenta uma taxa de urbanização superior ao Brasil e ao estado de Santa Catarina, que apresentavam respectivamente 81,6% - este dado, já foi contestado cientificamente. Para maiores detalhes ver Veiga (2002).

apontou uma pequena elevação do diferencial registrado em 2000, ou seja, 96,2% de ocupação urbana.

A expansão do crescimento populacional, assim como do atual status econômico do município, estão relacionados às atividades pesqueira e portuária⁶⁵, as quais se apresentam como o alicerce da economia itajaiense. Segundo um estudo apresentado por Reiser, em 2005, essas duas atividades econômicas desenvolveram-se em virtude da localização geográfica de Itajaí que, por estar situada a um metro de altitude do nível do mar e próxima aos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim (SEBRAE/SC, 2005), possibilitou a instalação do porto e, conseqüentemente, atraiu diversos migrantes e imigrantes para a cidade e localidades próximas. Isto ocorre desde o período do Brasil Colônia até os dias atuais (REISER, 2005).

⁶⁵ Essas duas atividades econômicas são as responsáveis pelo aceleração do desenvolvimento do Porto de Itajaí, que na atualidade é o maior porto de movimentação de cargas de Santa Catarina e o terceiro no contexto brasileiro, cumprindo, assim, um importante papel no contexto local, regional, nacional e internacional – visto que se caracteriza como um porto essencialmente exportador e está juntamente com a pesca fortemente ligado à história do município. Segundo informações cedidas pela Administração, o percentual de 78% da movimentação do Porto corresponde à exportação. Para maiores informações consultar www.portoitajaí.com.br

Atualmente, o município também integra a região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu (AMFRI) ⁶⁶, sendo que o atual Prefeito Municipal, Volnei Morastoni, ocupa, no momento, a segunda vice-presidência daquela Associação. A cidade representa, também, o Movimento Municipalista Catarinense, estando associada à Federação Catarinense de Municípios (FECAM) ⁶⁷, além de abrigar a 17ª Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina ⁶⁸, responsável por cobrir 11 municípios vizinhos na Região ⁶⁹.



Figura 6 - Estado de Santa Catarina. Mapa político destacando a Região da Amfri
Fonte: www.amfri.org.br

⁶⁶ Os municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo também estão associados à AMFRI (AMFRI, 2007).

⁶⁷ A FECAM preza por atender os interesses comuns dos Municípios, buscando: “associar, integrar e representar os seus associados de acordo com os seguintes objetivos: a valorização e o fortalecimento do municipalismo; a consolidação e o fortalecimento das Associações de Municípios e colaboração com o Estado e a União”. Fonte: www.fecam.org.br.

⁹ As Secretarias de Desenvolvimento Regional fazem parte do atual Plano de Governo na gestão Governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). A proposta de descentralização do Governo Estadual fundamenta-se na redistribuição de funções promovendo a ruptura do foco centralizador para um foco regionalizado (GSC, 2007).

⁶⁹ Além de Itajaí, a cobertura da SDR – Itajaí abrange os municípios de: Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Balneário de Piçarras e Porto Belo.

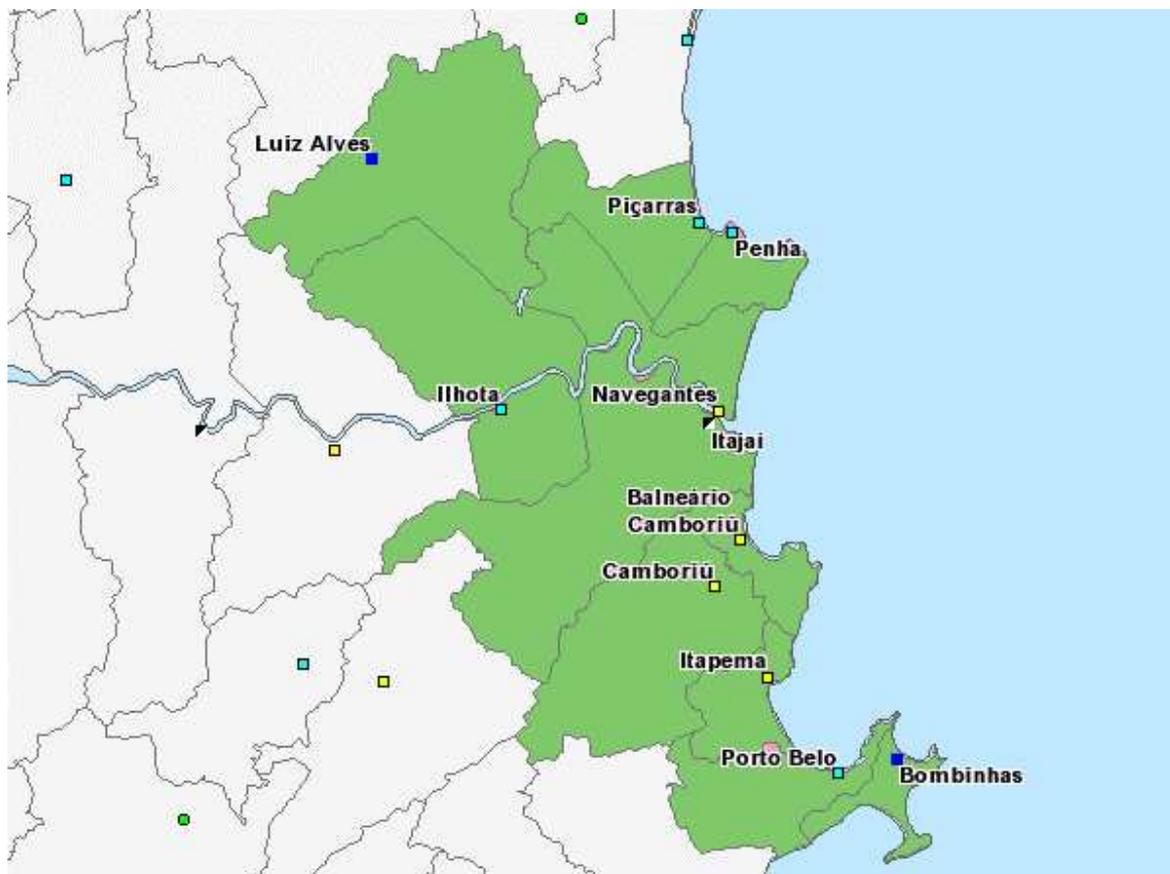


Figura 7 - Municípios que compõe a Região da Amfri. Divisão político-administrativa.
Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina (2003)

3.1.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

No que diz respeito à sua economia, Itajaí apresentava, no ano 2000, segundo o IBGE, um Produto Interno Bruto (PIB)⁷⁰ que totalizava 1,3 bilhões de reais; já o PIB *per capita*⁷¹ atingiu R\$ 9.409,00 - cifra superior à média alcançada em Santa Catarina e no Brasil, durante o mesmo período (SEBRAE/SC, 2005, p. 49).

Já em 2004, os dados apresentados pelo governo estadual, relativos ao PIB municipal, destacam Itajaí como um dos dez expoentes econômicos do Estado, juntamente com os

⁷⁰ O PIB é um indicador econômico que vigora internacionalmente como indicador padrão dos níveis de desenvolvimento desde a década de 1950. Sua utilização permite medir o fluxo de renda ou riqueza de uma determinada localidade.

⁷¹ O PIB *per capita*, é um indicador econômico extraído a partir do cálculo do PIB dividido pelo número da população de um determinado país, estado ou município.

municípios de Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Florianópolis, Chapecó, Criciúma, São José, Concórdia e Brusque, que respondem por quase metade da produção industrial e de serviços de Santa Catarina (SPG, 2007).

Apesar de representar crescimento e desenvolvimento (no que se refere à dimensão econômica), o PIB é um indicador que vem sendo muito questionado, pois não considera “a depleção dos recursos naturais nem a exploração dos recursos humanos” (SAFATLE, 2006, p. 22), ou seja, por ressaltar somente a dimensão econômica monetarizada e formalizada, este indicador acaba privilegiando uma noção limitada de riqueza e desconsiderando as condições sociais e ambientais ⁷².

Quanto ao retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)⁷³, Itajaí ocupava, em 2004, a terceira posição entre os dez maiores municípios do estado, representando para a cidade um crescimento de 13,09% em relação à arrecadação do ano anterior, quando ocupava a quinta posição (PMI, 2007).

Em relação ao Valor Adicionado Fiscal (VAF)⁷⁴, o município cresceu 145,1% entre 2000 e 2003, sendo que 38% desse valor estavam concentrados nas atividades do comércio atacadista de combustíveis e de outros produtos alimentícios. Em 2001, “existiam 7.068 empresas formais em Itajaí, sendo que o comércio representava 50,4% do total das empresas do município”. (SEBRAE/SC, 2005, p. 52-54).

No que tange à empregabilidade, a população economicamente ativa atingia 71.181 mil habitantes – ocupação formal e informal, o que representava um rendimento médio de R\$ 732,90 no ano 2000 (MTE, 2000 citado por SEBRAE/SC, 2005) – com destaque para o setor de serviços dentre todas as atividades econômicas geradoras de empregos.

⁷² Esta crítica em relação ao PIB decorre da década de sessenta do século passado, e vem levantando um questionamento dúbio quanto à forma de medição deste indicador. Conforme Veiga (2006), por considerar apenas o lucro gerado por atividades produtivas sem considerar a forma pela qual se obteve o crescimento advindo destas, os métodos de mensuração do PIB são capazes de gerar alta margem de incerteza, pois não aferem bem-estar, nem qualidade de vida à população; considera-se que a obtenção da riqueza pode ocorrer por meio da destruição do patrimônio natural, exploração de mão de obra, produção de armamentos de destruição etc. (VEIGA, 2006).

⁷³ O ICMS, “é um imposto de competência estadual que incide (base de cálculo) sobre a circulação de mercadorias, prestações de serviços de transporte interestadual, ou intermunicipal, de comunicações, de energia elétrica. Também incide sobre a entrada de mercadorias importadas e serviços prestados no exterior. Cada estado da federação tem liberdade para adotar regras próprias relativas à cobrança desse imposto, respeitados os requisitos mínimos fixados na Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional”. Fonte: www.sebraesp.com.br

⁷⁴ O VAF, é o resultado do movimento econômico de um determinado município, ou seja, é o resultado do faturamento bruto da comercialização de mercadorias. É apurado através da Declaração de Informação Econômica Fiscal (DIEF); representa o que as empresas agregam ao produto ou serviço no período de um ano fiscal, sendo que todas as empresas são obrigadas a fazer esta declaração anualmente, pois através do valor expresso por cada empresa é que se tem a dimensão da economia do município. Fonte: www.sef.sc.gov.br

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000), a renda *per capita* em Itajaí era de R\$ 387,00 (trezentos e oitenta e sete reais), sendo que a concentração de renda dos 10% mais ricos da população atingia 43,4% da receita total do município, e 40,7% da receita era representada pelos 80% mais pobres. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH - M) (uma adaptação do IDH⁷⁵) foi avaliado, no ano 2000, pelo PNUD no município. O índice oscila em torno de 0,825, sendo considerado alto segundo os critérios das Nações Unidas.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

O Desenvolvimento Humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. Para tanto, o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos, oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de um padrão adequado de vida para a população. (JANNUZZI, 2003, p. 120).

No entanto, o IDH apresenta algumas limitações. Segundo Boeira *et al.* (2006), o IDH municipal “*não inclui a dimensão ambiental*”, diferenciando-se dos “Indicadores Socioambientais de Qualidade de Vida produzidos por organizações da sociedade civil (CECCA, 2001) ou o Índice de Qualidade de Vida Local proposto por Selene Herculano (1998)” (BOEIRA *et al.*, 2006, p. 11. O grifo é dos autores). Este aspecto evidencia a limitação quantitativa do indicador, que não trata de aspectos socioambientais de forma integrada.

3.1.4 ASPECTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

A atual Administração de Itajaí (gestão 2005-2008) está representada pelo Prefeito Volnei Morastoni - filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como Vice-Prefeita Eliane Rebello – filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Esta é a primeira vez que o

⁷⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano foi elaborado para mensurar aspectos não abordados pelo PIB. O indicador passou a ser utilizado a partir da década de 1990, com o intuito de apresentar novos critérios que espelhassem a realidade econômica e a dimensão social de uma determinada localidade (JANUZZI, 2003), partindo do pressuposto de que: “para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana” (PNUD, 2007); sendo assim, o IDH vem a ser um indicador social de desenvolvimento elaborado por meio do agrupamento de outros indicadores baseados nos quesitos de longevidade, educação e renda (JANUZZI, 2003).

atual gestor municipal assume o cargo como chefe do Executivo Municipal, em virtude da vitória no pleito ocorrido no ano de 2004.

De acordo com o Quadro 4, a atual estrutura administrativa da Prefeitura Municipal está fragmentada em cinco divisões que compreendem:

Administrativo	Gabinete do Prefeito; Gabinete da Vice-Prefeita; Chefia do Gabinete; Procuradoria Geral do Município; Centro Tecnológico de Informação e Modernização Administrativa e Coordenadoria de Moralidade Administrativa.
Secretarias	Secretaria de Agricultura; Secretaria de Assistência social; Secretaria da Criança e do Adolescente; Secretaria de Cultura, Memória e Turismo; Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda; Secretaria de Educação; Secretaria de Gestão de Pessoal; Secretaria de Governo, Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Obras e Serviços Municipais; Secretaria de Participação e Comunicação Social; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Pesca; Secretaria de Receita; Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança Comunitária e do Trânsito.
Fundações	Fundação de Educação Profissional e Administração Pública; Fundação Cultural de Itajaí; Fundação Itajaíense de Turismo; Fundação Genésio Miranda Lins; Fundação Municipal de Esportes e Fundação Municipal do Meio Ambiente.
Autarquias	Instituto de Previdência de Itajaí; Superintendência do Porto e Semasa (Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra-Estrutura).
Coordenações	Coordenadoria Regional de Atendimento ao Cidadão – Cordeiros; Coordenadoria Regional de Atendimento ao Cidadão – Fazenda/Praia Brava; Coordenadoria Regional de Atendimento ao Cidadão – Itaipava; Coordenadoria Regional de Atendimento ao Cidadão – São Vicente; Combemi (Comissão Municipal do Bem Estar do Menor de Itajaí).

Quadro 3 – Atual estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Itajaí

Fonte: Elaboração própria a partir de informações disponíveis no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Itajaí (2007)

O Poder Legislativo Municipal é representado pela Câmara de Vereadores que apresenta uma bancada composta por doze vereadores filiados aos seguintes partidos políticos: Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido da Frente Liberal (PFL)⁷⁶; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Progressista (PP); Partido da República (PR) e Partido dos Trabalhadores (PT) (CVI, 2007).

⁷⁶ Atual Partido dos Democratas (DEM).

Na cidade também funcionam 27 conselhos municipais, divididos em áreas temáticas, porém nem todos estão ativos⁷⁷. Há, ainda, aproximadamente, 39 associações e conselhos de bairro⁷⁸ (PMI, 2007), além de entidades como Associação Empresarial, Câmara de Dirigentes Lojistas, Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio de Santa Catarina (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE) etc.

3.1.5 PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL LOCAL: UM BREVE APONTAMENTO

Uma cidade em franca expansão como Itajaí, não foge à regra do modelo desenvolvimentista que acompanha a civilização e “conduz, irremediavelmente, à situação de degradação ambiental de nossas cidades” (JACOBI, 2000, p. 14).

Segundo Jacobi (2000, p. 14. O grifo é nosso), “por ‘meio ambiente’ se entende um “*habitat*” socialmente criado, configurado enquanto meio físico modificado pela ação humana”, ou seja, caracteriza-se pela inter-relação contínua entre a sociedade e a natureza, em toda porção de terra da superfície terrestre (SANTOS, 2001).

Essa proposta de análise, que parte da interpretação da realidade social baseada na dinâmica territorial, fortalece a concepção de que o espaço⁷⁹ é inseparável dos atores sociais que nele habitam, sendo estes os responsáveis pelas modificações ocorridas diariamente neste cenário, ou seja, o território ou espaço geográfico é, ao mesmo tempo, instância social. Isto, em função da sua utilização por “*sistemas de engenharia*”⁸⁰ e pelo “dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS, 2001, p. 20-21).

⁷⁷ As áreas temáticas são as seguintes: Saúde, Assistência Social; Criança e Adolescente; Idoso; Anti-Drogas; Portadores de Necessidades Especiais; Segurança Alimentar; Educação; Transporte Escolar; Bolsa Escola; Merenda Escolar; Valorização do Magistério; Cultura; Patrimônio Cultural; Turismo; Desenvolvimento Econômico e Social; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Pesqueiro; Desenvolvimento Rural; Habitação Popular; Meio Ambiente; Transporte Coletivo; Defesa do Contribuinte; Defesa Civil; Segurança; Previdência; Defesa do Consumidor.

⁷⁸ Segundo informações do Departamento de Cerimonial e Protocolo da Prefeitura Municipal, o número é impreciso, pois, muitas vezes, surgem novas associações que não estão cadastradas e por vezes outras são dissolvidas.

⁷⁹ É importante ressaltar, que a área total do espaço é “constituída de subespaços: agrícolas, urbanos, mineiros, estratégicos etc.” (SANTOS 1997, p.112); sendo que, dentre todos, apenas o complexo urbano, é o responsável por agrupar os chamados *fixos e fluxos (configuração territorial e relações sociais)* (SANTOS, 1997); não significando que os demais subespaços sejam irrelevantes, pois é fundamental e notória a importância dos mesmos para composição da totalidade espacial, na medida em que cada um deles estabelece um vínculo relacional com o espaço urbano.

⁸⁰ Sinônimo de infra-estruturas (SANTOS, 2001, p. 21).

Para Jacobi (2000, p. 14), a ocupação do espaço no contexto urbano “tem gerado problemas ambientais [que] decorrem do impacto da urbanização predatória sobre o ecossistema”, e apresentam também uma relação direta com as formas de como esse território tem sido utilizado.

As formas de apropriação por parte dos indivíduos neste espaço têm uma relação direta com a qualidade de vida que pressupõe boas condições de moradia e poder aquisitivo, incluindo aspectos sanitários, de salubridade e de habitação (JACOBI, 2000). A ausência de qualquer um desses aspectos desencadeia uma problemática de origem socioambiental.

Nesse sentido, observamos que, em Itajaí, a problemática socioambiental não está unicamente relacionada aos aspectos que tangem os resíduos sólidos urbanos, mas também em outros problemas que envolvem uma ampla discussão. Na tentativa de trazer à tona esses problemas, recorreremos a duas dissertações de mestrado do PMGPP.

Na primeira delas, Osvaldo Schuch (2005) faz uma abordagem sobre a ausência de políticas públicas habitacionais numa das localidades mais pobres do município (a região do Imaruí, no Bairro Barra do Rio), localizada em área de Preservação Permanente e, portanto, representada pela ilegalidade habitacional. O autor buscou identificar se, nesse caso, deve prevalecer a discussão em torno da preservação ambiental ou a problemática do direito fundamental à moradia, mesmo num local considerado insalubre à ocupação humana (SCHUCH, 2005) ⁸¹.

O segundo trabalho de dissertação foi produzido por Ana Cristina Reiser (2005), no qual, a autora identificou a ausência de uma política urbana de distribuição territorial no município. Segundo Reiser, este fator contribuiu para o crescimento desordenado da cidade e para a constituição de bairros periféricos como, no caso, o Bairro Cidade Nova que, na atualidade, exprime-se pelo não-atendimento às necessidades dos moradores locais, bem como por constituir palco de violência (REISER, 2005) ⁸².

⁸¹ Para um detalhamento maior ver Schuch (2005).

⁸² Para um detalhamento maior ver Reiser (2005).

3.2 PESQUISA DOCUMENTAL

3.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Na tentativa de traçarmos um panorama histórico relativo às operações que envolvem o manejo e a destinação final dos resíduos sólidos em Itajaí, buscamos, primeiramente, identificar o contexto histórico do tratamento desta problemática em nível local. Em virtude da inexistência de um arquivo público – na Prefeitura Municipal, na Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAMAI), na Biblioteca Pública Municipal e no Arquivo Histórico do Município – que trate, especificamente, do saneamento e da gestão de resíduos sólidos urbanos, assim como de qualquer outro tipo de registro referente às atividades dos catadores de materiais recicláveis, recorreremos, primeiramente, a quatro trabalhos acadêmicos da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), que tratam do tema na cidade⁸³.

Para agregar maiores informações a respeito da preocupação do Poder Público de Itajaí quanto à questão, recorreremos aos periódicos de circulação municipal que se encontram no já citado Arquivo Histórico da Cidade, bem como aos arquivos disponibilizados pela FAMAI, na Biblioteca Pública Municipal⁸⁴.

A primeira informação que encontramos sobre a preocupação em relação aos resíduos sólidos urbanos é referente ao ano de 1973. Trata-se do Boletim Informativo do Município acerca da limpeza e preservação das praias:

A Prefeitura Municipal de Itajaí instalou, no início de dezembro, visando à preservação e à boa impressão dos turistas sobre a Cidade, vários tambores destinados à coleta de lixo.

Com essa medida, quer o Prefeito Fred⁸⁵ impedir que os detritos sejam depositados em terrenos baldios e ao longo das praias como é o caso de Cabeçudas, onde também foram instalados vários tambores (PMI, 1973).

⁸³ Dos quatro trabalhos acadêmicos encontrados, consideramos como mais relevantes e pertinentes para esta pesquisa os de Intini (1997) e Colombi (2003). A escolha por produções acadêmicas é relevante para o recolhimento de informações referentes às ações da administração pública vigente no ano da realização de cada trabalho acadêmico – este aspecto é considerável, em virtude da persistente descontinuidade dos planos de governo nas diferentes administrações públicas municipais (fator gerador de desinformações referentes às gestões públicas anteriores).

⁸⁴ Cabe ressaltar que dentre o material disponibilizado pela FAMAI constavam apenas alguns folhetos e material desorganizado e pouco informativo, além de outras publicações desatualizadas e desnecessárias.

⁸⁵ Trata-se do prefeito Frederico Olíndio de Souza (Fred) - filiado ao Partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Nesse sentido, é possível observar que as primeiras preocupações em relação aos resíduos sólidos no município não foram de cunho ambiental. Na realidade, revelou-se apenas uma inquietação relativa ao aspecto turístico da cidade. Este quadro não foi observado com exclusividade em Itajaí, porquanto a preocupação voltada para a destinação irregular poluente foi tardia em quase todo o território brasileiro.

Cabe ressaltar que, até 1977, não existia, em Itajaí, um órgão específico voltado para as questões ambientais, sendo que somente em 28 de janeiro do mesmo ano é que foi sancionada a Lei n. 1.523, que disciplinava a nova estrutura administrativa na Prefeitura Municipal. Esta passou a contar com “Órgãos Colegiados de Assessoramento”, atendidos por “comissões especiais vinculadas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento e articuladas com os órgãos de administração direta ou indireta da Prefeitura”, sendo que, dentre essas comissões, estava inserida “a Comissão Municipal de Preservação ao Meio Ambiente” (PMI, 1977), que, posteriormente foi denominada “Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente”, que tinha, entre outras atribuições, “a coordenação de assuntos referentes à preservação da qualidade ambiental” (PMI, 1980).

No decorrer da década de 1970 (período que foi sancionada a Lei n. 1523) até a década de 1990, os serviços de coleta e limpeza urbana estiveram a cargo da Secretaria de Serviços Urbanos (PMI, 1977) e da Secretaria de Serviços Municipais (PMI, 1980). Somente a partir de 1990, na gestão exercida por João Omar Macagnan – filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) –, foi aberta uma concorrência pública para a privatização da coleta do lixo.

Segundo o prefeito, a empresa que vencesse a concorrência deveria, “obrigatoriamente, elaborar um projeto para um novo aterro sanitário, indicando o local mais apropriado, em comum acordo com a administração municipal, obedecendo a todos os requisitos técnicos para a sua implantação...” (PMI, 1990a).

É possível observar que, nesse período, somente constaram no documento especificações referentes à separação dos resíduos sólidos hospitalares, senão vejamos:

A Prefeitura Municipal de Itajaí está a exigir, em caráter especial, um programa para a coleta do lixo hospitalar, de modo que a empresa cadastrada para a concorrência deva apresentar detalhadamente a forma de coleta, o equipamento a ser utilizado e o destino final do resíduo (PMI, 1990a).

A referida concorrência pública foi vencida pela Engepasa – Engenharia do Pavimento S/A (atualmente denominada Engepasa Ambiental), que, por via contratual, comprometeu-se a divulgar um calendário de coleta, estabelecendo horários e dias alternados para a prestação do serviço que atendesse a todos os bairros do município. A Empresa também foi encarregada de “instruir os usuários sobre técnicas e manejo do lixo”; “operar o aterro sanitário da Canhaduba”⁸⁶; e “apresentar um projeto para a implantação de um aterro definitivo, na mesma localidade ou em outra área adequada” (ver Figura 12) (PMI, 1990b). Tudo isso, desde que “em cumprimento às normas exigidas pela FATMA, pelo IBAMA e demais órgãos que legislam no setor ambiental” (PMI, 1990b).



Figuras 8 e 9 – Conforme as imagens, é possível observar que o primeiro aterro não dispunha de estrutura adequada para o tratamento dos resíduos sólidos.

Fonte: Engepasa/PMI (1991).

É necessário pontuar que, mesmo com a concessão da Licença Ambiental Prévia (LAP) pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA)⁸⁷ - que passou a considerar o aterro da Canhaduba como Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos –, existiam, ainda, “muitas irregularidades conflitantes com as definições de aterro sanitário. Estas irregularidades foram

⁸⁶ O aterro da Canhaduba próximo ao km 123 da BR 101 foi o primeiro aterro do Município e está situado no “extremo sul do Município de Itajaí, junto à divisa do Rio Camboriú”. Este local passou a ser utilizado como depósito de resíduos no final da década de 1970, ou início da década de 1980 (quando era então conhecido como lixão com área de livre acesso). No decorrer do ano de 1990, após a Engepasa vencer a concorrência pública, o local passou a receber tratamento biológico e foi restrito ao acesso livre. Atualmente sua capacidade está esgotada, cerca de 1.000.000 de toneladas de resíduos de origem diversa foram ali depositadas (PMI, 2006).

⁸⁷ Segundo Intini (1997, p. 56), “A Fundação do Meio Ambiente (FATMA) é o órgão estadual de Santa Catarina responsável por analisar e aprovar projetos de tratamentos e disposição final de resíduos sólidos”; em consonância com a “Portaria Minter n. 53, de 1979, Resoluções CONAMA de n. 005, de 1988, de n. 006, de 1991, Decreto Estadual de n. 12.450, de 1981”.

classificadas em Problemas de Caráter Operacional, Problemas de Caráter Sanitário e Problemas de Caráter Ambiental” (INTINI, 1997, p. 56) ⁸⁸.



Figuras 10 e 11 – Conforme as imagens é possível observar que as condições do aterro não se adequavam ao tratamento adequado de resíduos sólidos. Outro fator considerável era a presença de catadores no aterro.
Fonte: Engepasa/PMI (1991).



Figura 12 - Primeiro Aterro Sanitário da Canhaduba, que começou a ser implantado a partir de 1991, com licença ambiental de instalação concedida pela FATMA (ver Anexo A).
Fonte: Engepasa/PMI (1991).

O intuito da Prefeitura Municipal, na contratação do serviço de coleta terceirizada, teve por escopo a redução de despesas com este tipo de atividade que, na década de 1990, ultrapassavam 80% dos recursos arrecadados para a sua cobertura, tornando “menos dispendiosa a coleta do lixo

⁸⁸ Para maiores informações ver Intini (1997).

feita por este novo sistema” (PMI, 1990b), o que, segundo a Prefeitura, visava “melhorar a qualidade dos serviços, sem, necessariamente, acarretar aumento de ônus aos cofres públicos” (PMI, 1990b).

Apesar da relativa iniciativa do Poder Público Municipal (em relação aos serviços de coleta e disposição de resíduos sólidos urbanos em Itajaí), é possível observar que a preocupação em relação aos agravos causados pelos resíduos sólidos é recente, pois a coleta, desde meados da década de 1970 até o ano de 2005, foi operada de forma “convencional”, ou seja, sem a separação dos resíduos sólidos recicláveis. Este pensamento também é evidenciado pela recente existência de um aterro sanitário adequado. Cabe ressaltar que, em 1997, excepcionalmente, houve uma tentativa para a inserção de um projeto-piloto de coleta seletiva que visava a participação da comunidade Projeto de Recuperação Ambiental, Rural, Urbana e Social (RARUS)⁸⁹.

Segundo Intini (1997), essa primeira tentativa “falhou” por não ter sido beneficiada pela Administração em exercício na época, representada pelo desinteresse do Poder Público Municipal na destinação da verba necessária para o seu desenvolvimento e continuidade, assim como pela falta de incentivo a projetos de educação ambiental que viabilizassem a colaboração da população para o andamento bem-sucedido do projeto.

O retrocesso que marcou a gestão de resíduos sólidos em Itajaí pode estar relacionado à inexistência de um órgão municipal específico para a regulação e proteção ambiental. Segundo Intini (1997), até meados da década de 1990 a administração dos serviços públicos de limpeza ficava sob a responsabilidade da extinta Secretaria de Serviços Municipais, especificamente a dois de seus setores: o Departamento de Limpeza Pública e o de Meio Ambiente. Este último era o “responsável por conceder autorização para a deposição de resíduos no aterro sanitário, em caso de resíduos que não sejam de responsabilidade da prefeitura...” (INTINI, 1999, p.47).

Somente na primeira gestão do Prefeito Municipal Jandir Bellini (1995-1999), através da Lei Complementar n. 04 de 1999, foi instituída a FAMAI, que, dentre as suas atribuições, inclui “definir as políticas municipais de limpeza urbana em relação à coleta seletiva de lixo, à

⁸⁹ O Projeto RARUS foi criado pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente e pela iniciativa privada. O intuito do projeto era a promoção da coleta seletiva, e a utilização de estratégias para a recuperação de áreas degradadas tanto na zona rural, quanto na zona urbana, além da promoção da educação ambiental. O programa consistia na colocação de tambores coletores (com especificações de cor para os quatro tipos de resíduos recicláveis: plástico, papel, metal e vidro) em diferentes pontos da cidade para a deposição do lixo orgânico por parte da população e distribuição de material educativo para a população e para as escolas do município (A NOTÍCIA, 1998).

reciclagem do lixo seco, à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento” (PMI, 1999)⁹⁰.

Mesmo após a existência de um órgão ambiental fiscalizador no município, bem como da consciência do Poder Público Municipal quanto à sua responsabilidade para a viabilização de uma política de reciclagem através da “imposição prevista em uma lei aprovada em dezembro de 1996” (JORNAL DOS BAIROS, 2001), nenhuma mudança significativa quanto ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos no município foi concretizada.

Esse fato ocorreu em grande parte, porque o contrato celebrado entre a Prefeitura e a concessionária (Engepasa) assegurava a esta total autonomia quanto à posse do resíduo e, conseqüentemente, também em relação à sua separação. Como era inexistente este tipo de iniciativa por parte da empresa, “a única forma de reaproveitamento dos resíduos sólidos no Município de Itajaí, ainda que incipiente, [era] realizada por meio da catação informal de resíduos [...], mediante a prática inexistente do programa de coleta seletiva” (COLOMBI, 2003, p. 20).

Somente no ano de 2005, com a posse do Prefeito Volnei Morastoni, foi instituído um programa “oficial” de coleta seletiva em Itajaí, o *Lixo Reciclado - Tarifa Zero*, estruturado com base em uma promessa de campanha do prefeito, que se comprometeu a isentar a população da cobrança da taxa de recolhimento do lixo. Esta primeira iniciativa do governo Volnei Morastoni para o tema dos resíduos sólidos urbanos em Itajaí (o *Tarifa Zero*) destinou-se à população que deseja a isenção da cobrança de tarifa do lixo (criada durante a gestão pública anterior), ou seja, beneficia o cidadão que separar o lixo orgânico do reciclável.

O programa de coleta seletiva em Itajaí está sob a responsabilidade da Secretaria de Obras do município, é operacionalizado com recursos financeiros exclusivamente municipais, e engloba o programa municipal de gerenciamento de resíduos que envolve as atividades de coleta, transporte e limpeza urbana (informação verbal)⁹¹. Cumpre salientarmos que o programa, assim como todos os outros disponibilizados pela Prefeitura⁹², são desenvolvidos pela Secretaria de

⁹⁰ “Atualmente, as políticas de limpeza urbana estão sob a responsabilidade da Secretaria de Obras, assim como a coleta seletiva. A FAMAI tem atuado na fiscalização, orientação e também em programas de educação ambiental, ou seja, no que se refere ao gerenciamento e fiscalização quanto à disposição final (Aterro Sanitário). Em relação à compostagem já chegamos a discutir alguma coisa, mas ainda não há nada definido. Informação obtida por meio da entrevista realizada com a assessora de gestão da FAMAI, em Itajaí (SC), em dezembro de 2006”.

⁹¹ Informação obtida por meio da entrevista realizada com a assessora de gestão da FAMAI, em Itajaí (SC), em dezembro de 2006.

⁹² Para maiores informações sobre os programas de governo em Itajaí, acessar: www.itajai.sc.gov.br

Governo e, no caso específico, juntamente com a Secretaria de Obras que tem como principal função “fiscalizar a empresa concessionária e manter os serviços a contento da população, atendendo ao contrato para que a população seja beneficiada” (informação verbal).⁹³

Em âmbito institucional, os responsáveis e intermediários pela campanha de reciclagem são a Prefeitura, a Secretaria de Obras e Serviços Municipais, a FAMAI e as empresas concessionárias Engepasa Ambiental⁹⁴ e XR Reciclagem (PMI, 2007). Cabe ressaltar que a Engepasa Ambiental não é responsável pela coleta de entulhos, isso é de competência da Prefeitura (informação verbal)⁹⁵.

Segundo a Secretaria de Obras de Itajaí, o *Lixo Reciclado - Tarifa Zero* iniciou com o envio de:

[...] uma carta de adesão para ser preenchida [pelos contribuintes] com os dados [pessoais] e do imóvel [com o objetivo de que os contribuintes assumissem], o compromisso de separar o lixo orgânico do lixo reciclável. Para permanecer no programa o morador deveria colocar em um saco o lixo orgânico (restos de comida, de frutas, pó de café, folhagens, entre outros), o lixo do banheiro e as embalagens não recicláveis. Em outro saco, o lixo seco (papel, plásticos, metais e vidros) que podem ser colocados todos juntos. Uma vez por semana o caminhão da Coleta Seletiva passa em todas as ruas, conforme a tabela de horários distribuída à população e que está, também, disponível no site da Prefeitura. A coleta de lixo comum continua a ser realizada nos mesmos dias já conhecidos pela Comunidade itajaiense (PMI/SECRETARIA DE OBRAS, 2007).

Ainda segundo a Secretaria de Obras, o programa:

É a principal política pública na área de resíduos em Itajaí, pois, através da reciclagem do lixo, tem-se a diminuição da quantidade de lixo enviada para o aterro sanitário, aumentando seu tempo de vida útil, além de promover a conscientização da população por meio da divulgação de folders; de palestras nas escolas (juntamente com a FAMAI) etc., neste ano ainda, pretendemos apresentar essas palestras para as associações de bairro, às igrejas etc. informando e conscientizando melhor a população sobre a questão da

⁹³ Informação obtida por meio da entrevista realizada com o gerente de gestão da Secretaria de Obras da PMI, em Itajaí (SC), em janeiro de 2007.

⁹⁴ A Engepasa faz a coleta do lixo orgânico e deposita no aterro sanitário; e também coleta o lixo reciclável (informação verbal com base na entrevista realizada com o gerente de gestão da Secretaria de Obras da PMI, em Itajaí (SC), em janeiro de 2007).

⁹⁵ Informação obtida por meio da entrevista realizada com o gerente de gestão da Secretaria de Obras da PMI, em Itajaí (SC), em janeiro de 2007.

reciclagem, da vida útil do aterro e dos seus benefícios para o meio ambiente em Itajaí (informação verbal)⁹⁶.

A FAMAI indica que existem outros projetos relacionados a resíduos sólidos em Itajaí: “plano de encerramento e pós-encerramento do antigo aterro sanitário; plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção; fiscalização durante 24 horas no aterro sanitário; educação ambiental e um plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos” (informação verbal)⁹⁷.

De acordo com a Secretaria de Obras, o material reciclável recolhido pela Engepasa é distribuído entre a empresa concessionária XR Reciclagem⁹⁸ e entre a COOPERFOZ, sendo que ambas são encarregadas de separar e vender o lixo que também pode ser coletado pelos catadores informais antes do recolhimento feito pelos caminhões específicos da coleta seletiva (PMI/SECRETARIA DE OBRAS, 2007).

Até o presente momento, a campanha vem sendo bem sucedida em termos de adesão, com a participação de 92% da população (em 2005). Já os números de 2006 apontaram um percentual de 96% de adesão, ou seja, 158.112 habitantes residentes na área urbana e 838 habitantes da área rural foram beneficiados (PMI/SECRETARIA DE OBRAS, 2007)⁹⁹.

A divulgação por meio do rádio, televisão, folders, e pelo envio de uma carta a cada munícipe, ajudou nesse processo, pois aqueles materiais de adesão possuem conteúdos explicativo, educativo e informativo. Esses números representam que, atualmente, já existe um reconhecimento por parte da população sobre o programa de coleta seletiva (informação verbal)

100

⁹⁶ Informação obtida por meio da entrevista realizada com o gerente de gestão da Secretaria de Obras da PMI, em Itajaí (SC), em janeiro de 2007.

⁹⁷ Informação obtida por meio da entrevista realizada com a assessora de gestão da FAMAI, em Itajaí (SC), em dezembro de 2006.

⁹⁸ A XR é uma empresa privada de triagem em Itajaí, ou seja, só não faz a reciclagem, porque não dispõe de usina. A XR é importante porque recebe a maior parte do lixo reciclável que a Engepasa recolhe, e é uma empresa que dispõe de licença ambiental para o exercício de sua atividade, ou seja, está apta para operar; então juntamente com a COOPERFOZ, ela separa e vende o lixo (informação verbal com base na entrevista realizada com a assessora de gestão da FAMAI, em Itajaí, em dezembro de 2006).

⁹⁹ Convém ressaltar, que a Secretaria de Obras é a responsável por fiscalizar a separação dos resíduos nas residências, um trabalho que é feito por 10 estagiários, através de amostragem (3-4 ruas por bairro), já com os condomínios a experiência ainda não tem sido bem sucedida. Para suprir esse problema, a Secretaria planeja fazer uma parceria com os síndicos (informação verbal com base na entrevista realizada com o gerente de gestão da Secretaria de Obras da PMI, em Itajaí, em janeiro de 2007).

¹⁰⁰ Informação obtida por meio da entrevista realizada com o gerente de gestão da Secretaria de Obras da PMI, em Itajaí, em janeiro de 2007.

Outro fator importante é que, desde a implantação do programa, foi possível obter uma redução de 500 toneladas de resíduos a serem depositadas mensalmente no aterro sanitário, sendo que, dentre esse total, 150 toneladas foram coletadas pela empresa concessionária e 350 toneladas pelos catadores de rua (PMI/SECRETARIA DE OBRAS, 2007).

Além da política municipal de reciclagem, a Prefeitura Municipal de Itajaí também procurou amenizar a problemática que envolve a deposição dos resíduos, inaugurando um novo aterro sanitário na cidade, pois, segundo a Secretaria de Obras, são coletadas, anualmente, 48 mil toneladas de resíduos e 1.800 mil toneladas de lixo reciclável (informação verbal)¹⁰¹.

O mais recente aterro sanitário de Itajaí (Figuras 13; 14) está situado no Bairro da Canhaduba, próximo ao local do antigo aterro que foi desativado em julho de 2006, sendo que, durante seu tempo de vida útil, recebeu 1.000.000 (um milhão) de toneladas de resíduos (ver Figuras 8; 9;10;11;12) (FAMAI, 2007).



Figura 13 – Novo Aterro Sanitário da Canhaduba, inaugurado em 2006.
Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí. www.itajai.sc.gov.br

¹⁰¹ Informação obtida por meio da entrevista realizada com o gerente de gestão da Secretaria de Obras da PMI, em Itajaí, em janeiro de 2007.



Figura 14 – Novo Aterro Sanitário da Canhanduba, inaugurado em 2006.
Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí. www.itajai.sc.gov.br

A partir de 2006, a Engepasa passou a depositar o lixo¹⁰² no novo aterro (situado na posição norte do antigo), que recebe “um tratamento fisioquímico para a gestão do chorume que é decantado antes de ser despejado novamente na rede. O lixo é compactado e depois coberto por uma camada de argila” (informação verbal)¹⁰³. O aterro sanitário é operado pela Engepasa Ambiental, sendo que o tempo de vida útil previsto é de 23 anos¹⁰⁴.

Segundo o Ministério Público Federal em Itajaí, o antigo aterro sanitário (também denominado lixão), ainda busca adequação com a lei, de modo que “há medidas a serem tomadas pelo município e pela Engepasa para o correto encerramento do antigo lixão, a fim de evitar maiores problemas ao meio ambiente”. Já em relação ao novo, “parte-se do pressuposto de que a obra e o funcionamento iniciaram-se regularmente”¹⁰⁵.

Sendo assim, impõe salientar que a Prefeitura Municipal de Itajaí responde a uma Ação Civil Pública referente às atividades do chamado antigo lixão, cujo objeto é a apuração de

¹⁰² Esta informação refere-se aos municípios de Itajaí, Balneário Camboriú e, mais recentemente, de Itapema. A utilização do aterro para a deposição dos rejeitos de Balneário Camboriú decorre da década de 1990, quando foi firmado um consórcio intermunicipal entre os dois municípios. Ressalte-se que esta prática é responsável pelo aumento do volume de rejeitos depositados no aterro, principalmente durante os meses da chamada alta temporada de veraneio, na qual, a cidade turística de Balneário Camboriú duplica a população (A NOTÍCIA, 1999; FAMAI, 2006). Itajaí, recentemente aceitou receber os resíduos de Itapema por uma questão econômica, e pelo fato de o aterro dispor de espaço. Ressalte-se que Itapema não faz a coleta seletiva, fazendo com que resíduos recicláveis venham a ser depositados no aterro de Itajaí.

¹⁰³ Informação obtida por meio da entrevista realizada com o gerente de gestão da Secretaria de Obras da PMI, em Itajaí (SC), em janeiro de 2007.

¹⁰⁴ Informação obtida por meio da entrevista com a Engepasa Ambiental em março de 2007.

¹⁰⁵ Informação obtida por meio da entrevista com o Ministério Público Federal em Itajaí, em março de 2007.

possíveis danos ambientais causados pela deposição irregular de resíduos, assim como a sua conseqüente e devida reparação. Nesse sentido, cabe observar que o registro da Ação Civil Pública de número 2000.72.08.0021640, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) em 31 de agosto de 2000, aponta como objetivo:

A condenação do Município na obrigação de adequada prestação do serviço de coleta e deposição dos resíduos sólidos produzidos em seu território, em atendimento às normas legais e regulamentares, bem como sua condenação ao ressarcimento, em espécie, dos danos ambientais irreversíveis causados pela disposição irregular dos resíduos sólidos.

Note-se que, no curso da referida ação, foi realizado acordo entre o Município e o MPF, no qual se convencionou que seriam adotadas diversas medidas para amenizar os impactos ambientais gerados pela deposição de resíduos sólidos no denominado “Lixão”, transformando-o em aterro controlado, até seu posterior encerramento, diante da instalação de um novo aterro sanitário.

Para acompanhamento do procedimento de licenciamento e instalação do novo aterro sanitário, foi aberto o Procedimento Administrativo n. 1.33.008.000305/2003-04¹⁰⁶.

Além disso, segundo informações obtidas junto ao MPF de Itajaí: “tem-se, com efeito, que há, historicamente, o despejo de materiais resultantes da atividade do lixão em desacordo com a lei, o que caracteriza o crime do art. 54 da Lei n. 9.605/98”¹⁰⁷.

3.2.2 COOPERFOZ: PASSADO E PRESENTE

No mês de junho em 2001, durante o governo do Prefeito Jandir Bellini (2000-2004), foi fundada a Cooperativa de Coletadores de Material Reciclável da Foz do Rio Itajaí (COOPERFOZ). Desde seu início, a Cooperativa recebeu apoio institucional da Prefeitura Municipal para o pagamento das contas de luz, água e aluguel do galpão, além de incentivo ao ingresso de novos catadores, promovendo alguns cursos ministrados pela Organização das Cooperativas de Santa Catarina (OCESC) (FAMAI, 2006).

A Prefeitura também cedeu para a Cooperativa uma prensa enfardadeira com capacidade de 15 toneladas, uma esteira elétrica transportadora para triagem de 12 m de comprimento, equipada com motor 5CV, 10 carrinhos pedalecos para a

¹⁰⁶ Informação obtida por meio da entrevista com o Ministério Público Federal em Itajaí, em março de 2007.

¹⁰⁷ Informação obtida por meio da entrevista com o Ministério Público Federal em Itajaí, em março de 2007.

coleta, 10 bicicletas e uma balança romana composta com capacidade de 500 kg (FAMAI, 2006).

A Prefeitura Municipal também apoiou a Cooperativa através de alguns convênios, firmados em 2002, com a Unimed, a Petrobrás e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, os quais doavam seu resíduo reciclável à entidade.

Por outro lado, Colombi (2003) aponta certa dissonância quanto ao apoio institucional voltado para o incentivo ao cooperativismo entre os catadores. Durante a realização de seu trabalho de campo, a pesquisadora identificou que, dentre os catadores informais entrevistados, 56% desconheciam a existência da Cooperativa. (COLOMBI, 2003.).

As atividades da COOPERFOZ estenderam-se entre o período de 2001 a 2005¹⁰⁸. A partir de 2005 (ano em que o Prefeito Volnei Morastoni assumiu o comando da Administração Municipal, e que também foi instituído o programa de coleta seletiva *Lixo Reciclado - Tarifa Zero*), começam a surgir sérios problemas na Cooperativa, os quais implicaram seu fechamento em 2005 até meados de 2006.

Segundo a imprensa local, a Cooperativa já estava fragilizada antes da implantação do programa de coleta seletiva, “principalmente por falta de apoio” da Prefeitura Municipal (DIARIO DO LITORAL, 2005a) que não repassava os recursos financeiros (repassados na gestão anterior), para a manutenção dos carrinhos e do automóvel utilizado para a coleta¹⁰⁹. Estes recursos também se destinavam à alimentação dos catadores. Dessa forma, “sem condições de fazer a coleta, o lixo reciclado acabou se amontoando nas empresas e residências, indo parar no aterro sanitário [...], e os catadores ficaram sem sua fonte de renda” (DIARIO DO LITORAL, 2005b)¹¹⁰. Um outro problema, em virtude da escassez de material, obrigou a Cooperativa a vender o que coletava para atravessadores, diminuindo o percentual de lucro (MARCON, 2005).

¹⁰⁸ Um fator contrastante durante a gestão municipal do governo Jandir Bellini, foi que mesmo com a criação da cooperativa, foi renovado, o contrato que permitia a Engepasa, continuar descartando os resíduos no aterro sanitário, sem a obrigação de doar qualquer percentual a cooperativa.

¹⁰⁹ Cabe salientar, que em meados de 2004, cerca de um ano antes da crise, a cooperativa contava com 25 cooperados e dez carrinhos, e o lixo recolhido (aproximadamente 1% do material reciclável encontrado em Itajaí), gerava uma renda individual de R\$ 350,00 para cada cooperado (DIARIO DO LITORAL, 2005a; b).

¹¹⁰ Durante este mesmo período, as denúncias de abandono (feitas à imprensa local), que partiram da presidente da cooperativa em relação à Prefeitura Municipal, culminaram com o desligamento da presidente da função e para a decadência da Cooperfoz (DIARIO DO LITORAL, 2005b), que continuou fragilizada mesmo após a posse de uma outra presidente.

Por outro lado, a FAMAI (2006) aponta que o fechamento da Cooperativa (ocorrido após a implantação do programa de coleta seletiva) não estava relacionado à falta de resíduos para revenda, pois seu galpão encontrava-se “lotado de matéria-prima”, mas, pelos seguintes fatores:

- a) ausência de formação intensiva em gerenciamento aos diversos grupos dirigentes, que estiveram à frente da COOPERFOZ. Fato que proporciona condições desfavoráveis à administração da cooperativa;
- b) surgimento de diversos armazéns de coleta na cidade, o que desestimulou os cooperados, propiciando também instabilidade no rendimento dos mesmos. Esta situação gera uma flutuação no mercado de recicláveis, que não mantém os preços estáveis;
- c) fragilidade no setor contábil administrativo da cooperativa (FAMAI, 2006).

Em virtude dessa problemática, ocorreu o desligamento de todos os cooperados que atuavam na COOPERFOZ. Assim, partiu da gestão pública atual, juntamente com uma Organização não-governamental (ONG) local¹¹¹, a iniciativa de reestruturação da Cooperativa.

Após a implantação do programa *Lixo Reciclado - Tarifa Zero*, a Prefeitura Municipal passou a ater-se mais aos problemas direcionados aos catadores, através de um trabalho deliberativo que foi intitulado *GT - LIXO*¹¹² (atualmente desativado)¹¹³.

As reuniões do referido grupo tiveram um caráter propositivo quanto às ações que poderiam ser tomadas pelas secretarias municipais para o equacionamento do problema entre os resíduos e os catadores, visando à reestruturação da Cooperativa que, a partir de agosto de 2006, com a posse da nova presidente, passou somente a fazer o trabalho de triagem dos resíduos sólidos recicláveis encaminhados pela Engepasa, por meio do programa *Lixo Reciclado - Tarifa Zero*.

Atualmente, as questões que envolvem diretamente a Cooperativa estão sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEDEER) da Prefeitura Municipal de Itajaí¹¹⁴, que buscou prestar auxílio à Cooperativa, com o intuito de gerar

¹¹¹ A ONG é denominada Centro de Direitos Humanos de Itajaí (CDHI).

¹¹² Informação verbal extraída durante os primeiros contatos informais feitos com os técnicos da prefeitura.

¹¹³ Segundo informações obtidas na entrevista realizada com a assistente de gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda da PMI, em Itajaí, em janeiro de 2007, o grupo era formado por representantes de algumas Secretarias Municipais e de algumas entidades, mas o trabalho não avançou em virtude do remanejamento de cargo de muitos dos envolvidos, não estabelecendo uma participação efetiva dos representantes da Prefeitura.

¹¹⁴ Ressalte-se que a Secretaria foi recentemente criada, durante a gestão do prefeito Volnei Morastoni. Segundo informações obtidas na entrevista com a representante da Secretaria em janeiro de 2007, a mesma foi criada para: “dar suporte aos que pretendem se instalar em Itajaí, ou que tenham a necessidade de obter recursos, procurar por

emprego e renda aliados a uma perspectiva ambiental (informação verbal) ¹¹⁵. A COOPERFOZ tem sido beneficiada especificamente pelos projetos de Economia Solidária e do Cooperativismo, desenvolvidos pela referida Secretaria. No primeiro, a SEDEER tem buscado implementar os princípios da Economia Solidária através do “estímulo, assessoria e acompanhamento de empreendimentos de autogestão” ¹¹⁶. Já no segundo, objetivou fornecer “apoio e fomento ao cooperativismo, prestando assessoria na implantação de cooperativas, acompanhando e fiscalizando aquelas auxiliadas pela prefeitura de Itajaí” (PMI, 2007).

Deve-se salientar que, no caso específico da COOPERFOZ, o projeto que envolve as cooperativas está relacionado ao planejamento do cooperativismo, na medida em que se busca “resgatar e agrupar pessoas dispostas a trabalhar como cooperados”, mostrando novas perspectivas através dos princípios da Economia Solidária, propondo “um outro tipo de economia, de trabalho em grupo, e de distribuição igualitária e justa de renda” (informação verbal) ¹¹⁷.

Seguindo esses direcionamentos, a Secretaria tem trabalhado junto à COOPERFOZ por meio de uma política emancipatória, ou seja, dando-lhes incentivo e apoio, fugindo do caráter assistencialista, sem interferir no trabalho dos catadores. A Secretaria é encarregada de pagar o aluguel do imóvel, fornecer cestas básicas e manter o empréstimo (em termos de contrato de comodato) da prensa, da esteira e da balança, além de promover, para os cooperados, um trabalho de capacitação profissional desenvolvido por uma técnica local do Projeto Universidade Solidária (UNISOL) (informação verbal) ¹¹⁸.

Durante o trabalho inicial de reestruturação em 2006, a COOPERFOZ (que dispõe de registro e estatuto social, conforme apresentado no Anexo B), contava com somente quatro cooperados. No início de 2007, o número avançou para 18 (16 mulheres e dois homens) não cumprindo o limite inferior em relação ao número de cooperados, conforme estabelecido no

emprego etc. através de um trabalho de apoio e assistência”, ou seja, direciona-se a geração e manutenção do emprego e renda para a população de Itajaí.

¹¹⁵ Informação obtida por meio da entrevista realizada com a assistente de gestão da Secretaria de Emprego e Renda da PMI, em Itajaí, em janeiro de 2007.

¹¹⁶ Convém salientar que a proposta de Economia Solidária, com base nos direcionamentos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), “ainda não é uma proposta muito avançada em nível local, ainda está por se concretizar”. Informação obtida com base na entrevista realizada com a assistente de gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda da PMI, em Itajaí, em janeiro de 2007.

¹¹⁷ Informação obtida por meio da entrevista realizada com a assistente de gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda da PMI, em Itajaí, em janeiro de 2007.

¹¹⁸ Informação obtida por meio da entrevista realizada com a assistente de gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda da PMI, em Itajaí, em janeiro de 2007.

Estatuto Social da Cooperativa (ver Anexo B). Os rendimentos mensais dos cooperados giram em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 600,00 (seiscentos reais), e variam conforme o volume de resíduos vendidos. Nenhum dos cooperados contribui para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ou qualquer outro tipo de plano de aposentadoria ou previdência, descumprindo também, as normas estabelecidas no art. 3 do Estatuto Social da Cooperativa (ver Anexo B).

Atualmente, a Cooperativa tem buscado melhorias, através da iniciativa da presidente em estabelecer parcerias com empresas da Região; assim como a organização quanto ao número de cooperados (através de fichas de matrícula); e da criação de um fundo de reserva para o cooperativismo (que envolve custos com possíveis acidentes e o pagamento de férias para os cooperados); para tal, a presidente tem mantido contato constante com o contador da Cooperativa¹¹⁹ para que este fundo seja descontado em pequenas parcelas e siga as normas (do estatuto da Cooperativa). Dessa forma, a COOPERFOZ tem procurado seguir, normalmente, suas atividades.



Figuras 15 e 16 – Estrutura interna da COOPERFOZ. Destaque para a esteira (aos fundos) e para o material prensado, pronto para revenda¹²⁰.
Fonte: Arquivo próprio.

¹¹⁹ Remunerado pelos próprios cooperados.

¹²⁰ Os cooperados encontravam-se em horário de almoço durante a realização das fotografias.

CAPÍTULO IV

DEBATE PÚBLICO SOBRE ALTERNATIVAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ITAJAÍ

Neste capítulo, o objetivo é, com os resultados obtidos na pesquisa de campo, identificar e analisar as ações em confronto e as ações convergentes entre os principais atores sociais inseridos no arranjo institucional das políticas públicas relacionadas à experiência da gestão de resíduos em Itajaí, assim como as observações mais relevantes, feitas pelos outros atores sociais inseridos neste contexto.

4.1 ENTREVISTAS

Como parte integrante dos procedimentos metodológicos deste trabalho, realizamos uma série de entrevistas com os principais atores sociais envolvidos na atual gestão de resíduos sólidos urbanos em Itajaí. Preliminarmente, a pesquisa se iniciou em 2005, através de contatos informais feitos com alguns funcionários da Prefeitura Municipal lotados nas secretarias municipais encarregadas do tema da gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Ao longo dos anos 2005 e 2006, procuramos manter este contato, para acompanhar o desenvolvimento da política pública deste setor. Já no início de 2007, após a reestruturação da COOPERFOZ, estendemos estes contatos até outros atores sociais por meio da realização de entrevistas formais, atendendo a um roteiro com perguntas abertas, com perguntas estruturadas e semi-estruturadas (TRIVIÑOS, 1987), ou seja, que foram parcialmente modificadas durante a entrevista (ver Apêndices A, B, C, D, E, G, H, I, J, L). Vale lembrar que a tentativa de realizar entrevistas com catadores autônomos/informais (ver Apêndice F) não teve êxito, já que os mesmos não se mostraram dispostos a colaborar nesse sentido. Uma estratégia diferente, etnográfica, que exigiria um tempo maior, seria necessária, porém não compatível com a cronologia de realização desta pesquisa.

Assim, restringimos nosso foco para os catadores cooperados/formais. É relevante ressaltar que, não existe dados oficiais sobre os catadores autônomos/informais no município, o que impossibilitou a identificação de quantas pessoas exercem este ofício em Itajaí.

Conforme já citado, os roteiros de entrevistas desta pesquisa diferenciaram-se nos quesitos aberto, estruturado e semi-estruturado. Este tipo de metodologia foi empregado, considerando especialmente, a possibilidade de obtenção de informações com os representantes das instituições selecionadas (Poder Público Municipal, MPE, MPF, Engepasa Ambiental, SENAC Social), com os sucateiros e com os catadores cooperados/formais.

No total, conforme apresentado no Quadro 4, foram realizadas 18 (dezoito) entrevistas, das quais, as 5 (cinco) realizadas com os gestores públicos (FAMAI, Secretaria de Obras e SEDEER) com a representante do MPE e com a presidente da COOPERFOZ, foram gravadas e posteriormente transcritas. As entrevistas realizadas com os demais catadores cooperados/formais, não foram gravadas. As entrevistas com a Engepasa Ambiental, com o SENAC Social e o com MPF, foram feitas por correio eletrônico (e-mail), mediante prévio contato telefônico.



Figura 17 - Grupo de atores sociais selecionados para esta pesquisa.
 Fonte: Elaboração própria.

A seguir, apresentamos um quadro que compõe todos os entrevistados que foram (através dos dados obtidos durante a fase de realização de entrevistas) analisados nesta pesquisa. Os entrevistados (com exceção dos catadores cooperados/formais, que terão suas respostas sintetizadas em um quadro), serão citados na pesquisa de acordo com a sigla correspondente¹²¹, conforme apresentado no Quadro 4, que especifica cada um deles.

¹²¹ Convém destacar que elaboramos para a presidente da COOPERFOZ um conjunto de questionamentos diferenciados dos demais cooperados, que será demonstrado adiante. Um cooperado não quis participar da pesquisa.

Convém salientar que nenhum dos entrevistados (com exceção de uma catadora cooperada), se opôs a uma possível identificação, portanto, optamos por apresentar também o cargo/função desempenhado.

ENTREVISTADOS	ORGANIZAÇÃO	CARGO / FUNÇÃO
Entrevistado 1 (E1)	Pref. Mun. De Itajaí / FAMAI	Assessora de Gestão da Diretoria de Resíduos e Recursos Hídricos
Entrevistado 2 (E2)	Pref. Mun. De Itajaí / SEDEER	Assistente de Gestão
Entrevistado 3 (E3)	Pref. Mun. De Itajaí / Secretaria Obras e Serviços Municipais	Gerente de Gestão
Entrevistado 4 (E4)	Ministério Público de SC	Promotora de Justiça
Entrevistado 5 (E5)	Ministério Público Federal	Procurador da República
Entrevistado 6 (E6)	Engepasa Ambiental / SA	Engenheiro/Gerência Regional de Itajaí
Entrevistado 7 (E7)	COOPERFOZ	Presidente/Cooperado
Entrevistado 8 (E8)	COOPERFOZ	Vice-Presidente/Cooperado
Entrevistado 9 (E9)	COOPERFOZ	Cooperado
Entrevistado 10 (E10)	COOPERFOZ	Cooperado
Entrevistado 11 (E11)	COOPERFOZ	Cooperado
Entrevistado 12 (E12)	COOPERFOZ	Cooperado
Entrevistado 13 (E13)	COOPERFOZ	Cooperado
Entrevistado 14 (E14)	COOPERFOZ	Cooperado
Entrevistado 15 (E15)	COOPERFOZ	Cooperado
Entrevistado 16 (E16)	Empresa de Sucatas 1	Proprietário / Micro Empresário
Entrevistado 17 (E17)	Empresa de Sucatas 2	Proprietário/ Micro Empresário
Entrevistado 18 (E18)	SENAC Social	Assistente Técnico/Articulador de Projetos

Quadro 4 – Entrevistados selecionados para a pesquisa.
Fonte: Elaboração própria.

No trabalho de interpretação e análise dos dados empíricos da pesquisa, optamos pela separação dos entrevistados em diferentes grupos (conforme apresentado no Quadro 4), para buscar maior esclarecimento (em relação à política de resíduos implantada em Itajaí), sobre a percepção de cada grupo de atores sociais entrevistados.

No entanto, vamos colocar em destaque somente o grupo temático dos gestores públicos e dos catadores cooperados. Os dados colhidos junto aos outros entrevistados complementam os

dados obtidos junto aos dois principais grupos (destacados em negrito na Figura 17). Nesse sentido, vale lembrar que as entrevistas realizadas com o MPF¹²² (isto ocorreu em fevereiro de 2007) e o MPE¹²³ (isto ocorreu em dezembro de 2006) objetivaram a identificação dos problemas referentes ao gerenciamento de resíduos no município, assim como a representação dessas instituições no que diz respeito ao referido tema. Já a entrevista realizada com a Engepasa Ambiental (isto ocorreu em abril de 2007) objetivou a identificação da forma de atuação da empresa em Itajaí, antes e após a implantação do programa *Lixo Reciclado – Tarifa Zero*.

As informações obtidas nas entrevistas com os sucateiros¹²⁴ (isto ocorreu em janeiro de 2007) objetivaram a identificação de possíveis alterações na quantidade de resíduos após a implantação do programa de coleta seletiva, mas, segundo o posicionamento deles, o ritmo de trabalho não sofreu alteração após o programa *Lixo Reciclado - Tarifa Zero*. A entrevista

¹²² Segundo o E5, “o MPF é responsável pela defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, incluindo-se a defesa do meio ambiente na categoria de interesses difusos, porquanto pertencente a um número indeterminado de beneficiários. Ressalte-se que o direito ao meio ambiente equilibrado pertence às presentes e futuras gerações, nos termos do art. 225, “caput”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Destaque-se, também, que o MPF atua nas causas em que existe interesse direto e específico da União Federal, autarquias e empresas públicas federais, de competência da Justiça Federal, conforme dispõe o art. 109, I, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Ministério Público Estadual a defesa do meio ambiente quando não restar configurado esse interesse. A legitimidade da referida atuação vem, também, das leis que regem as carreiras do Ministério Público Federal e Estadual.

Registre-se, pois, que o Ministério Público atua como fiscal da lei. A defesa dos aludidos direitos difusos, bem como a sua vocação constitucional para a guarda do ordenamento jurídico permitem iniciativas judiciais e extrajudiciais tendentes a buscar as responsabilizações penal, cível e administrativa por eventuais danos causados ao meio ambiente. Tal apuração não se dirige tão-somente a particulares, mas também a entes públicos e seus representantes, sendo certo que o Ministério Público não pertence a nenhum dos três poderes previstos na Constituição Federal (Legislativo, Judiciário e Executivo). Os membros do Ministério Público têm autonomia e independência funcional, devendo satisfação à sociedade, sem que se possa afastar do fiel cumprimento da Constituição e das leis”.

¹²³ Em Santa Catarina “existe uma iniciativa do MPE intitulada *Lixo Nosso de Cada Dia*, que é um programa de âmbito estadual iniciado há alguns anos; é um programa contínuo e, desde que foi instituído, sustenta as ações do MP em Itajaí. Por força deste programa é que os antigos lixões foram desativados e novos aterros sanitários foram implantados dentro do que preconizam as normas ambientais, como as resoluções do CONAMA etc. Sendo assim, de uma forma difusa, é a iniciativa que direciona o acompanhamento que nós temos aqui. Podemos dizer que esse programa foi o “sacode” institucional para as questões que envolvem o lixo no estado de SC”, aponta o E4.

¹²⁴ Não existe nenhum tipo de registro nos órgãos públicos quanto ao número total de sucateiros em Itajaí. Nesse sentido, recorremos à lista telefônica, e a Vigilância Sanitária (que não dispõe de cadastro oficial). Dentre as tentativas via lista telefônica e Vigilância Sanitária, foi possível identificar 9 (nove) depósitos no município. Previamente fizemos contato telefônico com cada um deles, mas muitos se esquivaram de uma possível entrevista, além de alguns depósitos que alegaram não trabalhar com a compra de sucatas advindas de catadores ou da COOPERFOZ. Referindo-se também aos sucateiros, o E2 explica que “existe a preocupação da Prefeitura em relação aos depósitos de sucata, pois muitos deles podem estar atuando irregularmente. Desse modo, vamos trabalhar em 2007, para que seja feita a identificação e localização de todos os depósitos que existem em Itajaí, na tentativa de regularizá-los através da concessão de uma licença. Não existe nenhum levantamento quanto ao número de depósitos, apenas sabemos que se tratam de empresas privadas. Não é que a prefeitura não tenha esse dado, eu é que não tenho, pois estou exercendo há pouco tempo essa função, eu vou procurar buscar se existe alguma estatística do ano passado que eu não localizei ainda”.

realizada como o técnico do SENAC Social (isto ocorreu em julho de 2007), foi relevante para a obtenção de informações referentes ao projeto que a instituição mantém em parceria com catadores de alguns municípios catarinenses. Estas informações contribuíram para a elaboração das sugestões dirigidas ao Poder Público Municipal de Itajaí.

Optamos por esta metodologia, na tentativa de buscar esclarecer qual o tipo de preocupação da Prefeitura Municipal de Itajaí, em contemplar a atuação dos catadores de resíduos sólidos recicláveis, na atual política pública de resíduos, intitulada *Lixo Reciclado - Tarifa Zero*, assim como as diferentes percepções (em relação a essa questão) dos outros atores sociais inseridos nesse contexto.

4.1.1 GESTORES PÚBLICOS:

Foram realizadas entrevistas individuais com três funcionários de três distintas secretarias municipais encarregadas da temática dos resíduos sólidos urbanos e da atuação de catadores inseridos nesse contexto. Isto ocorreu entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007.

Os critérios de elaboração dos roteiros de entrevistas foram diferenciados. Apesar de agrupar algumas perguntas em comum, optamos por elaborar algumas questões diferenciadas, em virtude da especificidade de cada secretaria no tratamento dessa questão. Nesse sentido, tivemos como intuito, obter informações sobre o atual quadro dos resíduos sólidos no município e sua relação com os catadores; assim como também obter dados para a identificação da ideologia¹²⁵ que direciona as especificidades de cada secretaria, além de identificar como é estabelecido o trabalho conjunto de atuação das secretarias para o tratamento desta problemática.

Em primeiro lugar, buscamos pontuar as atribuições específicas de cada uma das secretarias em relação à temática dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em Itajaí:

a) FAMAI: auxiliar na definição de políticas públicas de resíduos; elaborar programas de educação ambiental, assim como o gerenciamento e a fiscalização do aterro sanitário. O departamento responsável, ou seja, o Departamento de Recursos Hídricos e Resíduos é composto

¹²⁵ O termo ideologia compõe num contexto geral, um sistema articulado de idéias, valores, opiniões e crenças de uma determinada sociedade, grupo, classe ou indivíduo. De acordo com Chauí (1994), partindo-se de um ponto de vista teórico, existem diversas concepções para o termo ideologia, que, formam diferentes correntes de pensamento (a dos antigos ideólogos gregos e franceses, a positivista de Augusto Comte, a Marxista etc.), e que podem ser utilizadas para diversas finalidades.

por um diretor, por uma assessora de gestão e por quatro fiscais (que atuam no aterro sanitário, através da fiscalização durante 24 horas)¹²⁶;

b) Secretaria de Obras e Serviços Municipais: fiscalizar a empresa concessionária, manter os serviços de limpeza urbana e coleta do lixo (resíduos orgânicos e recicláveis) a contento da população. O departamento responsável pela gestão dos resíduos é composto por um gerente de gestão e sete estagiários;

c) SEDEER: pagar o aluguel do imóvel onde está localizada a COOPERFOZ e assessorar a Cooperativa (sem envolvimento com a sua organização interna). O departamento responsável, ou seja, o Departamento de Economia Solidária é composto por um diretor, uma assistente de gestão e um assessor.

Cumprе salientar que a Prefeitura Municipal de Itajaí caracteriza-se por apresentar uma estrutura de governo focada na ideologia de um *governo popular*. Para o E1, um governo popular parte de um trabalho em que “todas as políticas públicas atendam aos interesses da população que sempre é consultada para o possível entendimento por parte do governo, das necessidades específicas de cada local”, ou seja, como sustenta o E3: “é uma administração não só voltada para os problemas grandes da cidade, mas que atenda também aos pequenos problemas dos mais diferenciados segmentos sociais”, o que consolida “a inclusão da participação popular na formulação de políticas públicas que atendam aos interesses do município”, diz o E2.

O consenso entre os gestores, no que se refere ao foco de atuação, está centrado em uma estrutura de *governo popular*, que tem sua origem no bojo dos movimentos sociais, intensificados por meio da reivindicação da cidadania, fortalecida pela necessidade de inserção da “sociedade civil na vida política do país”, questionando o “Estado como protagonista da gestão pública, bem como a idéia de ‘público’ como sinônimo de ‘estatal’” (PAULA, 2005b, p. 115).

Essa ideologia, baseada na vertente “societal” apresentada nos estudos de Ana Paula Paes de Paula (2005a; 2005b), contrapõem-se à vertente “gerencial”, introduzida no Brasil em meados da década de 1990, pelo ex-Ministro da Economia Luís Carlos Bresser-Pereira. A vertente “gerencial” caracterizava-se por apresentar:

¹²⁶ A FAMAI também trabalha conjuntamente com o IBAMA e a FATMA - respectivamente os dois órgãos ambientais mais importantes em instância Federal e Estadual. O trabalho da FAMAI com esses órgãos entra em operação quando “alguns tipos de licenciamento cabem a competência desses órgãos [...], ou seja, em algumas ações torna-se necessário que a atuação desses órgãos seja feita de maneira conjunta. Nesse sentido, vale lembrar que por mais que os órgãos federal e estadual sejam responsáveis por algum tipo de licenciamento, cabe ao órgão municipal a competência de fiscalização. Geralmente, à atuação ocorre através de parcerias, sendo essas, necessárias e constantes”, ressalta o E1.

a) descentralização do aparelho de Estado, que separa as atividades de planejamento e execução do governo e transforma as políticas públicas em monopólio dos ministérios; b) privatização das estatais; c) terceirização dos serviços públicos; d) regulação estatal das atividades públicas conduzidas pelo setor privado; e) uso de idéias e ferramentas gerenciais advindas do setor privado” (PAULA, 2005, p. 47).

Já a vertente “societal”, é caracterizada como símbolo de um governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de modo que, a ideologia da “administração pública societal” baseia-se em experiências alternativas de gestão pública realizadas no âmbito do Poder Local no Brasil, como os *Conselhos Gestores Municipais*¹²⁷ e o *Orçamento Participativo*¹²⁸; portanto, torna-se a principal responsável pela abertura democrática que contribui na redefinição de muitos arranjos institucionais e estabelece novas diretrizes para o Planejamento Governamental e, conseqüentemente, para a formulação de políticas públicas.

Essa abertura a uma dimensão sociopolítica representa a capacidade de

[...] conciliar os dois aspectos que circundam o exercício da cidadania: a inclusão socioeconômica, que abrange os direitos constitucionais como trabalho, educação e saúde e a inclusão sóciopolítica, que se refere à participação dos cidadãos nas decisões de natureza pública que afetam a vida social no presente e no futuro (PAULA, 2005b, p. 115).

No entanto, essa vertente caracteriza-se pela falta de abordagem da dimensão ambiental (o que, aliás, também ocorre com o modelo de administração pública gerencial), mas permite a introdução de uma “abordagem socioambiental que pressupõe a democracia participativa” (BOEIRA, 2003, citado por BOEIRA *et al.*, 2006, p. 16).

¹²⁷ Os Conselhos Gestores Municipais “são órgãos consultivos, deliberativos e, em alguns casos, de recursos, que funcionam como órgãos superiores das Políticas Municipais [...]; no que tange ao meio ambiente, atendem às questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente. Normalmente, apresentam participação partidária da administração municipal e da sociedade civil organizada” (SOUZA *et al.*, 2003, p. 73).

¹²⁸ “O Orçamento Participativo é uma experiência de gestão pública com base na participação direta da população na elaboração e execução do orçamento público. Isso ocorre principalmente na escolha das prioridades dos investimentos municipais [...] hoje, a gestão orçamentária participativa é reforçada pelos dispositivos do Estatuto da Cidade e da Lei de Responsabilidade Fiscal, que incentivam a participação popular e requerem a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do Plano Plurianual, da Lei de diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, como condição para a aprovação da lei orçamentária pela Câmara Municipal” (SOUZA *et al.*, 2003, p. 83).

Conforme é possível perceber no quadro abaixo, que compara os dois modelos, a perspectiva socioambiental não consta em nenhum deles:

Variável	Administração Pública Gerencial	Administração Pública Societal
Origem	Movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense.	Movimentos sociais brasileiros, que tiveram início nos anos 1960 e desdobramentos nas três décadas seguintes.
Projeto Político	Enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.	Enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão.
Dimensões estruturais enfatizadas na gestão	Dimensão econômico-financeira e institucional-administrativa.	Dimensão sociopolítica.
Organização administrativa do aparelho do Estado	Separação entre as atividades exclusivas e não exclusivas do Estado nos três níveis governamentais.	Não tem uma proposta para a organização do aparelho de Estado e enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública.
Abertura das instituições políticas à participação social.	Participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.	Participativo no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular.
Abordagem de gestão	Gerencialismo: enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.	Gestão social: enfatiza a elaboração de experiências de gestão participativas.

Quadro 5 - Comparação entre modelos de administração pública: gerencial e societal
 Fonte: PAULA (2005b, p. 175)

Em Itajaí, foi possível identificar que, apesar do discurso institucional apontar para a perspectiva societal, a ideologia gerencial ainda persiste como uma das formas da administração pública vigente, tendo em vista que a problemática que envolve os resíduos sólidos urbanos não ultrapassa a esfera institucional público-privada, com destaque para a vinculação entre a prefeitura e a empresa Engepasa.

Esse acontecimento decorre do fato de que, a problemática dos resíduos sólidos e, conseqüentemente, a atuação dos catadores de materiais recicláveis não são questões debatidas no Programa do Orçamento Participativo do Município¹²⁹; e nem levadas à discussão por meio do Conselho Municipal do Meio Ambiente – que, aliás, não está em funcionamento¹³⁰; e também porque os catadores não são consultados na elaboração das políticas de RSU¹³¹.

Em relação ao Conselho de Meio Ambiente, o E1 informa:

O Conselho está sendo reestruturado, estamos contatando as entidades participantes [...] o que era só consultivo vai passar a ser consultivo e deliberativo, estamos fazendo uma readequação da lei, algumas entidades estão sendo adicionadas e outras retiradas, então no próximo ano ele deve estar em funcionamento.

Ainda segundo o E1, a problemática dos resíduos sólidos em Itajaí será tratada no novo Plano Diretor do Município¹³², no qual constará um capítulo específico “que trata do saneamento: água, esgoto e resíduos (amplamente elaborado e discutido); no caso dos resíduos, faz parte

¹²⁹ Informação obtida via contato telefônico em novembro de 2006, junto ao Setor específico da Prefeitura Municipal, responsável pelo Programa do Orçamento Participativo. Segundo o E1, “esse problema ocorre porque no OP é a população que deve apresentar os problemas, não constituindo um dever do município. Vários fóruns de discussões são realizados para se definir quais os principais problemas, ou seja, para onde devem ser direcionados os seus esforços, sendo que é a população que vota e decide as prioridades: se é a saúde, a educação, transporte, segurança etc.; e depois, por localidade, é que são discutidos esses temas entre os delegados e as associações de moradores, levantando os principais pontos e normas, isso é discutido para a posterior atuação do município. No caso do saneamento, tem sido muito debatida a questão do esgoto. A questão do acúmulo de resíduos na residência dos catadores ainda não causou nenhum impacto, foram abordados outros aspectos mais pontuais. Isso é mais verificado pela vigilância sanitária, isso nunca foi levantado pela população nos OP, porque está atendendo às expectativas deles, porque, quando se trata de lixo, o que mais pesa é ausência do recolhimento por parte dos serviços de coleta, e como não existe nenhum agravante em relação à coleta, não há a discussão”.

¹³⁰ Esta informação é da própria Prefeitura Municipal e da 10ª Promotoria de Justiça de Itajaí. Cabe destacar que a temática dos resíduos também não é debatida na Agenda 21 Local, e, em Itajaí, é inexistente um Fórum Municipal sobre Lixo e Cidadania.

¹³¹ Segundo o E1, “como não existe uma associação, uma organização formal, fica difícil consultá-los, pois a maioria é autônoma. Na elaboração das políticas, eles sempre são lembrados, porém não têm participado por falta de organização deles mesmos, e, portanto, acabam ficando de fora”.

¹³² “A constituição Federal instituiu o Plano Diretor, a ser aprovado por lei municipal como o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana. Ele é elaborado como um instrumento de planejamento dinâmico, articulado com políticas de desenvolvimento regional, a fim de planejar e propor prioridades de ações definidas no tempo e no espaço com as respectivas avaliações de custo para compor o modelo de gestão integrada do município” (SOUZA *et al.*, 2003, p. 75). Participam da elaboração do Plano: segmentos do governo, populares, empresariais e técnicos. Para maiores informações consultar: www.plano.itajai.sc.gov.br

também o tema da inclusão social, mas a proposta ainda aguarda a votação na Câmara Municipal”¹³³.

A ausência de um Plano Diretor pertinente à situação contemporânea dos RSU em Itajaí permitiu que a iniciativa de criação do Programa *Lixo Reciclado – Tarifa Zero* partisse exclusivamente da esfera governamental. Esta instituiu o programa de coleta seletiva com base em uma promessa de campanha do atual Prefeito e, portanto, não se caracteriza por ser uma iniciativa participativa, que incluía a participação de outros setores da sociedade e dos catadores.

A iniciativa governamental incentiva a redução de resíduos sólidos recicláveis. Incentiva o depósito dos RSU no aterro sanitário, e *de certa forma* contempla o catador informal, na medida em que propõe ao morador-cidadão que deixe o resíduo reciclável¹³⁴ em condições de ser recolhido por possíveis interessados (como catadores, Cooperativa ou Engepasa Ambiental). Como ressalta o E3,

em relação aos catadores autônomos, existem estatísticas feitas no ano passado que apontam o recolhimento feito por eles: cerca de 300 a 350 toneladas por mês de resíduos. Não é nossa intenção tirar esse trabalho deles, isso nós não impedimos, o lixo está na calçada e eles podem coletar.

Da mesma forma, o E2, sustenta que o programa *Tarifa-Zero* tem sido benéfico para os catadores, não representando uma ameaça ao ofício destes,

[...] a população está separando o lixo e colocando na frente de casa, os catadores passam e pegam os resíduos, ou seja, quem passar primeiro leva. Não existe obrigatoriedade de entrega por parte do morador para a Engepasa, ao contrário, os caminhões passam divulgando isso: que a coleta seletiva gera renda para as famílias carentes etc. Inclusive existe um termo da Prefeitura que estabelece que não haja ônus para o morador que não entregar à Engepasa, ou seja, quem passar primeiro leva. Inclusive o dia do recolhimento nas ruas é divulgado, possibilitando que o catador saiba os dias e os locais que o lixo vai estar disponível para coleta. Sendo assim, eu acredito que a política facilitou o ofício dos autônomos, porque não existe nenhuma afirmativa por parte da Engepasa que ela seja a detentora dos resíduos. Nem é proposta da empresa questionar isso, a coleta é livre, cada um pode passar e pegar à vontade.

¹³³ “O primeiro Plano Diretor de Itajaí é de 1971 e foi revisado na década de 80. O que está sendo elaborado tem o desafio de planejar a cidade para os próximos 10 anos”. Fonte: www.plano.itajai.sc.gov.br

¹³⁴ Nas lixeiras de sua casa, como costumeiramente é feito com o a coleta convencional.

No entanto, essa é uma atitude que, apesar de proporcionar rentabilidade (muitas vezes gerando mais rendimentos que no trabalho na Cooperativa¹³⁵), caracteriza-se por não contemplar a inclusão cidadã dos catadores autônomos/informais. Estes vão continuar diariamente com o trabalho de coleta, estando propensos à marginalidade, exploração, falta de condições de trabalho – como foi descrito no capítulo II.

Esse tipo de atividade que propicia unicamente o rendimento temporário não contempla os catadores autônomos/informais com a possibilidade de se reconhecerem e serem reconhecidos como trabalhadores inseridos na sociedade, e contribui para a falta de reconhecimento quanto à posição dos catadores enquanto agentes ambientais da coleta seletiva, ou seja, de sua contribuição para a limpeza da cidade – o que implica em inúmeros ganhos ambientais, sociais e econômicos.

Esse descaso, também contribui, para a falta de conscientização do catador, especificamente, no que se refere ao ofício que exerce, e também, para a falta de entendimento destes em relação a importância de sua atuação, invertendo muitas vezes o seu papel de “herói” para “vilão”, como ressalta o E4:

[...] muitas vezes, o catador pode ser visto como agente ambiental, por coletar o lixo de um terreno baldio, por exemplo, mas, por outro lado, o catador pode ser a mesma pessoa que rasga um saco de lixo fechado em via pública, sujando-a. Enfim, é uma situação muito particular.

Nesse sentido, o E1, reconhece que a falta de informação dos catadores autônomos e de orientação quanto ao ofício que exercem constitui-se num problema:

Em relação aos catadores, observa-se que alguns, não todos, por falta de orientação, ou de um programa que os envolva, têm um preconceito em relação à atividade que exercem, ou seja, preferem permanecer alheios, mantendo um distanciamento do Poder Público. Atualmente, em Itajaí, a atividade de catação informal tem gerado um problema em relação ao acúmulo de material: os catadores pegam lata com resto de tinta, veneno etc., que é depositado irregularmente, contaminando o solo através do escoamento com a chuva, o que pode causar algum tipo de contaminação, gerando problemas de saúde pública. Temos pensado nos catadores, tanto é que eles são prioridade para uma política bem organizada, que vise sua atuação, na medida em que eles são os primeiros na escala de importância da coleta seletiva e da reciclagem, pois, sem eles dificilmente isso acontece.

¹³⁵ Conforme a observação de dois catadores cooperados entrevistados (ver questão n. 23 do Quadro n.6).

Por outro lado, a Prefeitura Municipal tem demonstrado certa preocupação com os catadores, considerando a iniciativa de reestruturação da sua organização formal. Essa iniciativa partiu da SEDEER, juntamente com a ONG Centro de Direitos Humanos de Itajaí (CDHI)¹³⁶.

Buscando atender aos princípios da Economia Solidária, a SEDEER foi motivada pelos aspectos ambientais e sociais inseridos no contexto dos catadores. Em âmbito local, é recente a experiência com a Economia Solidária, assim como sua inserção na Cooperativa de catadores.

Nesse sentido, a SEDEER tem trabalhado para, primeiramente, buscar esclarecer as propostas do cooperativismo solidário entre os cooperados, atendendo à proposta da SENAES como aponta o E3:

Estamos tentando que os cooperados entendam como funciona o sistema cooperativista, que é diferente de uma empresa. Tentamos fazê-los entender que esta é uma proposta coletiva que visa à igualdade, e que os rendimentos são divididos, mas é tudo ainda muito difícil.

Vale lembrar que a Secretaria engloba, atualmente, o sistema SENAES de informações, e pertence à rede de gestores públicos da Economia Solidária, como observa o E3:

Enquanto Prefeitura, Itajaí é a única representante na rede de gestores que faz parte da Região Sul, e o SENAES tem conhecimento de nossa atuação, tanto é, que o nosso Centro foi um dos primeiros a ser formado, ou seja, eles sabem sobre a atuação de Itajaí no campo da Economia Solidária.

Nesse sentido, a Prefeitura tem dado continuidade a essa proposta através do Centro Público de Economia Solidária:

[...] uma iniciativa da SENAES que disponibilizou o projeto de implementação em Itajaí. A idéia é abrir um espaço de comercialização e formação de Economia Solidária. A comercialização se refere aos empreendimentos voltados à Economia Solidária, e, tratando-se de formação, busca-se agregar novos empreendimentos. Itajaí está operando, nesse sentido, como um centro de referência (inaugurado dia 15 de dezembro de 2006) [...] a COOPERFOZ se beneficia através do Centro Público, porque assim desperta a conscientização dos visitantes através da comercialização de produtos advindos de matéria-prima

¹³⁶ “A CDHI é uma ONG fundada em 1984, que visa promover os direitos da pessoa humana e a preservação da vida. Trabalha em várias causas sociais e na organização das comunidades”. Fonte: www.cdhi.org.br. Ressalte-se que esta ONG tem participado do movimento em prol da Economia Solidária em Itajaí, a partir do apoio a empreendimentos que trabalham dentro da não exploração da mão-de-obra, e que se caracterizam por apresentar uma nova proposta de relação econômica, na qual, vigoram os princípios de partilha (CDHI, 2006).

reciclada (trabalho realizado por um artista plástico local). No entanto, o maior benefício é a divulgação da importância da reciclagem e das atividades da Cooperativa, sendo um benefício informativo, vamos assim dizer (informação verbal)¹³⁷.

Partindo dessa perspectiva – que não contempla os catadores informais –, é possível observar que o governo municipal em Itajaí dá os primeiros passos no sentido de um gerenciamento integrado do lixo, como sugere o CEMPRE (2007):

O gerenciamento integrado do lixo é um conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que uma administração municipal desenvolve (com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos) para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo de sua cidade.

Conforme apresentado, é possível observar que a Prefeitura, via experiência da Economia Solidária, busca integrar os catadores no mercado de trabalho por meio do cooperativismo. Do mesmo modo, tem buscado a implementação de um programa de coleta seletiva, até então inexistente em Itajaí; além de recentemente haver inaugurado um novo aterro sanitário que, segundo o E6, “foi destaque pela sua moderna instalação e utilização de materiais tecnologicamente desenvolvidos de forma a garantir a preservação do meio ambiente”. A Engepasa e o Município de Itajaí receberam o prêmio Fritz Müller, concedido pela FATMA em 2006.

Identificou-se também, nas entrevistas com E1, E2 e E3, a preocupação institucional com a continuidade da nova política, apesar de persistir a incerteza. Um dos entrevistados mostrou-se otimista quanto à continuidade, pois considera que o atual programa de coleta seletiva propicia ganhos ambientais, ganhos junto à população atendida e ganhos para a administração pública (apesar do alto custo operacional)¹³⁸.

A partir dessas entrevistas, constatamos que a esfera institucional pública de Itajaí não articula adequadamente as secretarias municipais – ainda predomina o setorialismo, ou seja, a disjunção instrumental e burocrática entre as secretarias. Outro aspecto negativo reside no constante remanejamento de cargos e funções. A propósito, durante as entrevistas notou-se que

¹³⁷ Obtida junto ao entrevistado E3.

¹³⁸ Segundo o E3, “a Prefeitura Municipal paga cerca de R\$ 50.000 por mês para os serviços de coleta de lixo reciclável, além de financiarmos o custo dos cidadãos proveniente da renúncia dos que aderiram ao programa *Tarifa-Zero*, e, portanto, não pagam a taxa de coleta (seletiva e convencional)”.

alguns gestores não estavam bem informados, em virtude de exercerem recentemente suas atribuições. Alguns manifestaram desconhecimento de políticas de gestões anteriores.

4.1.2 CATADORES COOPERADOS

A política de coleta seletiva desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Itajaí tem como um dos objetivos gerar emprego e renda para os catadores (autônomos/informais e cooperados/formais) de resíduos sólidos recicláveis no município. Conforme já apresentado neste trabalho, o ofício dos catadores envolve benefícios sociais, econômicos e ambientais, considerando que estes constituem a base de sustentação para a indústria da reciclagem que está em franca expansão.

Nesse sentido, objetivou-se identificar (com a realização de entrevistas com os catadores cooperados/formais. Isto ocorreu em janeiro de 2007), o alcance da ação institucional – por meio do programa *Lixo Reciclado - Tarifa Zero*; assim como, através da iniciativa da SEDEER, o processo de reestruturação da COOPERFOZ.

Assim, buscou-se compreender as percepções dos cooperados em relação ao sistema de produção em que estão inseridos, o cooperativismo, além de identificar a percepção dos mesmos em relação à política adotada em Itajaí para o setor de resíduos.

Para tal, elaborou-se um roteiro de entrevista, composto por questões semi-estruturadas, estruturadas de múltipla escolha e algumas abertas (ver Apêndices D; E); no qual, constam alguns questionamentos que tratam do perfil socioeconômico, assim como da atuação no mercado de recicláveis e a experiência na Cooperativa. Alguns dos resultados mais relevantes das entrevistas são expostos a seguir. Destaca-se também o posicionamento da presidente da Cooperativa, a partir de um roteiro de entrevista com questionamentos específicos.

4.1.3 BREVE PERFIL DOS COOPERADOS

Como a reestruturação da Cooperativa é recente (agosto de 2006), constatou-se que todos os cooperados ingressaram há menos de um ano na COOPERFOZ, sendo que a maioria deles nunca havia atuado no mercado de recicláveis (com exceção de um entrevistado).

Todos os cooperados apresentam um baixo nível de escolaridade e ingressaram na Cooperativa pela necessidade de trabalho, com a ressalva de que três deles acharam interessante a proposta de trabalho. A maioria (com exceção de três cooperados), conta, exclusivamente, com a renda do trabalho na Cooperativa.

Em virtude do curto período de adesão ao sistema cooperativista, observa-se que a maioria dos cooperados não compreende bem o que seja cooperativismo. Dois não consideram justa a divisão de tarefas e de renda na Cooperativa. Dizem que o trabalho de forma autônoma é mais rentável e, portanto, gerador de maiores benefícios.

Falta também um entendimento mais abrangente dos catadores sobre a finalidade e benefícios das atividades de reciclagem (de acordo com respostas às questões n. 20 e n. 21 do Apêndice E), ou seja, alguns acreditam que esta seja uma atividade exclusivamente com a finalidade de gerar renda. Por outro lado, dizem acreditar nos benefícios ambientais da reciclagem.

Apesar de a Cooperativa constituir uma organização formal, foi possível constatar que nenhum dos cooperados ainda contribui para o INSS ou qualquer outro plano de previdência (não atendendo as normas do Estatuto Social da Cooperativa). O que nos chamou mais atenção foi que, mesmo participando de um empreendimento da Economia Solidária, a maioria dos entrevistados não tem conhecimento do que seja essa iniciativa. Três deles inclusive não vêem uma preocupação da Prefeitura em relação ao trabalho que exercem.

Constata-se um parcial desconhecimento em relação ao programa de coleta seletiva que beneficia as atividades da Cooperativa – embora todos os catadores tenham reconhecido que o aumento dos ganhos impulsionou ainda mais o trabalho.

4.1.4 PONTO DE VISTA DA PRESIDENTE DA COOPERFOZ

A presidente da COOPERFOZ, identificada como E7, ocupa este cargo desde agosto de 2006. A E7 ingressou na Cooperativa, juntamente com a vice-presidente (E8), a partir da proposta feita pelo CDHI. Esta organização, juntamente com a SEDEER, buscava pessoas interessadas em fazer uma limpeza no galpão da COOPERFOZ, para, posteriormente, ingressar no trabalho da Cooperativa.

A presidente apresenta otimismo em relação ao cooperativismo, especificamente se for direcionado às atividades dos catadores de material reciclável, pois, para ela, esse sistema de

trabalho está vinculado a igualdades de tarefas e rendimentos, gerando qualidade de vida. Em relação à reciclagem, a presidente acredita que se trata de uma oportunidade que permite o desenvolvimento de projetos sociais: requalificação profissional, resgate de personalidade, e a preservação ambiental. A E7 acredita também que a viabilidade de tudo isso ocorre em virtude da disseminação e aplicação da Economia Solidária, ou seja, uma proposta econômica que se apresenta como oportunidade de revelar o catador como um profissional qualificado. Mas reconhece que a maioria dos que procuram a Cooperativa em busca de trabalho ainda avalia a atividade de forma negativa, por lidar com lixo.

A presidente acredita que o desenvolvimento da Cooperativa ocorre, em grande parte, devido ao apoio institucional da Prefeitura Municipal, através da SEDEER e do programa *Lixo Reciclado - Tarifa Zero*. Este último, especificamente pela difusão e implementação da reciclagem em Itajaí, tem gerado resíduos de melhor qualidade para as atividades de triagem.

A E7 aponta que o apoio institucional da Prefeitura tem sido fundamental para a continuidade dos trabalhos da COOPERFOZ, já que considera, assim como a maioria dos cooperados, que o mercado de recicláveis é muito concorrido em Itajaí.

Por fim, como complemento, é apresentado o Quadro 6, que expressa uma síntese das respostas de todos os cooperados entrevistados, ou seja, 9 (nove) no total.

RESULTADO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS COOPERADOS DA COOPERFOZ

A) Dados pessoais e profissionais

1 - Tempo de atuação na Cooperfoz	Mais de um ano: nenhum cooperado	Menos de um ano: nove cooperados	
2 - Tempo de trabalho no mercado de recicláveis	Mais de um ano: um cooperado	Menos de um ano: oito cooperados	
3 - Escolaridade	Ensino Fundamental completo: quatro cooperados	Ensino Fundamental incompleto: cinco cooperados	
4 - Estado civil	Casado: um cooperado União informal: dois cooperados	Solteiro: cinco cooperados	Viúvo: um cooperado
5 - Número de pessoas com que divide a residência	Nenhuma pessoa: um cooperado	Até duas pessoas: três cooperados	Até cinco ou mais pessoas: cinco cooperados
6 - Naturalidade	Santa Catarina: seis cooperados	Outros estados: três cooperados	
7 -Tempo de residência em Itajaí	Mais de cinco anos: oito cooperados	Menos de cinco anos: um cooperado	
8 -Proximidade da residência em relação ao local de trabalho	Bairros próximos: nove cooperados	Bairros distantes: nenhum cooperado	

B) Sobre a atuação no mercado de recicláveis e a experiência na Cooperfoz

9 -Sempre atuou nesse ramo de atividade?		Nove cooperados: não	
10 - Já atuou em outro ramo de atividade?	Nove cooperados: sim		

11 - Você tem outra fonte de renda além dessa?	Três cooperados: sim	Seis cooperados: não	
12 - Você já trabalhou de forma autônoma	Dois cooperados: sim	Sete cooperados: não	
13 - Qual o tipo de ajuda ou de apoio de que você precisa para fazer melhor o seu trabalho ?	Dois cooperados acreditam que um melhor salário e um auxílio cesta-básica.		Sete cooperados preferem não responder
14 - Como você soube da existência da Cooperativa?	Dois cooperados: através de contatos entre parentes	Três cooperados: através da agência de empregos da Prefeitura Municipal; um cooperado viu anúncio em jornal	Três cooperados: através do contato com a Presidente da Cooperfoz
15 - Por que você resolveu se associar à Cooperativa?	Três cooperados: acharam interessante a proposta de trabalho	Cinco cooperados: por necessidade	Um cooperado prefere não responder
16 - Como é a sua relação com os outros cooperados?	Nove cooperados: boa		
17 - Você acredita que o cooperativismo é uma alternativa contra o desemprego e a desigualdade social?	Oito cooperados: sim	Um cooperado: não	
18 - Você considera justa a divisão de tarefas na Cooperativa ?	Cinco cooperados: sim	Dois cooperados: não	Dois cooperados preferem não responder
19 - Você considera justa a divisão de lucro/renda na Cooperativa?	Cinco cooperados: sim	Dois cooperados: não	Dois cooperados preferem não responder.
20 - Você considera a reciclagem unicamente uma fonte geradora de renda?	Quatro cooperados: sim	Cinco cooperados: não	

21 - Você considera a reciclagem importante para a preservação do meio ambiente?	Nove cooperados: sim		
22 - O que o (a) motivou a participar da Cooperativa?	Nove cooperados: necessidade		
23 - Você acredita que o trabalho em Cooperativa é melhor do que de forma autônoma (em termos de rendas e benefícios)	Sete cooperados: sim	Dois cooperados: não	
24 - Você contribui para o INSS?		Nove cooperados: não	
25 - Você já ouviu falar da Economia Solidária?	Três cooperados: sim	Seis cooperados: não	
26 - Você acha que existe alguma preocupação da Prefeitura em relação ao seu trabalho?	Cinco cooperados: sim	Três cooperados: não	Um cooperado prefere não responder
27 - Você recebe ou já recebeu algum auxílio da Prefeitura?		Nove cooperados: não	
28 - Você sabe o que é o Programa de coleta seletiva Tarifa Zero?	Cinco cooperados: sim	Quatro cooperados: não	
29 - Surgiram facilidades para a sua atividade após a implantação desse programa?	Quatro cooperados: sim		Cinco cooperados preferem não responder
30 - Surgiram dificuldades para a sua atividade após a implantação desse programa?	Um cooperado: sim	Quatro cooperados: não	Quatro cooperados preferem não responder

34 - Existe preconceito na sociedade em relação ao trabalho de vocês?	Cinco cooperados: sim	Quatro cooperados: não	
35 - Você participa das reuniões na Cooperativa?	Sete cooperados: sim	Dois cooperados: não	
36 - Você participa ou já participou de algum movimento organizado de catadores?		Nove cooperados: não	
37 - Existe algum membro de sua família na Cooperativa?	Três cooperados: sim	Seis cooperados: não	
38 - O mercado de recicláveis é muito concorrido em Itajaí?	Seis cooperados: sim	Três cooperados: não	

Quadro 6 – Resultado das entrevistas realizadas com os cooperados da COOPERFOZ.
Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES

Neste tópico apresentamos as conclusões, acerca da investigação sobre o modelo oscilante de administração pública em Itajaí, ainda em construção. Concluímos que o mesmo contrapõe-se, historicamente, à política de ampliar a participação dos atores sociais envolvidos na gestão de resíduos sólidos urbanos no município, e, portanto, acaba não beneficiando a todos os envolvidos. Concluímos ainda, que, esta discussão carece da interlocução entre os mais diversos representantes institucionais em suas respectivas esferas.

Para tal, buscamos com esta pesquisa, compreender e analisar a configuração do contexto institucional de políticas públicas em Itajaí (SC), relacionado à experiência contemporânea de Gestão Pública Municipal dos resíduos sólidos urbanos, considerando a iniciativa do governo municipal para a reestruturação de uma Cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos recicláveis.

Nesse sentido, optamos por identificar e analisar os aspectos históricos e documentais dessa experiência, na tentativa de compreender o contexto atual da gestão de resíduos sólidos em Itajaí. Optamos também, por analisar e avaliar as versões em confronto, além das ações convergentes entre os principais atores sociais no contexto institucional das políticas públicas, que dizem respeito à referida experiência no município, e desse modo, contribuir com a revisão da bibliografia sobre Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo – vinculada ao processo de reciclagem de resíduos sólidos.

A costumeira sobrevalorização do tratamento unilateralmente técnico-operacional, na implementação de programas municipais de coleta seletiva nas cidades brasileiras, nos permitiu identificar que, existe uma possível correlação, entre o enfoque predominante na academia e o enfoque predominante nas políticas públicas brasileiras de resíduos sólidos nas últimas décadas.

Com base nessa diretriz, buscamos, a partir da perspectiva inter e transdisciplinar sugerida pelo paradigma da complexidade, identificar – considerando o debate sobre modelos de administração pública no Brasil – o alcance da política pública municipal de coleta seletiva, no cumprimento dos preceitos democráticos e participativos em consonância com a gestão ambiental, tal como prevê o Estatuto da Cidade.

Ao transpor essa discussão para a temática referente à atuação dos catadores de material reciclável, pudemos observar que, com base no referencial bibliográfico especializado, e com

base na pesquisa de campo; persiste a predominância do enfoque instrumental nas políticas públicas institucionais, impedindo o desenvolvimento de uma política essencialmente inclusiva para os atores sociais marginalizados como são os catadores, especialmente os assim chamados *autônomos/informais*. Desse modo, embora haja sinais de mudança positiva, com a organização nacional, estadual e municipal dos catadores, predomina uma percepção pública de que os problemas relativos a resíduos são predominantemente técnico-operacionais, dependentes de políticas econômico-financeiras. Ou seja, sobre os problemas de resíduos predomina uma concepção que ressalta o saber técnico, especializado, monodisciplinar – isto é, *disjuntor-redutor*. O paradigma da complexidade, que implicaria uma abordagem sistêmica e democrática sobre os aspectos socioambientais, socioeconômicos e sociopolíticos, ainda é mal percebido ou simplesmente ignorado.

A experiência contemporânea de gestão dos resíduos sólidos urbanos em Itajaí, tendo em vista a política em andamento instituída, intitulada *Lixo Reciclado – Tarifa Zero*, caracteriza-se por ser uma política de preservação ambiental e de inclusão social, na medida em que beneficia, com os rejeitos que recolhe, uma Cooperativa de catadores.

No entanto, a referida política, que é trabalhada de forma conjunta pelas secretarias municipais responsáveis, não propõe nenhum tipo de parceria com outros catadores que atuam no município (não filiados à Cooperativa), visando à melhoria das condições de vida destes. Assim, observou-se que as questões técnico-operacionais de coleta, tratamento, descarte e infra-estrutura viável do aterro sanitário assumem posição privilegiada para a temática dos resíduos no município.

A referida política também se caracteriza por não incluir a participação de outros atores sociais para a elaboração de novas medidas. Não há uma articulação com as atividades ligadas à Agenda 21 local, nem há uma ênfase em educação ambiental para a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos. Também não há uma mobilização em torno do Estatuto da Cidade e muito menos uma articulação intermunicipal para tratar das questões socioambientais, envolvendo bacias hidrográficas e resíduos. Numa região com forte atração turística, especialmente pela proximidade entre Itajaí e Balneário Camboriú, esta desarticulação ganha gravidade.

No decorrer desta pesquisa, pudemos perceber, o quanto é emblemático e complexo o tema que envolve o tratamento dos resíduos sólidos urbanos para as administrações públicas

locais. Assim, reconhecemos que, o tema dos resíduos alcança uma multiplicidade de enfoques e, portanto, carece ser minuciosamente investigado e explorado em Itajaí, por demais áreas do conhecimento. As principais dificuldades para o andamento de uma pesquisa que trate deste tema, encontram-se na ausência de informações cadastrais referentes aos principais envolvidos neste ramo de atividade no município, assim como pela falta de informações documentais organizadas pelos órgãos a que competem este tema. Quanto a estes, ficou evidenciado, que as questões partidárias (especificamente no que tange a esfera do poder público municipal), sobrepõem-se a importância que o tema alcança na atualidade, o que impede a continuidade de políticas e pesquisas que possam contribuir para um novo direcionamento da questão em nível municipal, e assim, contribuam para o fim do característico retrocesso que marca esta questão.

CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE PÚBLICO

Com base na realização e análise das entrevistas, assim como, da pesquisa e análise documental sobre as políticas de RSU em Itajaí, pretende-se nesse tópico apresentar algumas sugestões à Gestão Pública Municipal, em relação ao tratamento da temática que envolve os resíduos sólidos urbanos e os catadores, e, desse modo, contribuir com o debate público relativo às alternativas de gestão de resíduos sólidos em Itajaí.

REFLEXÕES E SUGESTÕES

A partir do referencial teórico apontado e do material coletado na pesquisa de campo, identificou-se que, em Itajaí, a experiência de gestão de resíduos sólidos urbanos atende a uma demanda que é o reflexo de uma forma *de atuação política* que oscila entre os modelos gerencialista e societal, não tendo uma clara definição por um ou outro. Portanto, ainda está distante de uma perspectiva socioambiental.

Cabe observar que estes dois modelos (ver Quadro 5) se sobrepõem às formas tradicionais de cultura política, tanto a que é mais antiga – que se caracteriza pelo paternalismo e pelo clientelismo – quanto a derivada do processo mais recente de modernização conservadora, com burocracia voltada para o modelo estatocêntrico ou estatismo (DAGNINO, 1994). A referida oscilação entre uma opção gerencialista (que em princípio se opõe a centralização burocrática, aderindo aos processos típicos da gestão de empresas privadas) e uma opção de governo popular, característica dos governos petistas no Brasil, incorpora também de forma oscilante os valores ecológicos, socioambientais. Neste contexto, as políticas públicas de resíduos sólidos urbanos não são formuladas a partir de premissas que contemplem a inclusão social e a qualidade de vida de todos os cidadãos. Os catadores autônomos em atuação em Itajaí representam uma evidência disto.

Mesmo com a abertura do processo democrático, é possível observar que a participação política cidadã em Santa Catarina tem sido, praticamente, inexistente, quando se trata do tema dos RSU. Um bom exemplo disso está representado pela falta de articulação de um dos movimentos que, por sua abrangência, poderia ganhar destaque – o Fórum Estadual do Lixo e

Cidadania (FELC) ¹³⁹. Entretanto, o mesmo não tem conseguido sucesso na articulação de Fóruns Municipais, e Itajaí é apenas um entre muitos casos, nesse sentido.

Também se considera, como fator relevante, que a Lei de Política Estadual de Saneamento [Lei Estadual n. 13.517/2005] e a Lei de Política Estadual de Resíduos Sólidos [Lei Estadual n. 13.557/2005] ¹⁴⁰, aprovadas em fins de 2005, ainda não estejam regulamentadas (em agosto de 2007) – o que impede uma mudança efetiva de postura no tratamento da questão dos RSU pelas prefeituras municipais e uma atuação mais consistente do Ministério Público.

Em âmbito local, além de não existir um Fórum Municipal do Lixo e Cidadania, não existe um Conselho Municipal de Meio Ambiente e a Agenda 21 Local, apesar de ter sido instituída pelo Decreto Municipal 6.459, de 13 de março de em 2002, permanece em construção – não tendo ainda como foco de debate o tema dos resíduos ¹⁴¹. Também não existe nenhum registro de qualquer movimento organizado pelos catadores ou em prol deles.

Com base nessas reflexões, propõe-se, aqui, uma articulação mais expressiva entre o governo municipal e a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), especialmente por meio de cursos de extensão e de pesquisa, visando a formação de equipes multi, inter e transdisciplinares.

A problemática que envolve os resíduos sólidos urbanos e os catadores tem sido percebida em seus aspectos técnicos e econômicos, mas dissociados de aspectos socioculturais, ambientais, éticos, além de político-administrativo em sentido abrangente. As várias dimensões da sustentabilidade do desenvolvimento urbano encontram aspectos vinculados à temática dos resíduos e do saneamento básico em geral e, por este fato, poderiam servir de base a uma articulação entre pesquisa, ensino e extensão em processos de parceria entre a UNIVALI e a prefeitura municipal.

Segundo Jacobi (1999, p. 388), “a inclusão do problema dentro da esfera da sustentabilidade ambiental implica uma transformação paradigmática, constituindo-se num elemento complementar para atingir o desenvolvimento econômico com busca de equidade”.

Nesse sentido, a construção de um plano de desenvolvimento para Itajaí, especificamente focado no tema dos resíduos sólidos, deveria compreender um tipo de gerenciamento que provocasse uma mudança e, desse modo, integrasse “instrumentos jurídicos, administrativos,

¹³⁹ Percepção apontada por esta pesquisadora, que está inserida na lista de discussão do grupo via internet.

¹⁴⁰ Pudemos perceber que essas leis caracterizam-se pelo desconhecimento, na medida em que alguns dos entrevistados desconheciam a existência de proposta das mesmas.

¹⁴¹ Segundo informações obtidas na Secretaria Executiva da Agenda 21 Local de Itajaí.

operacionais e sociais praticados na regulação e organização das atividades de manejo, tratamento e destinação final do lixo”, como sugere Oliveira (1995, citado por JACOBI, 1999, p. 388).

Vale lembrar que, durante essa pesquisa, centramo-nos em identificar como é visto e como tem sido abordado o tema nos mais diversos segmentos institucionais em Itajaí. Apesar de cada um cumprir, devidamente, sua função, foi possível observar que prevalece a desarticulação entre esses diversos setores. A articulação horizontal e vertical entre governo e sociedade civil é possível por intermédio da articulação transparente entre secretarias e conselhos gestores municipais, com poder deliberativo e não apenas consultivo. Um processo de capacitação para a gestão democrática, com base em valores ecológicos, nestas secretarias e conselhos gestores, poderia servir de base a um processo ainda mais amplo – envolvendo associações de bairro, organizações sem fins lucrativos voltadas para a cidadania, para o cooperativismo e para a sustentabilidade. Em síntese, um amplo esforço de elevação da consciência cívica (capital social), a partir da multiplicidade de aspectos convergentes na temática dos resíduos sólidos, poderia ser desencadeado – por meio de trabalho envolvendo equipes multiprofissionais (SANTOS JR. *et al*, 2004).

A marginalização sociocultural e político-econômica dos catadores autônomos/informais é, entretanto, mantida por uma política que reduz a problemática ao segmento organizado (uma cooperativa) e a uma promoção tímida da disponibilidade de resíduos ofertados em acordo com uma empresa privada. Uma política pela sustentabilidade socioambiental, ao contrário, perceberia valor também no trabalho não monetário, mas solidário. A frágil experiência da Economia Solidária seria amplamente estimulada.

Indicadores qualitativos, construídos democraticamente, poderiam ser articulados aos indicadores oficiais, quantitativos. As contribuições da Agenda 21 Local e do Estatuto da Cidade são convergentes, nesse sentido: ambas implicam na articulação de experiências de democracia participativa com gestão ambiental. Estes procedimentos e iniciativas permitiriam, possivelmente, uma monitoria de política mais complexa, sistêmica, mas também mais realista e responsável. Ou seja, uma resistência à insustentabilidade dominante e a conquista de graus progressivos de sustentabilidade, de forma endógena.

A endogenia municipal pressupõe iniciativas em cada bairro, em cada escola, mas se estende à articulação intermunicipal, já que os ecossistemas não têm limitações como as impostas

pelas divisões político-institucionais. Muitas iniciativas municipais, na realidade, dependem de articulações intermunicipais para que sejam viáveis certas políticas de prevenção sistêmica dos problemas ambientais em bacias hidrográficas. O caso dos resíduos precisaria ser, articulado ao do saneamento de forma mais abrangente (envolvendo rede de esgotos, sistemas de drenagem, abastecimento de água, etc.).

O saneamento básico, por sua vez, ao ser concebido como saneamento ambiental, implica em política de preservação de áreas verdes, reflorestamento, visando evitar assoreamento de rios e riachos, bem como adequada preservação de lençóis freáticos. As políticas florestais, por sua vez, requerem adequação aos espaços de produção agrícola, com agrosilvicultura, agroecologia, etc. Em resumo: iniciando-se uma política de sustentabilidade por meio dos resíduos sólidos, todo um conjunto de medidas coerentes e sistêmicas se fazem necessárias, dentro de cada município e entre os municípios de uma determinada região.

Nesse sentido, espera-se que a Prefeitura Municipal venha aproveitar a experiência de reestruturação da COOPERFOZ como um ponto de partida para uma ampla democratização e política de sustentabilidade (econômica, ambiental, sociocultural, ética), de forma a articular as iniciativas dentro de Itajaí (entrepósitos nos bairros), facilitando e estimulando a organização de catadores autônomos/informais em associações e cooperativas devidamente capacitadas e articuladas em rede inclusive intermunicipal, o que pode ocorrer por meio de parcerias, como o projeto da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), que atua junto à Fundação Banco do Brasil.

Intitulado “Coleta de Embalagens Pós-Consumo”, o projeto é uma iniciativa que busca capacitar catadores de material reciclável em cinco municípios catarinenses – Blumenau, Florianópolis, Joinville, Lages e São Bento do Sul. Por meio da parceria com o SENAC Santa Catarina e com as prefeituras municipais, são oferecidos cursos “de qualificação básica em serviços de coleta de resíduos, palestras sobre temas correlatos, como trabalho em equipe, Economia Solidária e legislação de trânsito”¹⁴².

Desse modo, essa iniciativa caracteriza-se por estimular a construção de planos de gestão, visando à auto-sustentabilidade das entidades, sejam estas, associações ou cooperativas de catadores. Cumpre salientar também, que, o projeto disponibiliza recursos financeiros (que auxiliam na aquisição de equipamentos para o uso na coleta seletiva) para as entidades

¹⁴² Informação obtida pro meio da entrevista com o E18.

beneficiadas. E, dessa forma, “promove o aumento da empregabilidade e da renda familiar dos catadores” assim como, “o exercício da cidadania por meio da inclusão social destes profissionais, ajudando também, a preservar o meio ambiente”, diz o E18.

Ainda segundo o E18, o projeto está voltado para atividades que possibilitem maior qualificação profissional dos catadores, considerando-se que, este ofício é reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Assim, é indispensável que o projeto auxilie no processo de auto-reconstrução da imagem dos catadores; o que compreende a conscientização em torno da profissionalização do ofício exercido, estimulando a busca por qualificação, e o alcance de melhores condições de trabalho e aumento de rendimentos entre o grupo¹⁴³.

¹⁴³ O E18 lembra também, que, “o projeto não trata apenas da inclusão social deste profissional, mas também uma tarefa de inclusão da cidade na questão da gestão adequada dos resíduos sólidos. Geralmente, apenas 10% dos resíduos de um município são separados pelo morador, portanto todos precisam ser incluídos nesta questão enquanto cidadãos detentores de seus direitos, mas também de seus deveres. No caso específico dos catadores, podemos dizer que o resgate da cidadania opera sobre a compreensão de que este profissional é um importante agente ambiental para a promoção da coleta seletiva e agora um profissional reconhecido legalmente e não mais um trabalhador informal”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de F. **Do Lixo à Cidadania** – Estratégias para a ação. 2ª edição, Brasília: Caixa, 2001.
- AGENDA 21 CATARINENSE. **O desenvolvimento sustentável em Santa Catarina**. Documento Oficial, Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2004.
- ALONSO, A.; COSTA, V. **Ciências sociais e meio ambiente no Brasil**: um balanço bibliográfico. BIB, São Paulo, nº. 53, 2002.
- AMARAL, A. V. **Terceiro setor e políticas públicas**. Revista do Serviço Público. Ano 54, nº. 2, Brasília, 2003.
- AMBIENTE BRASIL. Disponível em: www.ambientebrasil.org.br Acesso em 30/03/2007.
- AMFRI. Disponível em: www.amfri.org.br Acesso em 15/01/2007.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: www.pnud.org.br/atlas/
- BARBOZA, D. **O movimento de potência e/ou impotência de ação dos catadores de material reciclável de Criciúma-SC no que se refere à construção da sua cidadania**. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC/ Curso de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2003.
- BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, vol, 32, n. 2, p. 14-24, abr / jun, 1992.
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. **Sociedade e Natureza**. In: CUNHA e GUERRA (Orgs.) A questão ambiental – diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BESEN, G. R; DEMAJOROVIC, J; RATHSAM, A. E. **Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face a lógica do mercado**. II Encontro anual da ANPPAS, 2004, CD-ROM
- BESEN, G. R. **Programas Municipais de Coleta Seletiva em Parceria com Organizações de Catadores na Região Metropolitana de São Paulo**: Desafios e Perspectivas. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo/USP. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública. SP, 2006
- BISWANGER, H. C. **Fazendo a sustentabilidade funcionar**. In. CAVALCANTI, C. (org) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 2ª edição, São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica.** Itajaí: Editora UNIVALI, 2002a.

BOEIRA, S. L; MIGUEL, A. **CONCEPÇÕES DE CIDADE: Uma Contribuição à Pesquisa Bibliográfica sobre Planejamento e Desenvolvimento Urbanos, com Ênfase na Região Metropolitana de Florianópolis.** Relatório Final Art. 170. Universidade do Vale do Itajaí/Curso de Ciências Contábeis, 2004.

BOEIRA, S. L; CAMPOS, L; FERREIRA, E. **Caracterização Geral das Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis em Santa Catarina e Proposta Metodológica de Modernização e Capacitação Gerencial.** Relatório técnico do projeto de pesquisa. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Florianópolis, 2006.

BURSZTYN, M. **Interdisciplinaridade: é hora de interdisciplinarizar!** Campinas, SP; Revista Ambiente & Sociedade. Ano II, nº. 5, 1999.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E. P.; VIANA, J. N. S. (Orgs) **Economia, meio ambiente e comunicação.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CALDERONI. S. **Os bilhões perdidos no lixo.** 4ª edição, São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, 2003.

CARMO, M. S. **A semântica “negativa” do lixo como fator “positivo” à sobrevivência da catação – estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro.** XXIX ENAPAD, Brasília, 2005.

CARVALHO, M. M. de. **A coleta do lixo. Terceirização dos serviços. Dispensa de licitação. Legalidade da parceria entre a organização de catadores de materiais recicláveis e o município para a gestão compartilhada dos resíduos sólidos recicláveis.**

CECCA. **Qualidade de vida e cidadania.** A construção de indicadores socioambientais da qualidade de vida em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 216p.

CEMPRE. **Cadernos de reciclagem v. 2: o papel da prefeitura.** 3ª edição, São Paulo, 1997.

CEMPRE. **Caderno especial de comemoração – 15 anos.** São Paulo: CEMPRE, 2006.

CEMPRE. **Pesquisa Ciclosoft 2006.** Disponível em www.cempre.org.br

CEMPRE. Disponível em: www.cempre.org.br Acesso em 11/11/2006; 15/01/2007.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** 38ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos: 13).

COLOMBI, S. **Análise das estratégias dos catadores de resíduos sólidos do município de Itajaí – SC: uma abordagem ecológica e social.** Monografia de Graduação em Engenharia Ambiental. Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, SC, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: www.cnm.org.br

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. **Política e Gestão Ambiental.** In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A, J. T. (Orgs) A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CUNHA, F. L.; MELCHIOR, L. **Cooperativas populares: a (re)qualificação do trabalho dos catadores de resíduos sólidos recicláveis em Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo – SP.** Revista Ciência em Extensão, V.2, n. 1, 2005.

COUTINHO, M. C. **Dialética da exclusão / inclusão em uma organização industrial.** RAE eletrônica, 2006, vol.5, n. 1, ISSN 1676-5648. Não Paginado.

DAGNINO, E. (Org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

D'ÁVILA, E. **Itajaí: o começo da história.** Fundação Cultural de Itajaí, 2001.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, S. M. **Explorando a cidade como lugar da experimentação – catadores e participação política.** 30º encontro Anual da ANPOCS, 2006. CD ROM.

ENGEFASA AMBIENTAL S/A. **Relatório de acompanhamento do desenvolvimento do projeto do aterro sanitário.** 1991.

ENGEFASA AMBIENTAL S/A. Disponível em: www.engepasambiental.com.br

FAMAI. **Cooperativa de coletores de material reciclável da Foz do Rio Itajaí.** Relatório de Coordenação ambiental, 2006.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: www.fecam.org.br

FERNANDES, F. Sociologia. In: IANNI, O. (Org.) **Coleção grandes cientistas sociais.** São Paulo: Editora Ática, 1991.

FERREIRA, L. **Sociologia Ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil.** In: Revista Idéias, Campinas (UNICAMP), Ano 8 (2), p. 39-70, 2001.

FERREIRA, L. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade.** Revista Desenvolvimento e Meio ambiente, n. 10, Curitiba: editora UFPR, 2004.

FONSECA, E. **Iniciação ao estudo dos resíduos sólidos e da limpeza urbana**. João Pessoa: Fundo Editorial ABES, 2001.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREY, K. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local**. Ambiente & sociedade, 2001, no. 9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>

FREY, K. **Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: O potencial das novas tecnologias de informação e comunicação**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, nº. 21, 2003.

FREY, K. **Governança urbana e participação política**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., Curitiba. Anais... (Curitiba): ANPAD, 2004.1 CD ROM.

FÓRUM NACIONAL DO LIXO E CIDADANIA. Disponível em: www.lixoecidadania.org.br
Acesso em 16/04/2007.

FUNDO DA POPULAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA - sigla em inglês). Disponível em: www.unfpa.org.br

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GOHN, M. da G. (org.) **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GONÇALVES, J. A.; OLIVEIRA, M. V.; ABREU, M. de F. **Metodologia para a organização social dos catadores**. Coleção gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos. São Paulo: Peirópolis, Belo Horizonte, MG: Pastoral de Rua, 2002.

GOVERNO DE SC. **Lei estadual n. 13.517/2005 – da política estadual de saneamento**. In: Ministério Público de Santa Catarina: www.mp.sc.gov.br

GOVERNO DE SC. **Lei estadual n. 13.557/2005 – da política estadual de resíduos sólidos**. In: Ministério Público de Santa Catarina: www.mp.sc.gov.br

GOVERNO DE SC. **Lei estadual n. 13.557/2005 – Política estadual de resíduos sólidos**. In: Ministério Público de Santa Catarina – www.mp.sc.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: www.sc.gov.br

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAYSON, D.; HODGES, A. **Compromisso social e gestão empresarial**. São Paulo: Publifolha, 2002.

GRIPPI, S. **Lixo, reciclagem e sua história**: guia para as prefeituras brasileiras. 2ª edição, Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

HERCULANO, S. A qualidade de vida e seus indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano I, n. 2, 1º semestre. Campinas: UNCAMP, 1998.

HOOPER, S. Tradução de ZINATO, M. do C. **Sustentabilidade significa milhões de empregos**. Jornal do Meio Ambiente. Edição nº. 68, 2001

IANNI, O. **A Sociedade Global**. 11ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em www.ibge.gov.br Acesso entre 15-18/02/2007.

INTINI, M. C. **Avaliação do gerenciamento de resíduos sólidos, e subsídios a uma proposta de programa participativo de reciclagem comunitária no município de Itajaí – SC**. Monografia de Graduação. Fundação Universidade do Rio Grande, RS, 1997.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: www.ethos.org.br

IPEA. **Radar Social 2006**: Principais Iniciativas do Governo Federal. Brasília, 2006.

IPT/CEMPRE. **Lixo municipal**: manual de gerenciamento integrado. 2ª edição, São Paulo, 2000.

JACOBI, P; TEIXEIRA, M. A. C. **Criação do capital social**: o caso Asmare – Associação dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável de Belo Horizonte. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, v. 2, 1997.

JACOBI, P. Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. Edição especial. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999a.

JACOBI, P. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade**: alguns elementos para a reflexão. In. CAVALCANTI, C. (Org) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 2ª edição, São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999b.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente**: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2000.

JACOBI, P. (Org.). **Gestão Compartilhada dos resíduos sólidos urbanos**: inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006.

JANUÁRIO, S. S. **SocioBioDiversidade**: extrato de análise metodológica nas ciências reducionistas e construtivistas. Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas, Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2007 (mimeo).

JANUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**. 2ª edição, Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

JORNAL A NOTÍCIA. **Depósito de lixo ameaça região do interior de Itajaí**. Edição de 9/11/1999. Não paginado.

JORNAL DOS BAIRROS. **Preservando o meio ambiente**. Ano VI, nº. 207, 2001.

JORNAL DIÁRIO DO LITORAL. Edição de 29/01/2005a. Disponível em: www.diarinho.com.br Acesso em 21/03/2007. Não paginado.

JORNAL DIÁRIO DO LITORAL. Edição de 25/02/2005b. Disponível em: www.diarinho.com.br Acesso em 22/03/2007. Não paginado.

JUNCÁ, D. C. de M. **Vida de catador: outras palavras sobre o lixo**. CEAS – Centro de estudos e ação social, Salvador, BA, 2001.

JUNCÁ, D. C. de M. **Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo**. Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arrouca, RJ, 2004.

KUHNEN, A. **Reciclando o cotidiano: representações sociais do lixo**. Coleção Teses, volume VI. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

LIMA, J. **Gestão de resíduos no Brasil**. João Pessoa: Fundo Editorial ABES, 2001.

LITTLE, P. E. Os desafios da política ambiental no Brasil. In: LITTLE, P. E. (Org.) **Políticas ambientais no Brasil: análises instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003.

MACHADO, L. M. C. F. **Meio ambiente urbano: reflexões sobre o cotidiano e o individual**. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 7, 1995.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Editora Átomo, 2003.

MARCON, F. **Coleta seletiva: o lixo que não é lixo**. Revista Gramma. Itajaí, ano I, nº. 1, agosto de 2005.

MARTINHO, C. Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. In: **Redes – uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF, 1ª edição, 2003.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva do empoderamento**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

MARTINS, L. **Reforma da administração pública e cultura política no Brasil:** uma visão geral. Cadernos ENAP nº. 8. Brasília: ENAP, 1997.

MELO, M. A. B. de; SILVA, P. L. B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil:** características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Cadernos UNICAMP/ NEPP nº. 48, Campinas: UNICAMP, 2000.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Lixo e cidadania:** guia de ações e programas para a gestão de resíduos sólidos. Brasília: Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Saneamento ambiental, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: www.mma.gov.br Acesso em 15/04/2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Disponível em: www.mte.gov.br

MORIN, E. **O método IV.** As idéias: sua natureza, vida, habitat e organização. Publicações Europa-América, 1991.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 2ª edição, revista e modificada pelo autor. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MOURIM, R. No caminho da universalização. Matéria de capa da revista **Bio (Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente)**. Ano XVI, n. 41, janeiro/março de 2007.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL. **Cartilha de formação do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável.** São Paulo: Setor de comunicação MNCR, 2005.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL. Disponível em: www.mncr.org.br

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: www.oit.org

PAULA, A. P. P. de. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social.** Rae-Debate, v 45, nº. 1, 2005a.

PAULA, A. P. P. de. **Por uma nova gestão pública.** 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005b.

PFEIFFER, P. **Planejamento estratégico municipal no Brasil**: uma nova abordagem. Texto para discussão n°. 37, Brasília: ENAP, 2000.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLANO DIRETOR DE ITAJAÍ. Disponível em: www.plano.itajai.sc.gov.br Acesso em 14/04/2007.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.) **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2004.

PORTO DE ITAJAÍ. Disponível em: www.portoitajai.com.br Acesso em 06/02/2007. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Disponível em: www.itajai.sc.gov.br Acesso durante 2005; 2006; 2007. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Boletim Informativo n°. 6, 1973. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Boletim Informativo n°. 1532, 1977. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Boletim Informativo n°. 145, 1980. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Boletim Informativo de 08/05/1990a. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Boletim Informativo de 25/07/1990b. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Boletim Informativo n°. 14, 1999. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Boletim Informativo de agosto de 2000. Não paginado.

RECICLOTECA. Disponível em: www.recicloteca.org.br

REISER, A. C. **Políticas públicas de desenvolvimento urbano**: um estudo de caso sobre a periferia oeste de Itajaí (SC). Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)/ Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas, 2005.

ROCHA, A. A. **Resíduos sólidos e meio ambiente**. Série seminários, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Secretaria do Meio Ambiente.

RODRIGUES, F. L.; CAVINATTO, V. M. **Lixo: de onde vem? Para onde vai?** 2ª edição, São Paulo: Editora Moderna Ltda., 2003.

ROMANI, A. P. **O poder público municipal e as organizações de catadores**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA, 2004.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SAFATLE, A. **A medida certa**: novos termômetros de riqueza surgem para romper a primazia do PIB e colocar em discussão o tipo de crescimento que o Brasil precisa. Revista Página 22: informação para o novo século. Centro de Estudos em sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP)/ Fundação Getúlio Vargas (FGV), nº. 4, dez. 2006 – jan. 2007.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência Pós-moderna**. Revista estudos Avançados, v.2, 1998.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS JR, O.; RIBEIRO, L. C.; AZEVEDO, S. (Orgs) **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2004

SCHMIDT, M. C. C.; BOEIRA, S. L.; MUNARETTI, J. **Contribuição às Políticas Públicas de Reciclagem de Resíduos no Brasil**: Estudo Exploratório com Base no Acervo de uma ONG Empresarial Especializada. Programa Integrado de Pós-Graduação e Graduação/PIPG. Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007 (mimeo).

SCHUCH, O. **Ocupação informal no Imaruá**: abordagem socioambiental para a formulação de política pública. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)/ Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas, 2005.

SEBRAE/SC. Municípios em números. Disponível em: www.sebraesc.gov.br/numerosdemunicípio. Acesso em: 10/11/2006.

SEBRAE/SP. Disponível em: www.sebraesp.gov.br

SECRETARIA DO ESTADO E DA FAZENDA/SC. Disponível em: www.sef.sc.gov.br

SENAES. **Atlas da Economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, 2005.

SEVERINO, J. R. **Itajaí – 146 anos de história**. Fundação Genésio Miranda Lins, 2006. Disponível em: www.fgml.itajai.sc.gov.br . Acesso em 08/09/2006. Não paginado.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª edição, São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, E. C. B.; MAMEDE, F.; FERREIRA, F. S. S.; SILVA, F. A. L. ; SANTANA, R. B. ROLDAN, R.; LEITÃO, S. A. M. Políticas ambientais e participativas. In: LITTLE, P. E. (Org.) **Políticas ambientais no Brasil: análises instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003.

TRIVINÕS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UGÁ, V. D. **A categoria “pobreza” nas formulações de política social do banco mundial**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº. 23, 2004.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. **Nada justifica o apego ao PIB**. Publicado no Jornal Valor Econômico em 20/10/2006.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VIEIRA, P. H. F. **A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)**. In: VIEIRA, P. H. F. e HOGAN, D. (Orgs) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

VIOLA, E. e LEIS, H. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: VIEIRA, P. H. F. e HOGAN, D. (Orgs) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

VIVEIROS, M. V. **Coleta seletiva solidária: desafios no caminho da retórica à prática sustentável**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP)/Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, 2006.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª edição, Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista com o (a) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí (FAMAI)

A - Deseja ser identificado ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

B - Autoriza a gravação da entrevista?

() sim () não

Características profissionais do entrevistado (a):

1 - Nome:

2 - Cargo que ocupa:

4 - Tempo de atuação na Prefeitura de Itajaí (sempre atuou neste cargo?):

5 - Tempo de atuação na FAMAI (sempre atuou neste cargo?):

6 - Jornada de trabalho para este cargo:

6 - Escolaridade:

7 - Formação acadêmica específica:

8 - Telefone de contato:

9 - Contato via correio eletrônico:

Sobre a FAMAI:

10 - O que significa um “Governo Popular em Itajaí”? Qual é o papel da FAMAI nessa estrutura de governo?

11 – As questões de gerenciamento dos resíduos são de competência exclusiva da FAMAI? Existe algum tipo de trabalho em conjunto entre as Secretarias Municipais para este gerenciamento?

12 - Quais as principais atribuições da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí em relação à destinação dos resíduos sólidos?

13 - Como está estruturado o departamento responsável pela gestão de resíduos sólidos na FAMAI? De quantos funcionários dispõe o departamento? Quem são eles?

14 - Quais os principais projetos e políticas públicas (já desenvolvidas, em andamento e em desenvolvimento) para a gestão de resíduos sólidos no município?

15 – O que a FAMAI tem feito no sentido de adequar-se às diretrizes determinadas pela Lei de Política Estadual de Saneamento [Lei Estadual nº. 13.517/2005] e pela Lei de Política Estadual de Resíduos Sólidos [Lei Estadual nº. 13.557/2005]?

16 – Segundo o Capítulo I da Lei Complementar nº. 04/1999 (que institui a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Itajaí, e dá outras providências), a FAMAI é responsável por: “... **XVII. definir as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva de lixo, à reciclagem do lixo seco , à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento;**”. Como estão sendo cumpridas essas normas e objetivos?

17 – Além do Programa *Tarifa Zero*, existe outro tipo de incentivo direcionado a população e as empresas instaladas em Itajaí para a separação de resíduos visando posteriormente à reciclagem?

18 - Como estão organizadas as políticas públicas voltadas para a temática dos resíduos e sua relação com a atuação de catadores cooperados e/ou autônomos em Itajaí?

19 - Como a FAMAI avalia a atuação dos catadores de resíduos sólidos recicláveis organizados e/ou autônomos em Itajaí?

20 - No ano de 2005, primeiro ano do Governo Volnei Morastoni em Itajaí, havia uma única cooperativa de catadores em Itajaí - Cooperfoz, que foi fechada por falta de cooperados e reaberta em meados de 2006. A implantação do Programa de Coleta Seletiva *Tarifa Zero* está diretamente relacionada a este acontecimento?

21 - De que forma o Programa de Coleta Seletiva contribui para as atividades da cooperativa de catadores denominada Cooperfoz?

22 - A FAMAI já fez algum tipo de levantamento que aponte o número de catadores autônomos e/ou cooperados em atuação em Itajaí? Que o tipo de fundamentação estatística foi utilizada para esta amostragem?

23 - Para a FAMAI a reciclagem e conseqüentemente a atuação dos catadores pode contribuir para o desenvolvimento ambientalmente sustentável em Itajaí?

24 – Já foi divulgado algum balanço da coleta seletiva em Itajaí? Qual o percentual de adesão? Quem são os maiores beneficiados?

25 - Os catadores são consultados democraticamente para a formulação de políticas públicas de resíduos sólidos urbanos em Itajaí?

26 – É correto afirmar que o Programa *Tarifa Zero* representou uma ameaça para o ofício dos catadores cooperados e/ou autônomos em Itajaí? Tendo em vista o crescente número de interessados que já possuem algum tipo de emprego e resolveram acumular material para o aumento da renda familiar.

- 27 – A FAMAI já foi formalmente acusada, pelo Ministério Público ou por outro órgão, de cometer irregularidades na gestão dos resíduos? Sofre algum processo judicial? Se a resposta for positiva, por qual motivo?
- 28 – Existe um Conselho Municipal de Meio Ambiente em Itajaí? Como tem sido a relação entre o Conselho Municipal de Meio Ambiente e a FAMAI? As questões sobre o gerenciamento de resíduos têm sido debatidas?
- 29 – A problemática dos resíduos é adequadamente tratada no Plano Diretor do Município?
- 30 - Por que as questões que envolvem a problemática dos resíduos não são debatidas no Programa do *Orçamento Participativo* no Município?
- 31 – Existe um Fórum Municipal do Lixo & Cidadania em Itajaí? Se a resposta for não, por que não houve articulação até o presente momento?
- 32 – Itajaí possui algum vínculo com o Fórum Nacional (e Estadual) do Lixo & Cidadania?
- 33 – Existe algum tipo de auxílio financeiro por parte do Governo Federal para as políticas de destinação de resíduos sólidos urbanos em Itajaí?
- 34 - A FAMAI possui algum tipo de vínculo com ONGs ou empresariado local para a busca de soluções no gerenciamento dos resíduos? Qual?
- 35 – Como a FAMAI avalia suas relações com o IBAMA e com a FATMA?
- 36 – A FAMAI desenvolve algum programa de educação ambiental sobre a reciclagem?
- 37 – Como a FAMAI avalia a sustentabilidade socioambiental do município de Itajaí?
- 38 – Qual é o papel da Engepasa Ambiental no gerenciamento de resíduos sólidos em Itajaí? Como está estabelecido o contrato entre a Prefeitura Municipal de Itajaí e a Engepasa Ambiental? Qual a avaliação da FAMAI em relação aos serviços de coleta prestados pela Engepasa? O que é a XR? Qual sua importância para a coleta seletiva em Itajaí?
- 39 – Como a FAMAI define o modelo de gerenciamento dos resíduos em Itajaí?
- 40 - Qual a relevância da formação da Agenda 21 local neste modelo?
- 41 - Qual a tecnologia empregada no aterro sanitário? De quem é a responsabilidade de operação?
- 42 – Por que os resíduos de dois municípios vizinhos (Itajaí e Balneário Camboriú) são depositados no mesmo aterro sanitário (localizado em Itajaí)? Qual deles deve responder (judicialmente, no caso de uma investigação) pelas condições do aterro?

43 – Existem pontos de descarte irregular de resíduos sólidos urbanos identificados pela FAMAI em Itajaí? Quais são as providências tomadas pelo poder público municipal para solucionar este problema?

44 – Existem evidências de que o Programa de Coleta Seletiva - *Tarifa Zero* (implantado na gestão atual), despertou o interesse na população em acumular material reciclado em suas residências para uma posterior comercialização - o que pode gerar a proliferação de animais e doenças – o que suponho, gera certa controvérsia, pois, ao mesmo tempo em que se dispõe de um aterro sanitário com alta tecnologia constituem-se mini-lixões em Itajaí. Como o poder público municipal busca amenizar ou solucionar este problema?

45 - Existe alguma preocupação por parte da FAMAI na continuidade desta política atual de gestão de resíduos, incluindo o programa de coleta seletiva (no caso de outro gestor vencer a próxima eleição municipal)?

46 – Existe um controle interno da FAMAI para avaliação de eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas atuais de resíduos em Itajaí?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista com o (a) representante da Secretaria de Obras e Serviços Municipais, da Prefeitura Municipal de Itajaí

A - Deseja ser identificado ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

B - Autoriza a gravação da entrevista?

() sim () não

Características profissionais do entrevistado (a):

1 - Nome:

2 - Cargo que ocupa:

4 - Tempo de atuação na Prefeitura de Itajaí (sempre atuou neste cargo?):

5 - Tempo de atuação na Secretaria de Obras (sempre atuou neste cargo?):

6 - Jornada de trabalho para este cargo:

6 - Escolaridade:

7 - Formação acadêmica específica:

8 - Telefone de contato:

9 - Contato via correio eletrônico:

Sobre a Secretaria de Obras:

10 – O que significa um “Governo Popular em Itajaí”? Qual é o papel da Secretaria de Obras nessa estrutura de governo?

11 - As questões operacionais de descarte dos resíduos sólidos urbanos e gerenciamento dos mesmos em Itajaí são de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Obras? Quais as principais ações desta Secretaria para a destinação dos mesmos?

12 – Existe algum tipo de trabalho em conjunto entre as Secretarias Municipais para o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em Itajaí?

13 - Como está estruturado o departamento responsável pela gestão de resíduos sólidos urbanos na Secretaria de Obras? De quantos funcionários dispõe o departamento? Quem são eles?

14 - Quais os principais projetos e políticas públicas (já desenvolvidas, em andamento e em desenvolvimento) para a gestão de resíduos sólidos no município?

15 – Qual o papel e a responsabilidade da Engepasa Ambiental no recolhimento e descarte de resíduos sólidos urbanos em Itajaí?

16 – Como está estabelecido o contrato entre a Prefeitura Municipal de Itajaí e a Engepasa Ambiental? Qual a avaliação da Secretaria de Obras em relação aos serviços de coleta prestado pela Engepasa? Qual é o custo mensal/anual dos serviços da Engepasa?

17 – O que é a XR? Qual sua importância para a coleta seletiva em Itajaí?

18 - O que a Secretaria de Obras tem feito no sentido de adequar-se às diretrizes determinadas pela Lei de Política Estadual de Saneamento [Lei Estadual nº 13.517/2005] e pela Lei de Política Estadual de Resíduos Sólidos [Lei Estadual nº 13.557/2005]?

19 - O Programa *Tarifa Zero* é a primeira experiência de coleta seletiva na cidade de Itajaí? De quem partiu essa iniciativa? Qual o custo para sua implementação e o custo mensal/anual para a execução deste programa?

20 - Por que este programa de coleta seletiva está relacionado à isenção de cobrança da tarifa de recolhimento de lixo para a população Itajaíense?

21 – Como foi a política de adesão voltada para a população nesta campanha?

22 – A população já tem pleno conhecimento do que é um Programa de Coleta Seletiva e sua importância em termos ambientais, econômicos e sociais?

23 – Como é estruturado e operacionalizado o Programa Tarifa Zero?

24 – De que forma a população foi instruída para a participação na campanha?

25 - Como a Prefeitura lida com a falta de contribuição financeira por parte da população? Como ela supre esse buraco?

26 – Como a Prefeitura fiscaliza a separação dos resíduos nas residências, empresas, entidades e órgãos públicos em Itajaí?

27 – Como são fiscalizados os condomínios?

28 – Existe a preocupação por parte da Prefeitura e da Secretaria de Obras na conscientização da população sobre a importância do município dispor de um programa de coleta seletiva e da divulgação da importância da reciclagem no contexto atual?

29 - Qual a quantidade de resíduos coletados em Itajaí na atualidade e qual a quantidade de recicláveis após o Tarifa Zero?

30 – De que forma é operacionalizado o tratamento dos resíduos não recicláveis em Itajaí?

- 31 – Quais as características do aterro sanitário? Qual é a tecnologia empregada? De quem é a responsabilidade de operação? Quem cedeu o espaço para o mesmo?
- 32 - Existem pontos de descarte irregular de resíduos sólidos urbanos identificados pela Secretaria de Obras em Itajaí? Quais são as providências tomadas pelo Poder Público Municipal para solucionar este problema?
- 33 – Qual o destino do lixo reciclável separado pela população que participa do *Tarifa Zero*?
- 34 – Como a Secretaria de Obras avalia a atuação dos catadores de resíduos sólidos recicláveis organizados e/ou autônomos em Itajaí?
- 35 - Como estão organizadas as políticas públicas voltadas para a temática dos resíduos e sua relação com a atuação de catadores cooperados e/ou autônomos em Itajaí?
- 36 – Existem evidências de que o Programa *Tarifa Zero* despertou o interesse na população em acumular material reciclado em suas residências para uma posterior comercialização - o que pode gerar a proliferação de animais e doenças – o que suponho, gera certa controvérsia, pois, ao mesmo tempo em que se dispõe de um aterro sanitário com alta tecnologia constituem-se minilixões em Itajaí. Como a Prefeitura busca amenizar ou solucionar este problema?
- 37 - No ano de 2005, primeiro ano do Governo Volnei Morastoni em Itajaí, havia uma única cooperativa de catadores em Itajaí - Cooperfoz, que foi fechada por falta de cooperados e reaberta em meados de 2006. A implantação do Programa *Tarifa Zero* está diretamente relacionada a este acontecimento?
- 38 – É correto afirmar que o Programa *Tarifa Zero* representou uma ameaça para o ofício dos catadores cooperados e/ou autônomos em Itajaí? Tendo em vista o crescente número de interessados - que já possuem algum tipo de emprego - que resolveram acumular material para o aumento da renda familiar?
- 39 - A Secretaria já fez algum tipo de levantamento do número de catadores autônomos e/ou cooperados em atuação em Itajaí? Qual o tipo de fundamentação estatística utilizado para esta amostragem?
- 40 – De que forma o Programa de Coleta Seletiva contribui para as atividades da Cooperfoz?
- 41 - Para a Secretaria de Obras a reciclagem e conseqüentemente a atuação dos catadores podem contribuir para o desenvolvimento ambientalmente sustentável em Itajaí?
- 42 – Já foi divulgado algum balanço da coleta seletiva em Itajaí? Qual o percentual de adesão? Quem são os maiores beneficiados?
- 43 – A população e os catadores têm sido consultados democraticamente para fins de formulação de políticas públicas de resíduos sólidos urbanos em Itajaí?

44 - Por que as questões que envolvem a problemática dos resíduos não são debatidas no Programa do *Orçamento Participativo* no Município?

45 - A problemática dos resíduos é adequadamente tratada no Plano Diretor do Município?

46 - A Prefeitura de Itajaí já foi formalmente acusada, pelo Ministério Público ou por outro órgão, de cometer irregularidades em relação ao descarte de resíduos sólidos? Sofre algum processo judicial? Se a resposta for positiva, por qual motivo?

47 - Como a Secretaria de Obras define o modelo de gerenciamento dos resíduos em Itajaí?

48 - Como a Secretaria de Obras define a sustentabilidade necessária e viável para o caso de Itajaí?

49 - Existe alguma preocupação por parte da Secretaria de Obras na continuidade desta política de coleta seletiva (no caso de outro gestor vencer a próxima eleição municipal)?

50 - Existe um controle interno na Secretaria de Obras para avaliação da eficácia, eficiência e efetividade da política pública atual relacionada a gestão dos resíduos em Itajaí?

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista com o (a) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEDEER), da Prefeitura Municipal de Itajaí

A - Deseja ser identificado ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

B - Autoriza a gravação da entrevista?

() sim () não

Características profissionais do entrevistado (a):

1 - Nome:

2 - Cargo que ocupa:

4 - Tempo de atuação na Prefeitura de Itajaí (sempre atuou neste cargo?):

5 - Tempo de atuação na SEDEER (sempre atuou neste cargo?):

6 - Jornada de trabalho para este cargo:

6 - Escolaridade:

7 - Formação acadêmica específica:

8 - Telefone de contato:

9 - Contato via correio eletrônico:

Sobre a SEDEER:

10 – Esta é uma Secretaria recente no município de Itajaí. Por que ela foi criada?

11 – O que significa um “Governo Popular em Itajaí”? Qual é o papel da SEDEER nessa estrutura de governo?

12 – Qual o intuito de trabalhar com a Economia Solidária em Itajaí? Como está sendo desenvolvida? Por quem? Existe alguma assessoria externa?

13 - Como está estruturado o departamento responsável pela Economia Solidária na SEDEER? De quantos funcionários dispõe o departamento? Quem são eles?

14 – Quais as principais ações da SEDEER em relação à atuação de catadores de resíduos sólidos recicláveis em Itajaí?

15 – Como estão estruturadas as ações para a melhoria das condições de trabalho dos catadores em Itajaí?

16 - No ano de 2005, primeiro ano do Governo Volnei Morastoni em Itajaí, havia uma única cooperativa de catadores em Itajaí - Cooperfoz, que foi fechada por falta de cooperados e reaberta em meados de 2006. Qual a responsabilidade da SEDEER na reestruturação da cooperativa?

17 – Como o Programa de Coleta Seletiva - denominado *Tarifa Zero* - implantado no ano de 2005 em Itajaí contribui para as atividades da Cooperfoz?

18 – Como a SEDEER avalia a atuação de catadores de RSU recicláveis em Itajaí? O maior objetivo da política pública municipal, neste caso, é a inclusão social?

19 – Essa política tem um caráter compensatório? Ou seja, busca-se apenas reinserir os excluídos do mercado de trabalho?

20 – A política que objetiva a reestruturação da cooperativa é uma iniciativa local? Ou vem da instância Federal ou Estadual?

21 – O trabalho com os catadores é uma iniciativa que visa à regulamentação da profissão de catador enquanto habilitação?

22 – Quais são as características da política social (um quadro de vida decente que estabeleça vinculação social, familiar, escolar, política e cultural) da SEDEER no que se refere à cidadania dos catadores?

23 – A Secretaria já fez algum tipo de mapeamento socioeconômico dos catadores, à semelhança do que foi desenvolvido em Florianópolis? Como por exemplo: quantos exercem a profissão, quanto ganham como é composto o núcleo familiar, quantos são autônomos e quantos são cooperados? Qual o tipo de fundamentação estatística utilizado para esta amostragem?

24 – É correto afirmar que o Programa de Coleta Seletiva *Lixo Reciclado - Tarifa Zero* representou uma ameaça para o ofício dos catadores cooperados e/ou autônomos em Itajaí? Tendo em vista que a posse dos resíduos é da Engepasa, além do crescente número de interessados - que já possuem algum tipo de emprego - que resolveram acumular material para o aumento da renda familiar?

25 - Existe algum levantamento que indique quem são e quantos são os principais sucateiros e beneficiadores em Itajaí? Qual o tipo de fundamentação estatística utilizado para esta amostragem?

26 – Os catadores têm sido consultados democraticamente para fins de formulação de políticas públicas de resíduos sólidos urbanos em Itajaí?

27 – O que motivou a iniciativa de auxílio para a formação da COOPERFOZ? Foram mais decisivos os aspectos ambientais ou humanos?

28 – Qual é o apoio institucional prestado pela SEDEER à COOPERFOZ?

29 – O que é a FIO NOBRE? Qual é sua relação com a SEDEER? Como se caracteriza a parceria desta com a COOPERFOZ?

30 – A SEDEER incentiva a autogestão da cooperativa? De que forma? Como são capacitados os cooperados para exercerem suas funções na COOPERFOZ?

31 – A Economia Solidária, como é proposta pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), contribui de que forma na formação da cooperativa? Essa é uma política concretizada ou em andamento?

32 – Itajaí engloba o Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária?

33 – Como a SEDEER define a sustentabilidade necessária e viável para o caso de Itajaí?

34 – Para a SEDEER como a reciclagem e conseqüentemente a atuação dos catadores contribui para o desenvolvimento ambientalmente sustentável em Itajaí?

35 – A política de incentivo a formação de cooperativas foi desenvolvida na gestão atual ou na gestão anterior? Existe alguma preocupação por parte da SEDEER na continuidade desta política (no caso de outro gestor vencer a próxima eleição municipal)?

36 – Existe um controle interno na SEDEER para avaliação da eficácia, eficiência e efetividade da política pública atual que atende aos catadores de resíduos em Itajaí?

37 – Fale sobre a experiência do Centro Público de Economia solidária:

APÊNDICE D

Roteiro de entrevista com o (a) presidente da Cooperativa de Coletadores de Material Reciclável da Foz do Rio Itajaí (COOPERFOZ)

A - Deseja ser identificado (a) ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

B - Autoriza a gravação da entrevista?

() sim () não

Características profissionais do entrevistado (a):

1 - Nome:

2 - Desde quando ocupa o cargo de presidente da COOPERFOZ:

3 - Tempo de atuação na COOPERFOZ (sempre atuou neste cargo?):

4 - Jornada de trabalho para este cargo:

5 - Tempo de trabalho no mercado de recicláveis:

6 - Escolaridade:

7 - Telefone de contato:

Características pessoais:

8 - Estado civil:

9 - Número de filhos:

10 - Número de pessoas que vivem na casa que você reside:

11 - Divide a responsabilidade pelas despesas da casa com algum membro da família:

() sim () não

12 - Naturalidade:

13 - Tempo de residência em Itajaí:

14 - Bairro que reside:

Sobre a atuação no mercado de recicláveis:

13 - Sempre atuou nesse ramo de atividade () sim () não () prefere não responder

14 - Já atuou em outro ramo de atividade () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

15 - Você tem outra fonte de renda além dessa () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

- 16 - Por que você começou a atuar no mercado de recicláveis? _____
() prefere não responder
- 17 - Você já trabalhou de forma autônoma () sim () não () prefere não responder
- 18 - Qual o tipo de ajuda ou de apoio, que você precisa para fazer melhor o seu trabalho?
_____ () prefere não responder
- 19 - Como você soube da existência da cooperativa? _____ ()
prefere não responder
- 20 - Por quê você resolveu se associar à cooperativa?
_____ () prefere não responder
- 21 - Como é a sua relação com os outros cooperados () boa () ruim () prefere não
responder
- 22 - Você acredita que o cooperativismo é uma alternativa para o desemprego e a desigualdade
social () sim () não () prefere não responder
- 23 - Você considera justa a divisão de tarefas na cooperativa () sim () não () prefere
não responder
Por quê? _____ () prefere não responder
- 24 - Você considera justa a divisão de lucro/renda na cooperativa () sim () não ()
prefere não responder
Por quê? _____ () prefere não responder
- 25 - Você acredita que o trabalho na cooperativa é melhor do que de forma autônoma () sim
() não () prefere não responder
Por quê? _____ () prefere não responder
- 26 - Você contribui para o INSS () sim () não () prefere não responder
- 27 - Você considera a reciclagem unicamente como fonte geradora de renda
() sim () não () prefere não responder
- 28 - Você considera a reciclagem importante para a preservação do meio ambiente
() sim () não () prefere não responder
- 29 - Você já ouviu falar da Economia Solidária () sim () não () prefere não responder
Se a resposta for positiva perguntar: você acha que a Economia Solidária contribui para a
melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores, possibilitando o reconhecimento da
profissão () sim () não () prefere não responder
- 30 - Você acha que existe alguma preocupação da Prefeitura em relação ao seu trabalho

() sim () não () prefere não responder

31 - Você recebe ou já recebeu algum auxílio da Prefeitura () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

32 - Você sabe o que é o Programa de coleta seletiva *Lixo Reciclado - Tarifa Zero* () sim () não () prefere não responder

33 - Surgiram facilidades para a sua atividade após a implantação desse programa () sim () não () prefere não responder

Quais? _____ () prefere não responder

34 - Surgiram dificuldades para a sua atividade após a implantação desse programa () sim () não () prefere não responder

Quais? _____ () prefere não responder

35 - Existe algum tipo de vínculo com outras entidades externas () sim () não () prefere não responder

Se a resposta for positiva perguntar: que tipo de vínculo e com quem? (como por exemplo, doação de resíduos, auxílio para aquisição de material, doações para pagamentos de encargos: contas de água, luz, telefone etc.).

_____ () prefere não responder

36 - Existe preconceito na sociedade em relação ao trabalho de vocês () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

37 - Você participa ou já participou de algum movimento organizado de catadores () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

38 - Existe algum membro de sua família na cooperativa () sim () não () prefere não responder

Quantos? _____ () prefere não responder

Sobre a cooperativa:

39 - Qual sua opinião sobre o cooperativismo?

_____ () prefere não responder

40 - Como foi a reestruturação da COOPERFOZ? Qual foi o número inicial de cooperados?

_____ () prefere não responder

41 - Quantas pessoas trabalham atualmente no galpão? Quantos homens e quantas mulheres? Como se dá a movimentação dos mesmos (ficam pouco ou muito tempo na COOPERFOZ)?

_____ () prefere não responder

42 – Quais os dias de atividade da COOPERFOZ? Quantas horas cada um trabalha por semana?

_____ () prefere não responder

43 – Existem intervalos para alimentação?

_____ () prefere não responder

44 – Quais as tarefas exercidas no galpão? Elas são exercidas igualmente por homens e mulheres?

_____ () prefere não responder

45 – O galpão é próprio ou alugado?

_____ () prefere não responder

46 – Os resíduos são coletados nas ruas ou são entregues diretamente na cooperativa? Por quem?

_____ () prefere não responder

47 – Você sabe dizer qual o volume de resíduos acumulados por dia/semana/mês no galpão? Para quem eles são vendidos?

_____ () prefere não responder

48 – Quais os equipamentos utilizados pela cooperativa? Eles são próprios?

_____ () prefere não responder

49 – Existe alguma técnica para a separação do material () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

50 - Existe um percentual de material que é descartado por não ser reciclável? () sim () não () prefere não responder

51 - O material vem limpo () sim () não () prefere não responder

52 - O material vem separado (papel, plástico, metal e vidro) () sim () não () prefere não responder

53 - Os resíduos são prensados para revenda () sim () não () prefere não responder

54 - Qual o rendimento geral e individual dos cooperados mensalmente?

_____ () prefere não responder

55 - Todos os cooperados contribuem para o INSS () sim () não () prefere não responder

56 – São utilizados equipamentos de segurança () sim () não () prefere não responder

- 57 - Quais? (luvas, uniforme, capacete, máscara, calçado etc.) _____
() prefere não responder
- 58 - Eles são doados ou comprados pela cooperativa? _____ ()
prefere não responder
- 59 - Existe recolhimento de taxa de fundo de reserva? _____ ()
prefere não responder
- 60 - Já ouviu algum tipo de acidente de trabalho () sim () não () prefere não responder
É comum ocorrer? _____ () prefere não responder
- 61 - A COOPERFOZ é registrada () sim () não () prefere não responder
- 62 - Existe algum estatuto interno na COOPERFOZ (pedir cópia se houver) () sim () não
() prefere não responder
- 63 - Quem faz a parte contábil-financeira na cooperativa? O serviço é pago por quem?
_____ () prefere não responder
- 64 - Como é feita a seleção de novos cooperados? Existe prioridade na divisão por sexo?
_____ () prefere não responder
- 65 - Como é feita a eleição do presidente na cooperativa? Quais são as formas de participação em
todos os processos decisórios na cooperativa? Todos participam?
_____ () prefere não responder
- 66 - Existe fiscalização da vigilância sanitária ou da prefeitura em relação à armazenagem do
material no galpão () sim () não () prefere não responder
Se houver, qual a frequência? _____ () prefere não responder
- 67 - O mercado de recicláveis é muito concorrido em Itajaí () sim () não () prefere não
responder

APÊNDICE E

Roteiro de entrevista com os (as) Cooperados da Cooperativa de Coletadores de Material Reciclável da Foz do Rio Itajaí (COOPERFOZ)

A - Deseja ser identificado (a) ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

B - Autoriza a gravação da entrevista?

() sim () não

Características profissionais:

1 – Nome:

2 - Escolaridade:

3 - Tempo de atuação na COOPERFOZ:

4 - Jornada de trabalho semanal:

5 – Tempo de trabalho no mercado de recicláveis:

Características pessoais:

6 – Estado civil:

7 – Número de filhos:

8 – Número de pessoas que vivem na casa que você reside:

9 - Divide a responsabilidade pelas despesas da casa com algum membro da família:

() sim () não

10 - Naturalidade:

11 – Tempo de residência em Itajaí:

12 – Bairro que reside:

Sobre a atuação no mercado de recicláveis:

13 – Sempre atuou nesse ramo de atividade () sim () não () prefere não responder

14 - Já atuou em outro ramo de atividade () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

15 - Você tem outra fonte de renda além dessa () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

- 16 - Por que você começou a atuar no mercado de recicláveis? _____
() prefere não responder
- 17 - Você já trabalhou de forma autônoma () sim () não () prefere não responder
- 18 - Qual o tipo de ajuda ou de apoio, que você precisa para fazer melhor o seu trabalho?
_____ () prefere não responder
- 19 - Como você soube da existência da cooperativa? _____ ()
prefere não responder
- 20 - Por quê você resolveu se associar à cooperativa?
_____ () prefere não responder
- 21 - Como é a sua relação com os outros cooperados () boa () ruim () prefere não responder
- 22 - Você acredita que o cooperativismo é uma alternativa para o desemprego e a desigualdade social () sim () não () prefere não responder
- 23 - Você considera justa a divisão de tarefas na cooperativa () sim () não () prefere não responder
Por quê? _____ () prefere não responder
- 24 - Você considera justa a divisão de lucro/renda na cooperativa () sim () não ()
prefere não responder
Por quê? _____ () prefere não responder
- 25 - Você considera a reciclagem unicamente fonte geradora de renda
() sim () não () prefere não responder
- 26 - Você considera a reciclagem importante para a preservação do meio ambiente
() sim () não () prefere não responder
- 27 - O que o (a) motivou a participar da cooperativa?
_____ () prefere não responder
- 28 - Os ganhos na cooperativa são suficientes para o sustento de sua família () sim () não
() prefere não responder
- 29 - Você acredita que o trabalho na cooperativa é melhor do que de forma autônoma () sim
() não () prefere não responder
Por quê? _____ () prefere não responder
- 30 - Você contribui para o INSS () sim () não () prefere não responder
- 31 - Você já ouviu falar da Economia Solidária () sim () não () prefere não responder

Se a resposta for positiva perguntar: você acha que a Economia Solidária contribui para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores possibilitando o reconhecimento da profissão () sim () não () prefere não responder

32 - Você acha que existe alguma preocupação da Prefeitura em relação ao seu trabalho () sim () não () prefere não responder

33 - Você recebe ou já recebeu algum auxílio da Prefeitura () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

34 - Você sabe o que é o Programa de coleta seletiva *Lixo Reciclado - Tarifa Zero* () sim () não () prefere não responder

35 – Surgiram facilidades para a sua atividade após a implantação desse programa

() sim () não () prefere não responder

Quais? _____ () prefere não responder

36 - Surgiram dificuldades para a sua atividade após a implantação desse programa

() sim () não () prefere não responder

Quais? _____ () prefere não responder

37 - Existe preconceito na sociedade em relação ao trabalho de vocês () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

38 – Você participa das reuniões na cooperativa () sim () não () prefere não responder

Qual a frequência? _____ () prefere não responder

39 - Você participa ou já participou de algum movimento organizado de catadores

() sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

40 - Existe algum membro de sua família na cooperativa () sim () não () prefere não responder

_____ () prefere não responder

41 - O mercado de recicláveis é muito concorrido em Itajaí () sim () não () prefere não responder

APÊNDICE F

Roteiro de entrevista com os (as) catadores autônomos

A - Deseja ser identificado (a) ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

Características profissionais:

1 – Nome:

2 - Escolaridade:

3 - Tempo de atuação como autônomo:

4 - Jornada de trabalho semanal:

5 – Tempo de trabalho no mercado de recicláveis:

Características pessoais:

6 – Estado civil:

7 – Número de filhos:

8 – Número de pessoas que vivem na casa que você reside:

9 – Você divide a responsabilidade pelas despesas da casa com algum membro da família

() sim () não

10 - Naturalidade:

11 – Tempo de residência em Itajaí:

12 – Bairro que reside:

Sobre a atuação no mercado de recicláveis:

13 – Sempre atuou nesse ramo de atividade () sim () não () prefere não responder

14 - Já atuou em outro ramo de atividade () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

15 - Você tem outra fonte de renda além dessa () sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

16 – Por que você começou a atuar no mercado de recicláveis? _____

() prefere não responder

17 – Qual o tipo de ajuda ou de apoio, que você precisa para fazer melhor o seu trabalho?

_____ () prefere não responder

18 - Você considera que a reciclagem unicamente como fonte geradora de renda
() sim () não () prefere não responder

19 - Você considera a reciclagem importante para a preservação do meio ambiente
() sim () não () prefere não responder

20 - Você sabe que existe uma cooperativa de catadores em Itajaí () sim () não
() prefere não responder

21 - Você gostaria de participar de uma cooperativa () sim () não () prefere não responder
Por quê? _____ () prefere não responder

22 - Você prefere trabalhar de forma autônoma () sim () não () prefere não responder

23 - Qual a quantidade de material que você vende por: dia/semana/mês?
_____ () prefere não responder

24 - Quais os bairros que você atua? _____ () prefere não responder

25 - Você já disputou material ou território com outros catadores () sim () não ()
prefere não responder

26 - Que tipo de transporte você usa para carregar o que coleta? _____
() prefere não responder

27 - Você armazena o material recolhido na sua casa () sim () não () prefere não responder. Se a resposta for positiva perguntar: você já recebeu alguma notificação da Vigilância Sanitária () sim () não () prefere não responder

28 - Você revende o material recolhido diariamente () sim () não () prefere não responder

29 - Você usa algum material para se proteger (luvas, botas etc.) () sim () não ()
prefere não responder

30 - Você já teve alguma doença devido ao contato com o lixo () sim () não () prefere não responder

31 - Quanto você ganha atuando como catador? _____ () prefere não responder

32 - É suficiente para o sustento da sua família () sim () não () prefere não responder

33 - Você sabe o que é o Programa de coleta seletiva *Lixo Reciclado - Tarifa Zero* () sim

() não () prefere não responder

34 - Surgiram facilidades na sua atividade de catação após a implantação desse programa ()
sim () não () prefere não responder

Quais? _____ () prefere não responder

35 - Surgiram dificuldades na sua atividade de catação após a implantação desse programa ()
sim () não () prefere não responder

Quais? _____ () prefere não responder

36 – Antes da implantação do programa havia a contribuição da população para o seu trabalho
(em relação à separação do lixo) () sim () não () prefere não responder

37 - Geralmente o lixo reciclável está limpo () sim () não () prefere não responder

38 – Você acha que existe alguma preocupação da Prefeitura em relação ao seu trabalho
() sim () não () prefere não responder

39 - Você recebe ou já recebeu algum auxílio da Prefeitura () sim () não () prefere não
responder

Qual? _____ () prefere não responder

40 – Você contribui para o INSS () sim () não () prefere não responder

41 - Você já ouviu falar da Economia Solidária () sim () não () prefere não responder
Se a resposta for positiva perguntar: você acha que a Economia Solidária contribui para a
melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores possibilitando o reconhecimento da
profissão () sim () não () prefere não responder

42 - Existe preconceito na sociedade em relação ao seu trabalho () sim () não ()
prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

43 – Você participa ou sabe da existência de algum movimento organizado de catadores
() sim () não () prefere não responder

Qual? _____ () prefere não responder

44 - O mercado de recicláveis é muito concorrido em Itajaí () sim () não () prefere não
responder

APÊNDICE G

Roteiro de entrevista com os Sucateiros

A - Deseja ser identificado ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

B - Autoriza a gravação da entrevista?

() sim () não

1 – Nome da empresa:

2 – Nome do funcionário responsável pelo questionário:

3 – Cargo/função que ocupa:

4 – Endereço:

5 – Telefone:

Sobre o mercado de sucatas:

6 – Qual o período de atuação da empresa no mercado de recicláveis?

7 – Quantos funcionários trabalham na empresa?

8 – Quais tipos de resíduos a empresa compra? Qual o valor dos mesmos?

9 – A empresa compra o material de catadores? São sempre os mesmos catadores que vêm vender para esta empresa?

10 – A empresa compra material da COOPERFOZ?

11 – Qual a quantidade diária/semanal/mensal de material que a empresa compra? O material é de boa qualidade? Já vem limpo e separado?

12 – O galpão de armazenagem da empresa é coberto? Existe fiscalização da vigilância sanitária ou da prefeitura em relação à armazenagem do material no galpão? Se houver, qual a frequência?

13 – Para quem a empresa vende os resíduos?

14 – O Programa de coleta seletiva *Lixo Reciclado - Tarifa Zero* beneficiou os negócios da empresa? Como?

15 – Você acredita que a reciclagem proporciona apenas benefícios econômicos ou pode contribuir também para a preservação do meio ambiente? Por quê?

16 - O mercado de recicláveis é muito concorrido em Itajaí () sim () não () prefere não responder

APÊNDICE L

Roteiro de entrevista para o Setor Educacional do Centro SENAC de Desenvolvimento Social

A - Deseja ser identificado na pesquisa ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

1 – Cargo/função que ocupa:

2 – Endereço eletrônico de contato (home page/e-mail):

Sobre as ações do Setor Educacional do Centro SENAC de Desenvolvimento Social, envolvendo os catadores de resíduos sólidos urbanos recicláveis nos municípios catarinenses:

3 – Que tipo de trabalho o SENAC vem desenvolvendo junto aos catadores de resíduos sólidos recicláveis em Santa Catarina?

4 – Quando surgiu e qual o intuito desta iniciativa?

5 - Quais os municípios atendidos?

6 - Os municípios participantes dispõem de programas de coleta seletiva? Existe a percepção por parte dos gestores públicos para a necessidade de inclusão dos catadores nesses programas?

7 - O trabalho desenvolvido pelo SENAC está unicamente direcionado às organizações de catadores ou visa alcançar os catadores que exercem o ofício de forma autônoma?

8 – Qual a participação das prefeituras municipais neste projeto?

9 – Como este projeto tem influenciado o desenvolvimento de políticas públicas de resíduos e saneamento nos municípios atendidos?

10 – Qual a influência do projeto para o ofício e para o resgate da cidadania dos catadores de resíduos sólidos recicláveis?

11 – Quais as metas alcançadas e cumpridas pelo projeto? Quais as perspectivas futuras? Como tem sido a aceitação por parte dos órgãos públicos e dos catadores?

APÊNDICE H

Roteiro de entrevista para a Engepasa Ambiental

A - Deseja ser identificado ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

1 – Nome do Responsável pela Empresa:

2 – Nome do funcionário responsável pelo questionário:

2.1 – Cargo/função que ocupa:

3 – Telefone da Empresa:

4 – Endereço da Empresa:

5 – Endereço eletrônico de contato (home page/e-mail):

Sobre os Serviços prestados pela Engepasa

6 – Qual é a responsabilidade da Engepasa Ambiental nos serviços de coleta e limpeza urbana no município de Itajaí?

7 – Qual o tempo de atuação da Engepasa Ambiental em Itajaí?

8 – Como está estabelecido o contrato de prestação de serviços entre a Engepasa Ambiental e a Prefeitura Municipal de Itajaí?

9 – Quais etapas do processo de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos competem a Engepasa Ambiental?

10 – Os resíduos sólidos urbanos de Itajaí são depositados unicamente no aterro sanitário da Canhanduba? De quem é a responsabilidade de operação do mesmo? Qual é a tecnologia empregada? Qual o tempo de vida do mesmo?

11 – A Engepasa Ambiental tem alguma responsabilidade no monitoramento do antigo aterro sanitário? Os dois aterros estão localizados numa área próxima?

12 – Os resíduos depositados no aterro da Canhanduba são exclusivamente os recolhidos no Município de Itajaí? Ou o aterro atende a municípios vizinhos? Se a resposta for positiva, quais são os municípios e porque existe esse consórcio?

13 – Existe algum tipo de separação referente aos resíduos coletados? Qual o tratamento empregado aos resíduos especiais?

- 14 – Qual a preocupação da Engepasa Ambiental em relação à preservação do meio ambiente?
- 15 – Existe algum programa de coleta seletiva urbana relacionado às atividades da Engepasa Ambiental? Qual é, e como funciona?
- 16 – Qual a posição da Engepasa Ambiental em relação aos processos de separação de resíduos para a reciclagem em Itajaí?
- 17 – Qual o posicionamento da Engepasa Ambiental em relação à atuação dos catadores de resíduos sólidos recicláveis em Itajaí?
- 18 – A Engepasa possui algum tipo de vínculo com a COOPERFOZ – Cooperativa de Coletadores de Material Reciclável da Foz do Rio Itajaí?
- 19 – Existem estatísticas sobre a quantidade de lixo coletado em Itajaí?
- 20 – Os serviços de coleta atingem todo o Município de Itajaí (incluindo a zona urbana e a rural)?
- 21 – Para a Engepasa Ambiental, quais são os problemas referentes ao meio ambiente e a saúde pública que a destinação irregular de resíduos sólidos urbanos pode causar?
- 22 – Os funcionários responsáveis pelos serviços de limpeza pública passam por algum tipo de treinamento?
- 23 – Qual o grau de satisfação da comunidade e do Poder Público Municipal em relação aos serviços prestados pela Engepasa Ambiental? Existe algum registro feito pela empresa?
- 24 – Existe algum tipo de fiscalização em relação aos serviços prestados pela Engepasa Ambiental? - por parte de órgãos ambientais, Prefeituras, Ministério Público etc.

APÊNDICE I

Roteiro de entrevista para o Ministério Público Federal em Itajaí, referente à Ação Civil Pública de n. 2000.72.08.0021640

A - Deseja ser identificado ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

- 1 – Nome do Procurador da República responsável:
- 2 – Nome do funcionário responsável pelo questionário:
- 3 – Cargo/função que ocupa:
- 4 – Endereço eletrônico de contato (home page/e-mail):

Sobre as ações do MPF referentes à gestão de resíduos sólidos urbanos no Município de Itajaí:

5 – Qual é a função do Ministério Público Federal em relação à defesa do Meio Ambiente?

6 - No que consiste a atuação do MPF quando se está em pauta o tema da gestão e deposição final dos resíduos sólidos urbanos nos municípios brasileiros?

7 – A região de Itajaí sofre muitos crimes ambientais causados pela deposição irregular de resíduos?

8 – Como é feita a fiscalização por parte do MPF em relação à atuação do Poder Público Municipal para o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos?

9 - Em que consiste a Ação Civil Pública de número 2000.72.08.0021640? Qual é o objeto desta Ação Civil Pública? A visualização e o acompanhamento desta estão abertos à comunidade ou trata-se de um processo sigiloso?

10 - O antigo aterro sanitário e o atual estão dentro da conformidade prevista pela Lei em Itajaí?

11 - Existe alguma preocupação do MPF em relação à atuação dos catadores de resíduos sólidos recicláveis em Itajaí?

APÊNDICE J

Roteiro de entrevista com o (a) representante do Ministério Público Estadual em Itajaí – 10º Promotoria de Justiça: Defesa do Meio Ambiente

A - Deseja ser identificado ou prefere um pseudônimo?

() sim () não

_____ (pseudônimo)

B - Autoriza a gravação da entrevista?

() sim () não

Características profissionais do entrevistado (a):

1 - Nome:

2 - Promotor (a): Titular () Substituto (a) ()

3 - Telefone de contato:

4 - Contato via correio eletrônico:

Sobre as ações do MP referentes à gestão de resíduos sólidos urbanos no Município de Itajaí:

5 - Qual é a função do Ministério Público Estadual em relação à defesa do Meio Ambiente?

6 - No que consiste a atuação do MP quando se está em pauta o tema da gestão e disposição final dos resíduos sólidos urbanos nos municípios catarinenses?

7 - A região de Itajaí sofre muitos crimes ambientais causados pela disposição irregular de resíduos?

8 - Como é feita a fiscalização por parte do MP em relação à atuação do Poder Público Municipal no gerenciamento de resíduos sólidos urbanos?

9 - O *Programa Lixo Nosso de Cada Dia* é uma iniciativa do MP Estadual. Como está estruturado este programa? Quais as principais diretrizes? Itajaí é um dos municípios atendidos pelo mesmo?

10 - Existe algum processo administrativo em andamento com a finalidade de apurar irregularidades por parte da administração Pública Municipal de Itajaí em relação aos resíduos sólidos urbanos?

Quais as diferenças entre as competências do MP Estadual e do Federal?

11 – Qual é o objeto do procedimento administrativo? Ou seja, qual a razão do mesmo e o que está se buscando por meio deste procedimento? A visualização e acompanhamento deste processo estão abertos à comunidade ou é um processo sigiloso?

12 - Segundo o Capítulo I da Lei Complementar nº. 04/1999 (que institui a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Itajaí, e dá outras providências), a FAMAI é responsável por: “... **XVII. definir as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva de lixo, à reciclagem do lixo seco, à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento;**”. Como são fiscalizadas essas obrigações pelo MP?

13 – As diretrizes determinadas pela Lei de Política Estadual de Saneamento [Lei Estadual nº 13.517/2005] e pela Lei de Política Estadual de Resíduos Sólidos [Lei Estadual nº 13.557/2005] já estão em vigor?

14 – O novo Programa de Coleta Seletiva de Itajaí – *Tarifa Zero* - atende as mesmas?

15 – O antigo aterro sanitário e o atual estão dentro da conformidade prevista pela Lei em Itajaí?

16 – O MP Estadual acompanha o desenvolvimento do atual Plano Diretor do Município?

17 - Existe alguma preocupação do MP em relação à atuação dos catadores de resíduos sólidos recicláveis em Itajaí?

18 - O MP vê o catador como um agente ambiental?

ANEXOS

**ANEXO A – LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO CONCEDIDA
PELA FATMA**

Nº RS 007/91

A Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente — FATMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Estadual Nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, regulamentada pelo Decreto Nº 14.250, de 05 de junho de 1981, concede a presente Licença Ambiental Prévia a

NOME

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

ENDEREÇO

Av. Cel. Eugênio Muller, 10

MUNICÍPIO

Itajaí - SC

CGC/CPF

REGISTRO CADASTRAL Nº

PARA A ATIVIDADE DE

Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos.

LOCALIZADA EM

Localidade de Canhanduba, zona rural do município de Itajaí.

COM AS SEGUINTE RESTRIÇÕES

" As contidas no processo de Licenciamento Ambiental e na Legislação em vigor"

Esta LAP é válida pelo período de 06 meses, a contar da presente data, conforme Processo de Licenciamento FATMA Nº RS 007/GVI, observadas as condições deste documento (verso e anverso), bem como de seus anexos que, embora não transcritos, são parte integrante do mesmo.

LOCAL E DATA

Florianópolis. 28.05.91

SUPERINTENDENTE DA FATMA

ANEXO B - ESTATUTO SOCIAL DA COOPERFOZ

**MINUTA DO ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DOS
COLETADORES DE MATERIAL RECICLAVEL DA FOZ DO
RIO ITAJAÍ - COOPERFOZ**



CAPÍTULO I

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO,
ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL**

Art. 1 - A COOPERATIVA DOS COLETADORES DE MATERIAIS RECICLAVEL DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - COOPERFOZ, constituída no dia 24 de maio de 2001 rege-se pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por este Estatuto, tendo:

- a) Sede administrativa no município de Itajaí – SC e foro jurídico na Comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina;
- b) área de ação, para fins de admissão de cooperados, abrangendo os municípios de; Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriu, Camboriu, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Penha, Piçarras, Barra Velha, Luiz Alves, Ilhota, Gaspar, Brusque, Blumenau e Indaial.
- c) prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

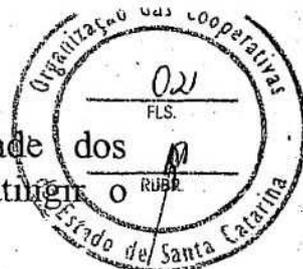
CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2 - A Cooperfoz tem por objetivos:

- a) Congregar os coletadores de material reciclável, realizar trabalho de coleta, separação, promover a classificação dos materiais, enfardamento, armazenamento, comercialização e transporte de materiais recicláveis, com vistas à obtenção de remuneração mais justa pelo trabalho despendido.
- b) fornecer assistência aos cooperados no que for necessário para melhor executarem o trabalho;

1



- c) organizar o trabalho de modo a bem aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os em áreas específicas com fim de atingir o objetivo proposto;
- d) realizar, em benefício dos cooperados interessados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho; assistência médico hospitalar, odontológica e social;
- e) realizar curso de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social;
- f) Celebrar com os poderes públicos, privados e com outras cooperativas, contratos, convênios, para assistência técnica, com a finalidade de promover a comercialização dos produtos objeto da reciclagem com remuneração mais justa.
- g) Receber em regime comodato dos poderes públicos, privados, bem como de outras cooperativas máquinas, equipamentos para o desenvolvimento da atividade objeto da sociedade;
- h) Promover a difusão da doutrina cooperativista, visando a melhor educação e concientização dos cooperados e funcionários dentro dos princípios cooperativistas.

Parágrafo único - A COOPERFOZ atuará sem discriminação política, racial, religiosa ou social e não visará lucro.

CAPÍTULO III

DOS COOPERADOS

ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Art. 3 - Poderão associar-se à Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, os coletadores de material reciclável, bem como toda pessoa envolvida diretamente com a atividade objeto da entidade, desde que emancipado ou com idade igual ou superior a vinte e um anos, e devidamente inscrito no INSS como autônomo..



Parágrafo único - O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20(vinte) pessoas físicas.

Art. 4 - Para associar-se, o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa, assinando-a com outro cooperado proponente.

§1º - O interessado, após protocolar a proposta, deverá freqüentar, com aproveitamento, um curso básico de cooperativismo, que será ministrado pela Cooperativa, ou será por ela contratado.

§2º - O interessado deverá assinar declaração de ciência de que não há vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados e de que é obrigatória a sua inscrição junto à Previdência Social como autônomo.

§3º - Caso o interessado seja cooperado de outra Cooperativa, deverá anexar à proposta de admissão uma carta de apresentação, expedida por aquela.

§4º - Concluído o curso, o Conselho de Administração analisará a proposta e a deferirá, se for o caso, devendo o candidato subscrever quotas-partes do capital, nos termos deste Estatuto, e assinar o livro de matrícula.

§5º - A subscrição das quotas-partes do capital social e a assinatura no livro complementam a sua admissão na Cooperativa.

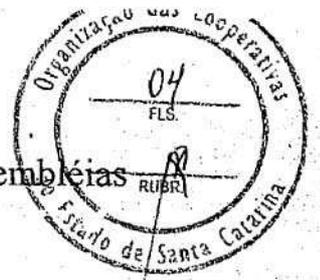
Art. 5 - Poderão ingressar na Cooperativa, excepcionalmente, pessoas jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste capítulo.

Parágrafo único - A representação da pessoa jurídica junto à Cooperativa se fará por meio de pessoa(s) natural(is) especialmente designada(s), mediante instrumento específico que, nos casos em que houver mais de um representante, identificará os poderes de cada um.

Art. 6 - Cumprindo o que dispõe o art. 4º, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

Art. 7 - São direitos do cooperado:

- a) participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;



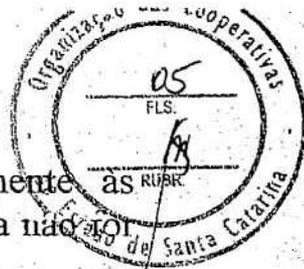
- b) propor ao Conselho de Administração, ao Conselho fiscal ou às Assembleias Gerais medidas de interesse da Cooperativa;
- c) demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- d) solicitar informações sobre seus débitos e créditos;
- e) solicitar informações sobre as atividades da Cooperativa e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperado na sede da Cooperativa.

§1º - A fim de serem apreciadas pela Assembleia Geral, as propostas dos cooperados, referidas na letra "b" deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a necessária antecedência e constar do respectivo edital de convocação.

§2º - As propostas subscritas por, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos cooperados, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentadas diretamente pelos cooperados proponentes.

Art. 8 - São deveres do cooperado:

- a) subscrever e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) cumprir com disposições da Lei do Estatuto, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais;
- c) satisfazer pontualmente seus compromissos com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- d) realizar com a Cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;
- e) prestar à Cooperativa informações relacionadas com as atividades que lhe facultaram a se associar;



- f) cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente as operações que realizou com a Cooperativa, se ao Fundo de Reserva não houver recursos suficientes para cobri-las;
- g) levar ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a Lei e o Estatuto;
- h) zelar pelo patrimônio material e moral da Cooperativa.

Art. 9 - O cooperado responde subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber.

Art. 10 - As obrigações dos cooperados falecidos, contraídas com a Cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como cooperado, em face a terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia de abertura da sucessão.

Parágrafo único - Os herdeiros do cooperado falecido têm direito ao capital integralizado e demais créditos pertencentes ao "de cujus", assegurando-se-lhes o direito de ingresso na Cooperativa.

DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 11 - A demissão do cooperado dar-se-á a seu pedido formalmente dirigido ao Conselho de Administração da Cooperativa, e não poderá ser negado.

Art. 12 - A eliminação do cooperado, que será realizada em virtude de infração de Lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho de Administração, depois de reiteradas notificações ao infrator, devendo os motivos que a determinaram constar do termo lavrado no livro de matrícula e assinado pelo Presidente.

§1º - O Conselho de Administração poderá eliminar o cooperado que:

- a) manter qualquer atividade conflitante com os objetivos da Cooperativa;
- b) deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na Cooperativa;



- c) deixar de realizar, com a Cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social;
- d) depois de notificado, voltar a infringir disposições de Lei, deste Estatuto, das Resoluções e Deliberações regularmente tomadas pela Cooperativa.

§2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao interessado, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§3º - O atingido poderá, dentro do prazo de (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral.

Art. 13 - A exclusão do cooperado será feita:

- a) ~~por dissolução de pessoa jurídica;~~
- b) por morte da pessoa física;
- c) por incapacidade civil não suprida;
- d) por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Art. 14 - O ato de exclusão do cooperado será efetivado por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Presidente no documento de matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30(trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessas e recebimento.

Parágrafo único - Caso o cooperado não seja encontrado, a notificação será procedida através de edital, publicado em jornal de ampla circulação regional.

Art. 15 - Em qualquer caso de eliminação, exclusão ou pedido de demissão, o cooperado só terá direito à restituição do capital que integralizou, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.



§1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembléia Geral, o Balanço do exercício em que o cooperado tenha sido desligado da Cooperativa;

§2º - O conselho de Administração da cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital seja feita em parcelas, a partir do exercício financeiro que se seguir ao que se deu o desligamento;

§3º - No caso de morte do cooperado, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial;

§4º - Ocorrendo eliminações, exclusões ou pedidos de demissões de cooperados em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade;

§5º - Os deveres dos cooperados perduram, também para os demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas, pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento;

§6º - No caso de readmissão do cooperado, ressalvadas as disposições contrárias deste Estatuto, o cooperado integralizará à vista o capital correspondente ao valor retirado da Cooperativa por ocasião do seu desligamento;

Art. 16 - Os atos de eliminação, exclusão ou pedido de demissão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperado na Cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

Art. 17 - Os direitos e deveres de cooperados demitidos, eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembléia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento, observado o disposto no art. 28 deste Estatuto.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Art. 18 - A Cooperativa definirá, através de um Regimento Interno, a forma de organização do seu quadro social.

Parágrafo único - A forma de organização dos cooperados deverá ser discutida pelo Conselho de Administração junto às lideranças do quadro social e definida em regimento Interno, aprovado pela Assembléia Geral.



Art. 19 - Os representantes do quadro social junto à administração da Cooperativa terão, entre outras as seguintes funções:

- a) servir de elo de ligação entre a administração e o quadro social;
- b) explicar aos cooperados o funcionamento da Cooperativa;
- c) esclarecer os cooperados sobre seus deveres e direitos junto à Cooperativa.

CAPÍTULO V DO CAPITAL

Art. 20 - O capital da Cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior à R\$ 2.000.00 (Dois mil reais).

§1º - O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 1.00 (Hum real) cada uma;

§2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada à garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no livro de matrícula;

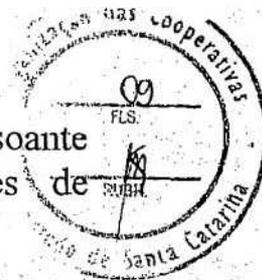
§3º - A transferência de quotas-partes, total ou parcial, será escriturada no livro de matrícula mediante ao termo que conterà as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa;

§4º - O cooperado deve integralizar as quotas-partes à vista, de uma só vez, e durante um período de 24 (vinte e quatro) meses, 1% (um por cento) do total bruto da produção será retido pela cooperativa para aumento de capital social.

§5º - Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento do capital social, poderá a Cooperativa receber bens, avaliados previamente e após homologação da Assembléia Geral;

§6º - Para efeito de admissão de novos cooperados ou novas subscrições, a Assembléia Geral Atualizará anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços)

dos cooperados presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante preposição do Conselho de Administração, respeitados os índices de desvalorização da moeda publicados por entidade oficial de Governo;



§7º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperados, a Cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-partes do capital.

Art. 21 - O número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião de sua admissão não poderá ser inferior a 10 (dez) quotas-partes ou superior a 1/3 (um terço) do total subscrito.

CAPÍTULO VI DA ASSEMBLÉIA GERAL

DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 22 - A Assembléia Geral dos cooperados, Ordinária ou Extraordinária é o órgão supremo da Cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade.

Art. 23 - A Assembléia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente.

§1º - Poderá também ser convocada pelo Conselho fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais;

§2º - Não poderá votar na Assembléia Geral o cooperado que:

- a) tenha sido admitido após a convocação;
- b) infringir qualquer disposição do Artigo. 8º deste Estatuto.

Art. 24 - Em qualquer hipóteses referidas no Artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora de intervalo entre elas.

Art. 25 - Não havendo quorum, conforme Art. 28 deste Estatuto, para a instalação da Assembléia Geral, convocada nos termos do artigo anterior, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10(dez) dias.



Parágrafo único – Se ainda assim não houver quorum para sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a Cooperativa, fato que deverá ser comunicado à Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC.

Art. 26 - Dos editais de convocação das Assembléias Gerais deverão constar:

- a) a denominação da Cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, seguidas da expressão: Convocação de Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- b) o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;
- c) a seqüência ordinal das convocações;
- d) a Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) o número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quorum de instalação;
- f) data e assinatura do responsável pela convocação.

§1º - No caso da convocação ser feita por cooperados, o edital será assinado, no mínimo por 4 (quatro) signatários do documento que a solicitou.

§2º - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências geralmente freqüentadas pelos cooperados, publicados em jornal de circulação local ou regional, ou através de outros meios de comunicação.

Art. 27 – É de competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias a destituição dos membros do Conselho de Administração, de Conselho Fiscal ou de outros.

Parágrafo único – Ocorrendo destituições que possam comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Cooperativa, poderá a Assembléia Geral designar administradores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se realizará no prazo de 30 (trinta) dias.



Art. 28 – O quorum para instalação das Assembleias Gerais é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperados em condições de votar, em primeira convocação;
- b) metade mais um dos cooperados, em segunda convocação;
- c) mínimo de 10 (dez) cooperados, em terceira convocação.

§1º - Para efeito de verificação do quorum de que trata este artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro de Presença;

§2º - Constatada a existência de quorum no horário estabelecido no edital de convocação, o Presidente instalará a Assembleia e, tendo encerrado o Livro de Presença mediante termo que contenha a declaração do número de cooperados presentes, da hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

Art. 29 – Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo Secretário da Cooperativa, sendo por aqueles convidados os ocupantes de cargos sociais a participar da mesa.

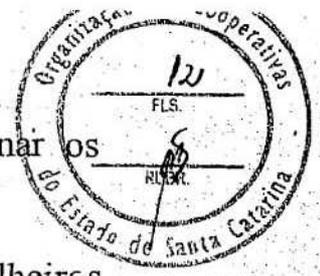
§1º - Na ausência do Secretário e de seu substituto, o Presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;

§2º - Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperado, escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 30 – Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar respectivos debates.

Art. 31 – Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos os balanços de contas, o Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, as Peças Contábeis e o Parecer do Conselho

11



Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§1º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente e demais Conselheiros de Administração Fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, a disposição da Assembléia Geral para os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

§2º - O Coordenador indicado escolherá, entre os cooperados, um Secretário "ad hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembléia Geral.

Art. 32 - As deliberações das Assembléias Gerais poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que eles tiverem imediata relação.

§1º - Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos após esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembléia Geral;

§2º - Para a votação de qualquer assunto na assembléia deve-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% dos presentes, o assunto deve ser melhor esclarecido antes de submetê-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não é do interesse do quadro social.

Art. 33 - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, e por uma comissão de 10 (dez) cooperados designados pela Assembléia Geral.

Art. 34 - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§1º - Em regra, a votação será a descoberto, mas a Assembléia Geral poderá optar pelo voto secreto;

§2º - Caso o voto seja descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.



Art. 35 – Prescreve-se em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia Geral tiver sido realizada.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

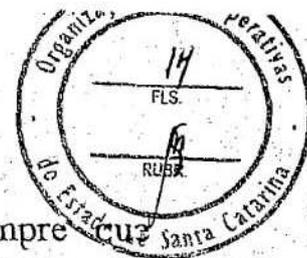
Art. 36 – A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

- a) Prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: 1. Relatório de Gestão; 2. Balanço Geral; 3. Demonstrativo das sobras apuradas, ou perdas, e Parecer do Conselho Fiscal; 4. Plano de atividade da Cooperativa para o exercício seguinte;
- b) destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;
- c) eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros quando for o caso;
- d) fixação de Pro-Labore, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- e) quaisquer assuntos de interesse social, excluídos ou enumerados no artigo 38 deste Estatuto.

§1º - Os membros dos órgãos de administração não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens “a” e “d” deste artigo.

§2º - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da Lei ou deste Estatuto.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



Art. 37 – A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 38 – É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do Estatuto;
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) mudança de objetivo da sociedade;
- d) dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) contas do liquidante.

Parágrafo único – São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

PROCESSO ELEITORAL

Art. 39. – Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos na Cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 40 – No exercício de suas funções, compete ao comitê especialmente:

- a) certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) divulgar entre os cooperados, através de circulares e/ou de outros meios adequados, o número e as naturezas das vagas a preencher;
- c) solicitar aos candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria cível criminal e de protestos dos cartórios das Comarcas em que

tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;



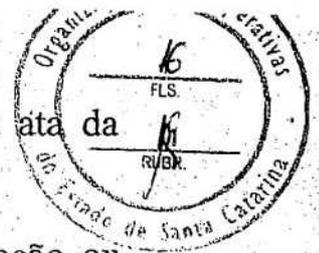
- d) registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais e se foi observado o disposto no § 3º do art. 4º deste Estatuto;
- e) verificar, por ocasião da inscrição, se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades previstas no parágrafo único do artigo 45 e no artigo 58 deste Estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;
- f) organizar fichas contendo o curriculum dos candidatos, das quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperado na Cooperativa e outros elementos que o distingam;
- g) divulgar o nome e curriculum de cada candidato, inclusive tempo em que está associado à cooperativa, para conhecimento dos cooperados;
- h) realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidatos, se for o caso;
- i) estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formulada por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração, para que ele tome as providências legais cabíveis.

§1º - O Comitê fixará prazo para inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes 5 (cinco) dias antes da data da Assembléia Geral que vai proceder às eleições;

§2º - Não se apresentando candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 41 – O Presidente da Assembléia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do Comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembléia Geral;



§2º - os eleitos para suprirem vacância nos Conselhos de Administração ou Fiscal exercerão os cargos até o final do mandato dos respectivos antecessores;

§3º A posse ocorrerá sempre na Assembléia Geral em que se realizarem as eleições, após encerrada a Ordem do Dia.

Art. 42 – Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos de mandatos de administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

Art. 43 – São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 44 – O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva responsabilidade a decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da Cooperativa ou de seus cooperados, nos termos da Lei, deste Estatuto e de recomendações da Assembléia Geral.

Art. 45 – O Conselho de Administração será composto por sete (7) membros, todos cooperados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, para os cargos de Presidente, Vice Presidente, Secretário, dois (2) Conselheiros efetivos e dois (2) Conselheiros suplentes, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§1º – Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no artigo 43 deste Estatuto, os

16

parentes entre si até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, nem os que tenham exercido nos últimos seis meses, cargo público eletivo.



§2º - A permanência no exercício das funções a que se refere neste artigo termina por motivo de recomposição do Conselho de Administração ou por renúncia, admita sempre a recondução;

§3º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente;

§4º - Nos impedimentos por prazos superiores a 90 (noventa) dias, o Vice-Presidente assumirá a Presidência, convocando a Assembléia Geral Extraordinária para preencher o cargo da Presidência e outros que estiverem vagos;

~~§5º - O Vice-Presidente e o Secretário serão substituídos por Conselheiros;~~

§6º - Se o número de membros do Conselho de Administração ficar reduzido a menos da metade de seus membros deverá ser convocada Assembléia Geral para preenchimento das vagas.

Art. 46 - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

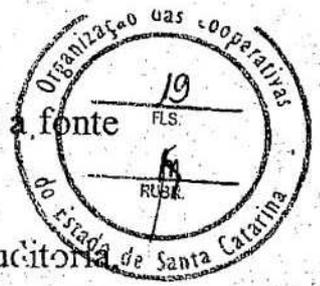
- a) reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples do voto dos presentes, reservado ao Presidente o voto de desempate;
- c) as deliberações serão consignadas em atas circunstanciais lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.

Parágrafo único - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a 03 (treis) reuniões ordinárias consecutivas ou a 06 (seis) reuniões durante o ano.

Art. 47 - Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da Lei deste Estatuto, as seguintes atribuições:



- a) propor a Assembléia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da Cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- b) avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- d) estabelecer as normas para funcionamento da Cooperativa;
- e) elaborar, juntamente com as lideranças do quadro social, proposta de Regimento Interno para a organização do quadro social;
- ~~f) estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que a ser estabelecidas;~~
- g) deliberar sobre a admissão, demissão, e exclusão de cooperados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;
- h) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia, considerando as propostas dos cooperados nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 7º
- i) estabelecer estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos e atribuindo funções, reservando a si contratações de servidores graduados, e fixando normas para admissão e demissão dos demais empregados;
- j) fixar as normas disciplinares;
- k) julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- l) avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da Cooperativa;



- m) fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;
- n) contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria conforme disposto no artigo 112 da Lei nº 5.764, de 16.12.1971;
- o) indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Cooperativa;
- p) estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;
- q) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembléia Geral;
-
- r) contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- s) fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o ativo permanente da entidade;
- t) zelar pelo cumprimento da legislação do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal;

§1º - O Presidente providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam, com antecedência mínima de 3 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenham que pronunciar-se, sendo-lhes facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperados, pesquisar documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes;

§2º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas;

§3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da Cooperativa.

19)



Art. 48 – Ao Presidente compete, entre outros, os seguintes poderes e atribuições:

- a) dirigir e supervisionar todas as atividades da Cooperativa;
- b) baixar os atos de execução das decisões do Conselho de Administração;
- c) assinar, juntamente com o Secretário, ou outro Conselheiro designado pelo Conselho de Administração, contratos e demais documentos consecutivos de obrigações;
- d) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembléias Gerais dos cooperados;
- e) apresentar a Assembléia Geral Ordinária:

- 1. Relatório de Gestão;
 - 2. Balanço Geral;
 - 3. Demonstrativo das Sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o Parecer do Conselho Fiscal;
- f) representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo e fora dele;
 - g) representar os cooperados, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da Cooperativa, realizados nas limitações da Lei deste Estatuto;
 - h) elaborar o plano anual de atividades da Cooperativa;
 - i) verificar periodicamente o saldo de caixa;
 - j) assinar os cheques bancários em conjunto com o Secretário ou pessoa designada através de procuração pública com poderes específicos.

Art. 49 – Ao Vice-Presidente compete interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 50 – Ao Secretário compete, entre outras, as seguintes atribuições:

20



- a) secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;
- b) assinar, juntamente com o Presidente, ou outra pessoa devidamente designada ou conselheiros, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários.

Art. 51 – Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agiram com culpa ou dolo.

§1º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se referem este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito;

§2º - Os que participarem de ato ou operação social em que oculte a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

§3º - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionados com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento;

§4º - Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal;

§5º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperado, a Cooperativa por seus dirigentes, ou representada por cooperados escolhidos em Assembléia Geral, terá direito de ação contra administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 52 – Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da cooperativa.

ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

Art. 53 – As funções de Administração Executiva dos negócios sociais poderão ser exercidas por técnicos contratados, segundo a estrutura que for estabelecida pelo Conselho de Administração, consoante o disposto na alínea “i” do Art. 43 deste Estatuto.



CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

Art. 54 – Os negócios e atividades da Cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos cooperados, eleitos anualmente Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 43 deste Estatuto, os parentes dos Conselheiros de Administração até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§2º - Os cooperados não podem exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração Fiscal.

Art. 55 – O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de 3 (três) dos seus membros.

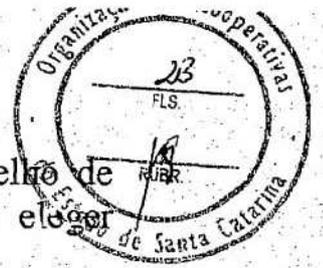
§1º - Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um secretário para a lavradura das atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões;

§2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação de Conselho de Administração ou da Assembléia Geral;

§3º - Na ausência do coordenador será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos;

§4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, pelos 3 (três) conselheiros presentes.

22



Art. 56 – Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração determinará a convocação da Assembléia Geral para eleger substitutos.

Art. 57 – Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhe entre outras as seguintes atribuições:

- a) conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- c) examinar se o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- d) verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;
- e) certificar-se se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) averiguar se existem reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;
- g) inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- h) averiguar se há problemas com empregados;
- i) certificar-se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto aos órgãos do Cooperativismo;
- j) averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- k) examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;
- l) dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciado a este, à Assembléia Geral e à (sigla da OCE), as irregularidades constatadas e convocar Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves ou urgentes;
- m) convocar a Assembléia Geral, quando houver motivos graves e o Conselho de Administração se negar a convocá-las, consoante Art. 21º, §1º, deste Estatuto;

n) conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando também o cumprimento do Estatuto, Regimento Interno, Resoluções, decisões da Assembleia Geral e do Conselho deliberativo, observando o que consta nos artigos 37 e 38 deste Estatuto.



Art. 58 – Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração sem que, contudo, lhe caiba o direito de interferir no cumprimento das determinações deste órgão.

Parágrafo único – Poderá o Conselho Fiscal ainda, com audiência do Conselho de Administração, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

CAPÍTULO IX DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 59 – A Cooperativa deverá, além de outros, ter os seguintes livros:

a) **Com termos de abertura e encerramento subscritos pelo Presidente:**

1. matrícula; 2. presença de cooperados nas Assembleias Gerais; 3. atas das Assembleias; 4. atas do Conselho de Administração; 5. atas do Conselho Fiscal.

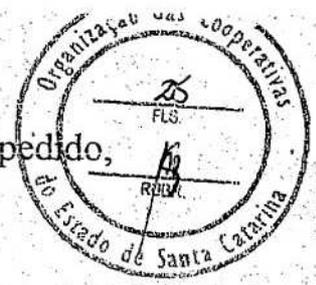
b) **Autenticados pela autoridade competente:**

1. livros fiscais; 2. livros contábeis

Parágrafo único – É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

Art. 60 – No livro de Matrícula os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão dele constando:

- a) o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos cooperados;



- b) a data de sua admissão, e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;
- c) a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

CAPÍTULO X DO BALANÇO GERAL, DESPESAS, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 61 – A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 62 – Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas.

§1º - As despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste artigo;

§2º - Os resultados positivos, apurados pelo setor de atividade, nos termos deste artigo, serão distribuídos da seguinte forma:

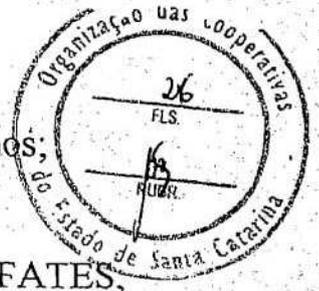
- a) 10% (dez por cento) ao Fundo de Reserva;
- b) 5% (cinco por cento) ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social –FATES.

§3º - Além do Fundo de Reserva e FATES, a Assembléia poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação aplicação e liquidação.

§4º - Os resultados negativos serão rateados entre os cooperados, na proporção das operações de cada um realizadas com a Cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los.

Art. 63 – O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa da 10% (dez por cento) das sobras:

25



- a) os créditos não reclamados pelos cooperados, decorridos 5 (cinco) anos;
- b) os auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 64 – O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social –FATES, destina-se à prestação de serviços aos cooperados, seus familiares e empregados, assim como aos empregados da própria Cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas.

§1º - Ficando sem utilização mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos anuais deste fundo. Durante dois anos consecutivos, será procedida a revisão dos planos de aplicação, devendo a Assembléia Geral seguinte ser informada e fazer as recomendações necessárias ao cumprimento das finalidades objetivadas.

§2º - Revertem em favor do FATES, além da percentagem referida no §2º do Artigo 62, as rendas eventuais de qualquer natureza, resultantes de operações ou atividades nas quais os cooperados não tenham tido intervenção.

CAPÍTULO XI DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 65– A Cooperativa se dissolverá de pleno direito:

- a) quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os cooperados, totalizando o número mínimo de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes, com direito a voto, não se disponham a assegurar a continuidade da Cooperativa;
- b) devido à alteração de sua forma jurídica;
- c) pela redução do número de cooperados a menos de vinte ou do capital Social mínimo, se até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não superior a 6 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos;
- d) pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias;
- e) pela consecução dos objetivos determinados;
- f) pelo decurso do prazo de duração, quando for o caso.

Art. 66 – Quando a dissolução for liberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder a liquidação.

§1º - A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos;



§2º - O liquidante deverá proceder à liquidação de conformidade com os dispositivos da legislação Cooperativista.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67 - A Cooperativa é aderente ao programa de Autogestão do Cooperativismo Catarinense.

Art. 68 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais, ouvido o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC.

Este Estatuto foi aprovado em Assembléia de Constituição, realizada em 24 de maio de 2001

Itajaí 24 de Maio de 2001

EDSON TAVARES
Presidente

Edson Tavares

Jaqueline Ferrão
JAQUELINE FERRÃO
Secretária

Sônia Mara Gablatti
Sônia Mara Gablatti
CPF 926.802.319-49
OAB/SC 14.896

28

27

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/06/2001 SOB O NÚMERO: 42400017223 Protocolo: 01/072575-0
	<i>Max Josef Reuss Strenzel</i> MAX JOSEF REUSS STRENZEL SECRETARIO GERAL

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)